

Estudo de Avaliação Ambiental e Social Estratégica do setor do Turismo em Cabo Verde



Is Something Else!



Final Report

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Unidade de Gestão de Projetos Especiais

RFP NO.: CTD /01/2017
WORLD BANK / INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSOCIATION

Maio 2018



MundiServiços - Companhia Portuguesa de
Serviços e Gestão, Lda.

Rua José Dias Coelho nº36B
1300-329 Lisboa / Portugal

Tel: + 351 213 617 230 / Fax: + 351 213617239
E-mail: mundiconsulting@mundiconsulting.net

Website: <http://www.mundiconsulting.net>



Quaternaire Portugal, Consultoria para o
Desenvolvimento SA

Rua Tomás Ribeiro, 412 - 2º
4450-295 Matosinhos / Portugal

Tel: + 351 229 399 150 / Fax: + 351 22 399 159
E-mail: geral@quaternaire.pt

Website: <http://www.quaternaire.pt>

INDICE

1	Introdução	5
2	Diagnóstico	8
2.1	Turismo	9
2.1.1	Situação Atual	9
2.1.2	Quadro Institucional e Legal	20
2.1.3	Espaço dos <i>Stakeholders</i>	22
2.1.4	Síntese das Oportunidades, Ameaças e Desafios.....	30
2.1.5	Matriz de Avaliação	32
2.2	Dimensão Ambiental	33
2.2.1	Situação Atual	33
2.2.2	Quadro Institucional e Legal	52
2.2.3	Síntese das Oportunidades, Ameaças e Desafios.....	57
2.2.4	Matriz de Avaliação	59
2.3	Dimensão Social e Género	60
2.3.1	Situação Atual	60
2.3.2	Quadro Institucional e Legal	76
2.3.3	Síntese das Oportunidades, Ameaças e Desafios.....	78
2.3.4	Matriz de Avaliação	80
3	Avaliação dos Potenciais Impactes Ambientais e Sociais	82
4	Recomendações e Diretrizes de Planeamento	92
4.1	Recomendações Transversais [RT]	92
4.2	Diretrizes de Planeamento.....	96
4.2.1	Grandes Linhas de Orientação Estratégica [GLOE]	97
4.2.2	Diretrizes Operacionais	100
4.3	Observatório do Turismo Sustentável.....	105
5	Plano de Comunicação.....	107

Tabelas

Tabela 2.1_Conteúdos da caracterização da situação de referência.....	8
Tabela 2.2_Evolução do número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade e pessoal ao serviço, 2010-2016.....	13
Tabela 2.3_Número de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço, 2017	14
Tabela 2.4_ <i>Stakeholders</i> envolvidos na Análise de <i>Stakeholders</i>	22
Tabela 2.5_Turismo. Análise SWOT	30

Tabela 2.6_Turismo. Matriz de avaliação	32
Tabela 2.7_Empreendimentos Turísticos, Pedreiras e Infraestruturas, homologadas pela Autoridade de AIA até 2017	43
Tabela 2.8_Rede Nacional de Áreas Protegidas.....	45
Tabela 2.9_Zonas turísticas especiais: ZDTI e ZRPT	50
Tabela 2.10_Ambiente. Diplomas legais considerados relevantes	53
Tabela 2.11_Dimensão Ambiental. Análise SWOT	57
Tabela 2.12_Dimensão Ambiental. Matriz de avaliação	59
Tabela 2.13_Indicadores Sociais / condições de habitabilidade	65
Tabela 2.14_Condições de alojamento, a nível nacional, 2016	72
Tabela 2.15_Posse de tecnologias de informação e comunicação no alojamento.....	74
Tabela 2.16_Repartição dos imigrantes segundo o sexo, por nacionalidade	75
Tabela 2.17_Objetivos de desenvolvimento sustentável	75
Tabela 2.18_Dimensão Social e Género. Análise SWOT	79
Tabela 2.19_Dimensão Social e Género. Matriz de avaliação	80
Tabela 3.1_Matriz de avaliação	82
Tabela 3.2_Avaliação dos potenciais impactes do desenvolvimento do turismo.....	85
Tabela 3.3_Cenarização. Avaliação dos potenciais impactes do desenvolvimento do turismo	88

Figuras

Figura 1.1_Roteiro metodológico	7
Figura 2.1_Evolução do número de dormidas turísticas (1999-2016)	10
Figura 2.2_Capacidade de alojamento e dormidas [1999-2016]	12
Figura 2.3_Síntese das estatísticas de turismo [2016]	13
Figura 2.4_Dimensão média dos estabelecimentos hoteleiros/capacidade de alojamento e estada média por ilha [2016].....	15
Figura 2.5_Estabelecimentos de alojamento segundo a origem do Capital Social, por Ilha, 2016.....	16
Figura 2.6_Estabelecimentos de alojamento segundo a origem do Capital Social, por Tipo, 2016 ...	16
Figura 2.7_Evolução do número de entradas turísticas em Cabo Verde [1999-2016]	17
Figura 2.8_Evolução EHTCV - Cursos de Formação – 2011-2015.....	18
Figura 2.9_Análise de <i>Stakeholders</i> (Matriz Interesse / Influência).....	24

Figura 2.10_ Espaço dos <i>Stakeholders</i> do Setor do Turismo	25
Figura 2.11_ Resumo AIA, 2017	45
Figura 2.12_ Zonas turísticas especiais: ZDTI e ZRPT	51
Figura 2.13_ Projeções demográficas 2010-2030	61
Figura 2.14_ Distribuição da população.....	62
Figura 2.15_ Densidade populacional e turística máxima em 2016	63
Figura 2.16_ Principais indicadores da saúde, 2000-2015	66
Figura 2.17_ Repartição dos imigrantes segundo o local de nascimento (%).....	75
Figura 4.1_ Recomendações e diretrizes de planeamento	92

1 INTRODUÇÃO

Com o presente relatório, designado **Final Report**, finalizam-se os trabalhos do **Estudo de Avaliação Ambiental e Social Estratégica do Setor do Turismo em Cabo Verde**, doravante designado abreviadamente por Avaliação Estratégica.

Nos termos da metodologia proposta, como se pode observar no Roteiro Metodológico apresentado na figura no final deste capítulo, a Avaliação Estratégica encontra-se estruturada em quatro (4) fases:

- Fase I – Arranque do trabalho – já realizada e aprovada
- Fase II – Diagnóstico
- Fase III – Avaliação
- Fase IV - Recomendações

Metodologicamente, a Avaliação Estratégica iniciou-se com a edição do **Inception Report** (Fase I), o qual teve o objetivo de estabilizar a metodologia de elaboração da avaliação, o respetivo faseamento do estudo, os conteúdos técnicos e produtos de cada fase, bem como, ainda, de estabelecer o modelo de auscultação e participação das entidades locais.

Após a sua aprovação, e na sua sequência, a concretização das Fases II e III de Diagnóstico e Avaliação foi formalizada com a edição do **Intermediate Report**, no qual se incluíram as atividades de Diagnóstico, englobando a caracterização da situação de referência focalizada em quatro grandes dimensões: (i) Turismo propriamente dito, (ii) Ambiente, (iii) Social e (iv) Género; a análise do quadro institucional e legal, na perspetiva das políticas, do enquadramento regulamentar e da estrutura orgânica de suporte à atividade turística; a caracterização dos *stakeholders* do turismo de Cabo Verde e a síntese das oportunidades, ameaças e principais desafios que se colocam ao turismo de Cabo Verde, culminando com a avaliação dos potenciais impactes, positivos e negativos, que o desenvolvimento turístico em curso em Cabo Verde pode induzir sobre as temáticas analisadas. Estas atividades constituíram a parte central do processo da Avaliação Estratégica.

Por último, a Fase IV e última do estudo é concretizada com a edição, numa primeira etapa, do **Draft Report**. Trata-se da fase de fecho da avaliação efetuada, na qual são formuladas recomendações, no sentido de minimizar os efeitos negativos e de potenciar os positivos, e diretrizes de planeamento com o intuito de orientar a preparação dos Planos de Ordenamento Turístico (POT) e dos *Investment Packages*, de modo a assegurar que as questões ambientais e sociais são devidamente tomadas em consideração e incorporadas nos referidos instrumentos, em prol do desenvolvimento sustentável.

A conclusão do estudo concretiza-se com a edição do presente relatório, o **Final Report**, após a realização do seminário final de auscultação e divulgação dos resultados da avaliação efetuada, ultimando o processo de participação desenvolvido no âmbito do estudo. Realça-se a este respeito que o trabalho desenvolvido, cumprindo a metodologia global definida para o estudo, assentou num intenso trabalho de auscultação e de discussão dos tópicos de avaliação com as entidades institucionais e *stakeholders* do setor do Turismo de Cabo Verde, tendo-se contactado um total de 48 entidades.

Realça-se, ainda, que o processo de elaboração da Avaliação Estratégica foi acompanhado pela **Unidade de Acompanhamento e Interlocação Técnica** (UAIT), que integra a Unidade de Gestão de Projetos Especiais (UGPE), do Ministério das Finanças, pela Direção Geral de Turismo (DGT) e pela Direção Nacional do Ambiente (DNA).

O presente relatório, culminando com a etapa final do processo da Avaliação Estratégica, encontra-se organizado de modo a permitir estabelecer uma relação imediata entre o diagnóstico efetuado às diferentes dimensões analisadas, incluindo o Turismo, e a respetiva avaliação. Assim, no final de cada capítulo específico procede-se à identificação das fragilidades e das potencialidades atualmente existentes em Cabo Verde no que se relaciona com a atividade turística e o seu exponencial desenvolvimento para, logo na sua sequência, se apresentar a matriz de avaliação.

Os resultados do diagnóstico serão sistematizados sob a forma de uma tabela SWOT¹ que evidencia os pontos fortes e as oportunidades, que ajudam à concretização dos objetivos nacionais para o setor turístico, e os pontos fracos e ameaças, que representam os aspetos que poderão ser impeditivos à concretização do mesmo objetivo de desenvolvimento turístico.

Por sua vez, a matriz de avaliação resultando diretamente da análise efetuada agrega os aspetos fundamentais identificados no diagnóstico por temas de sustentabilidade, os quais deverão ser considerados na conceção da estratégia de desenvolvimento turístico para melhor satisfazer os objetivos de sustentabilidade da atividade em Cabo Verde. Estes temas serão operacionalizados por uma bateria de indicadores-chave de desempenho ambiental, social e político-institucional que permitem avaliar a contribuição do atual modelo de desenvolvimento turístico para a sustentabilidade do território e, na sua sequência, fornecer informação de apoio à tomada de decisão.

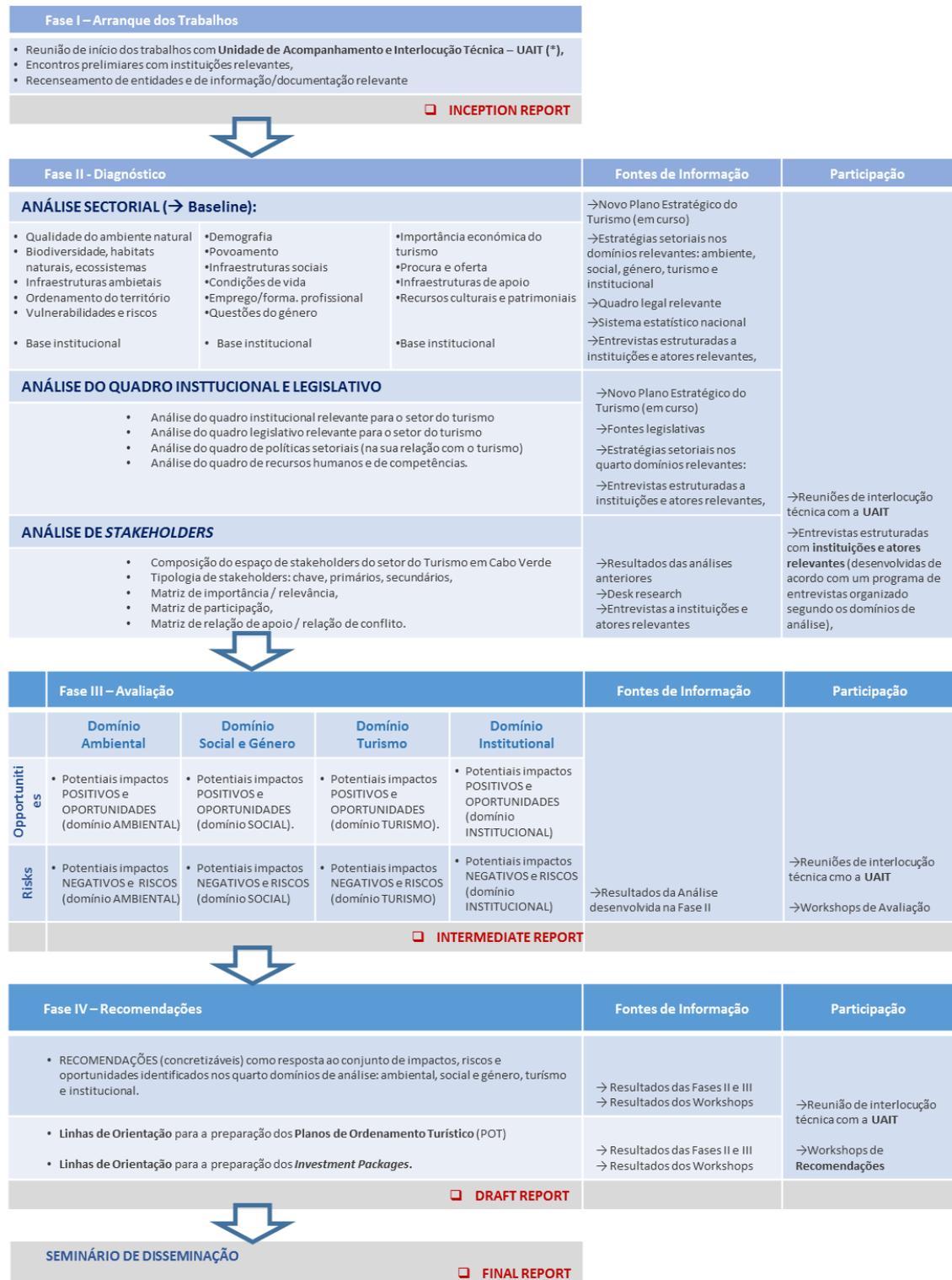
Neste contexto, o **Final Report** apresenta a seguinte estrutura:

- Capítulo 1: Introdução, correspondendo a este mesmo capítulo;
- Capítulo 2: Diagnóstico, subdividido por cada uma das dimensões consideradas relevantes no âmbito da presente Avaliação Estratégica, incluindo a caracterização da situação existente, a análise do quadro institucional e legal, a síntese das oportunidades, ameaças e principais desafios e a matriz de avaliação. Inclui, ainda, associada à caracterização da atividade turística, os resultados da auscultação realizada aos *stakeholders* relacionados com a atividade turística em Cabo Verde;
- Capítulo 3: Avaliação, onde, de forma integrada, se identificamos potenciais impactes do turismo sobre as temáticas analisadas e se perspetiva a evolução tendencial dos efeitos num exercício de cenarização assente em dois cenários extremados;
- Capítulo 4: Recomendações e Diretrizes de Planeamento, com a identificação dos aspetos que deverão ser tidos em consideração na nova estratégia de desenvolvimento turístico para Cabo Verde;
- Capítulo 5: Plano de Comunicação, onde se explicita a estratégia de disseminação e socialização da Avaliação Estratégica.

¹ *Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)*

O presente relatório é acompanhado de um Sumário Executivo onde se realçam os principais aspetos da Avaliação Estratégica levada a cabo.

Figura 1.1_Roteiro metodológico



(*) UAIT – Unidade de Acompanhamento e Interlocação Técnica, composta por: UGPE, DN Ambiente e DG Turismo.

2 DIAGNÓSTICO

O primordial objetivo da Avaliação Estratégica é identificar e definir as condições necessárias para garantir que as dinâmicas de crescimento turístico que se registam atualmente em Cabo Verde têm continuidade num contexto de sustentabilidade ambiental e social. Neste sentido, a presente Avaliação Estratégica deverá ser compreendida no quadro de um processo de planeamento estratégico setorial que terá na elaboração e formulação do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde o seu ponto cimeiro.

Assim, nesta primeira atividade de diagnóstico procurar-se-á fornecer um retrato da situação atual dos setores que, mais diretamente, influenciam ou são influenciados pelo desenvolvimento da atividade turística em Cabo Verde.

De acordo com a metodologia proposta, as análises incidem sobre **quatro dimensões estruturantes** do território organizadas em torno de um conjunto de domínios sistematizados na tabela seguinte.

Tabela 2.1_Conteúdos da caracterização da situação de referência

Turismo	Ambiente	Social	Género ²
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Importância macro-económica da atividade turística; ▪ Indicadores de Competitividade Turística; ▪ Procura e oferta turísticas (suas características e organização territorial); ▪ Valores e recursos culturais e patrimoniais; ▪ Indicadores de Facilidade de Negócios (Doing Business); ▪ Legislação quadro para a Atração do IDE; ▪ Legislação do setor turístico; ▪ Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento turístico. ▪ Quadro institucional, de políticas setoriais e cadeia de atores. ▪ Espaço dos <i>Stakeholders</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualidade do ambiente natural (solo, água, ar,...); ▪ Biodiversidade, habitats naturais e ecossistemas (terrestres e marinhos); ▪ Infraestruturas ambientais (abastecimento de água, saneamento, resíduos,...); ▪ Ordenamento do território: estado da arte, potencialidades, riscos, lacunas; ▪ Quadro institucional e de políticas setoriais com relevância para o desenvolvimento turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demografia, (incluindo dinâmicas de mobilidades populacionais); ▪ Infraestruturas sociais (educação e saúde, água, saneamento, condições de habitabilidade); ▪ Condições de vida; ▪ Emprego, desemprego e formação profissional; ▪ Criminalidade; ▪ Problemática do alcoolismo e tráfico de drogas; ▪ Quadro institucional e de políticas setoriais com relevância para o desenvolvimento turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Temáticas fundamentais estabelecidas nas linhas de política nacional dirigida às questões do Género; ▪ Quadro institucional de políticas setoriais com relevância para o desenvolvimento turístico.

² Dadas as características de transversalidade setorial que marcam a temática do Género, o desenvolvimento da Análise Setorial deste domínio será efetuado atendendo a esta dimensão de transversalidade.

Na sua sequência, de modo a permitir estabelecer uma relação imediata entre o diagnóstico efetuado às diferentes dimensões analisadas e a respetiva avaliação, no final de cada capítulo específico procede-se à identificação das fragilidades e das potencialidades atualmente existentes em Cabo Verde no que se relaciona com a atividade turística e o seu exponencial desenvolvimento para, logo na sua sequência, se apresentar a matriz de avaliação.

Os resultados do diagnóstico serão sistematizados sob a forma de uma tabela SWOT que evidencia os pontos fortes e as oportunidades, que ajudam à concretização dos objetivos nacionais para o setor turístico, e os pontos fracos e ameaças, que representam os aspetos que poderão ser impeditivos à concretização do mesmo objetivo de desenvolvimento turístico.

Por sua vez, a matriz de avaliação resultando diretamente da análise efetuada agrega os aspetos fundamentais identificados no diagnóstico por temas de sustentabilidade, os quais deverão ser considerados na conceção da estratégia de desenvolvimento turístico para melhor satisfazer os objetivos de sustentabilidade da atividade em Cabo Verde. Estes temas serão operacionalizados por uma bateria de indicadores-chave de desempenho ambiental, social e político-institucional que permitem avaliar a contribuição do atual modelo de desenvolvimento turístico para a sustentabilidade do território e, na sua sequência, fornecer informação de apoio à tomada de decisão.

2.1 TURISMO

2.1.1 Situação Atual

Importância Macroeconómica

Cabo Verde, desde a sua independência, elegeu o turismo como um dos seus principais eixos estratégicos de desenvolvimento.

A partir de 1991, esta estratégia foi impulsionada através de medidas e políticas de reforço da sustentabilidade do setor turístico, nomeadamente a privatização de algumas unidades hoteleiras do estado, a regulação do setor e a criação de incentivos fiscais e aduaneiros ao investimento.

Essas medidas tiveram impacto positivo na economia, com taxas de crescimento à volta dos 3% anual, e hoje reconhece-se que o turismo é indubitavelmente o setor mais dinâmico da economia cabo-verdiana, pelo seu elevado contributo para o PIB do País, contributo que se situa desde 2011 acima dos 20% (21.3% em 2013), e também pela importância significativa que tem demonstrado para atrair fluxos de investimento estrangeiros (atingindo-se nesta variável os 21,3% em 2015).

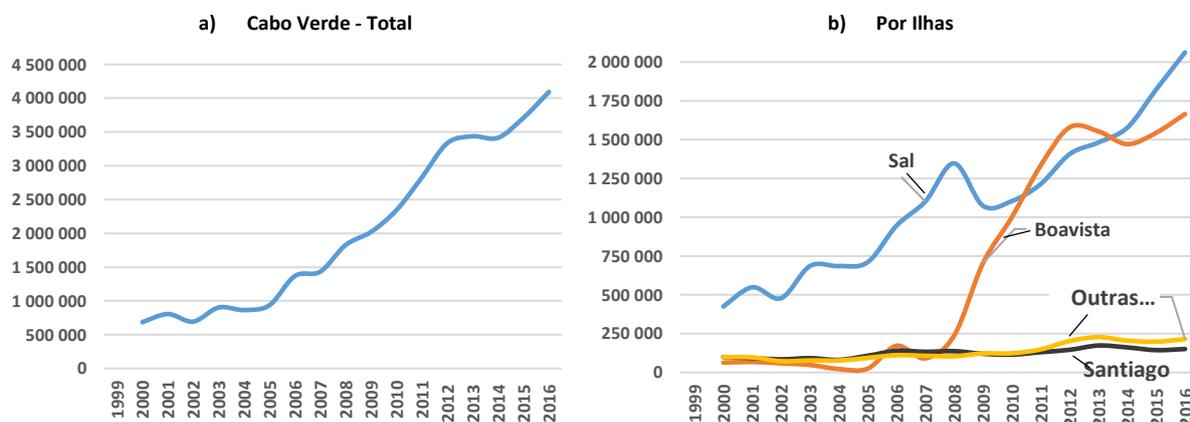
Do primeiro inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2014, sobre a Conta Satélite do Turismo em Cabo Verde referente ao período 2011, realçou-se os seguintes aspetos:

- A. Peso do turismo no PIB.....20,97%³
- B. Peso do turismo na exportação de bens e serviços60,8%
- C. Atividades turísticas que criam mais postos de trabalho:
 - Transporte aéreo de passageiro37%
 - Serviços de alojamento25%
 - Restaurantes e similares19%

Segundo o INE, a vitalidade do setor turístico e particularmente do hoteleiro, é expressa através do fluxo de entradas de turistas, que em 2016 ultrapassou a barreira dos 600 mil, representando um acréscimo de 130% comparativamente aos 10 últimos anos, bem como no número de dormidas, que em 2016 atingiu o pico de 4,1 milhões, um aumento de 200% face ao ano 2006.

A Figura 2.1 evidencia de forma muito clara este crescimento, nomeadamente, nas dormidas (alínea a)), e destaca, desde já, uma das características particulares deste acentuado crescimento que é a sua fortíssima concentração nas ilhas do Sal e da Boa Vista onde, globalmente, se concentravam 77% das entradas e 91% das dormidas turísticas nacionais (dados referentes a 2016).

Figura 2.1_Evolução do número de dormidas turísticas (1999-2016)



Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Este crescimento é, todavia, quando comparado à escala global, ainda pouco significativo no mercado mundial potencial de 1,8 biliões de turistas (meta estimada para 2030).

³ Cerca de 26,7 milhões de ECV

Não obstante ser constantemente referenciado por entidades internacionais de renome, que monitorizam o Turismo, para que Cabo Verde esteja englobado no pacote dos países mais procurados como destino turístico, ainda precisa de trabalhar no sentido de melhorar algumas debilidades, nomeadamente relacionadas com:

- A saúde, o saneamento básico, a segurança e a própria educação/formação da população que ainda não está suficientemente preparada para receber e interagir com os turistas, e que continuam a ser vistos como fatores negativos e a constituir um forte travão para o tão desejado salto qualitativo;
- As regiões que revelam potencial turístico continuam a ser sujeitas a forte especulação imobiliária e fundiária, e a concentrações edificadas excessivas, ou ocupações em assentamentos informais e desordenados (muitas vezes causados pelo próprio desenvolvimento turístico), com consequências urbanísticas irreversíveis e negativas para o desenvolvimento de um turismo de qualidade;
- Os investimentos na divulgação e promoção do País como destino turístico continuam ainda tímidos, insignificantes.

Contudo, se, por um lado, o turismo enquanto fenómeno que há mais de 2 décadas vem despertando grande interesse por parte dos poderes públicos, muito devido ao potencial que lhe é atribuído na promoção do crescimento económico e geração de empregos nos territórios em que se estabelece, não é menos verdade, que também se tornou uma preocupação na agenda pública, enquanto agente gerador de profundos desequilíbrios ambientais e socioeconómicos, sobretudo nas ilhas de maior acolhimento, para além de acentuar as assimetrias regionais.

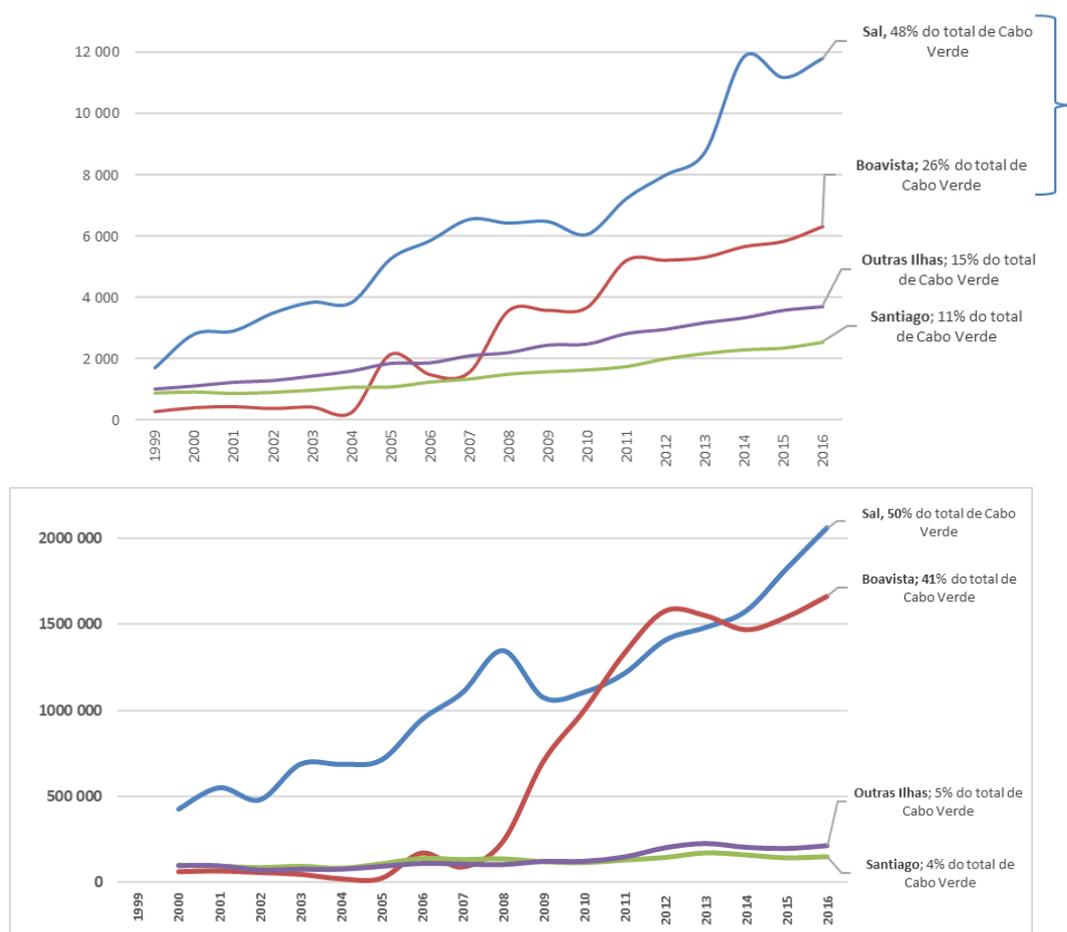
Os aspetos acima referidos, têm suscitado uma forte atuação dos Governos que, a par de avultados investimentos em áreas correlacionadas, como sejam os transportes (4 aeroportos internacionais e 3 aeródromos, 9 portos, sendo 2 de águas profundas), as telecomunicações e as redes viárias, esforçam-se ainda para a criação e aprimoramento de importantes instrumentos de planeamento, gestão e promoção turística, designadamente na delimitação das zonas de desenvolvimento turístico integrado (ZDTI), a criação de instituições afins, como a Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Boa Vista e Maio (SDTBM), a CV Trade Invest, para a promoção do destino turístico e captação de investimentos externos, ou a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV), para a formação de quadros, como será abordado nos capítulos seguintes.

Neste âmbito, a definição do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010-2013 constituiu uma manifestação clara desta assunção por parte dos poderes públicos. O setor do Turismo beneficia também, na presente legislatura, de uma posição privilegiada nas opções de política económica. O Programa do atual Governo, ao propor um novo modelo de crescimento económico, atribui ao Turismo a função de Pilar Central da economia cabo-verdiana definindo, para este efeito, metas ambiciosas para o desenvolvimento do setor, nomeadamente, em aspetos de relevante importância no contexto da presente Avaliação Estratégica.

A competitividade da oferta e a procura turística

A análise da evolução da capacidade de alojamento e das dormidas, no período 1999 a 2016, evidencia o forte investimento verificado nas ilhas do Sal e da Boa Vista que representam, em conjunto, cerca de 74% da capacidade de alojamento turístico instalado no País e 91% das dormidas verificadas neste período.

Figura 2.2_Capacidade de alojamento e dormidas [1999-2016]

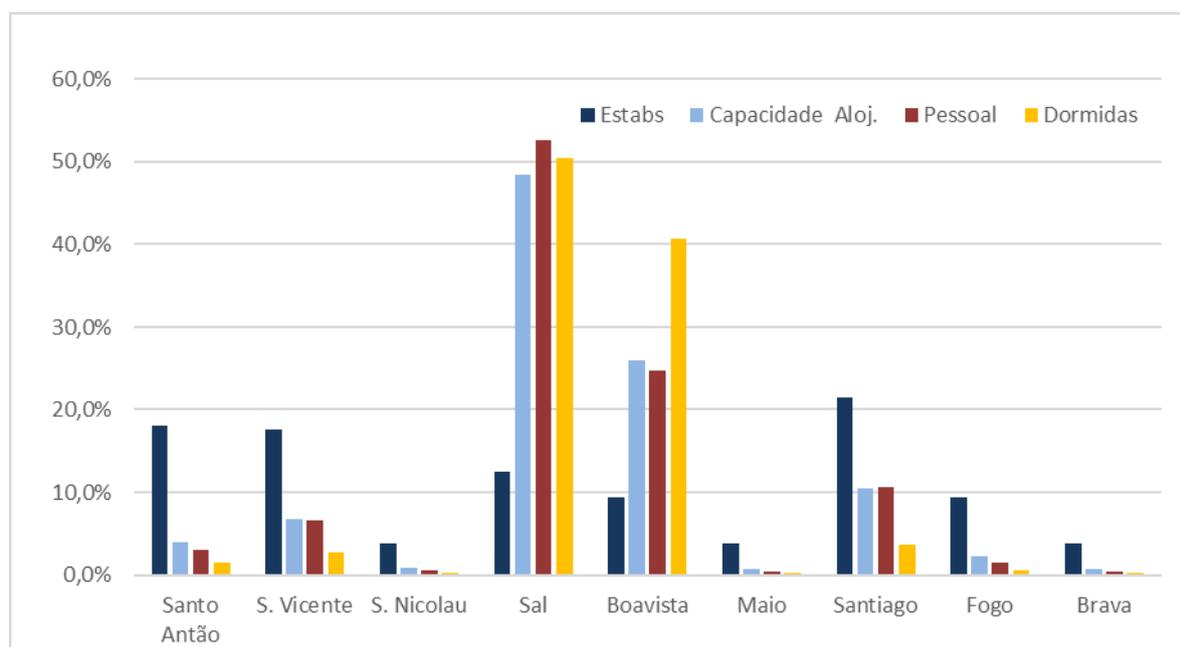


Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Apesar da ilha do Sal ter uma maior capacidade de alojamento instalado em relação à ilha da Boa Vista, o número de dormidas na ilha da Boa Vista é muito significativo, o que resulta da estada média de turistas nesta ilha ser superior ao verificado na ilha do Sal, vejam-se figuras seguintes.

Segundo os dados do inventário anual realizado pelo INE, no final do ano 2016 estiveram em atividade 233 estabelecimentos hoteleiros, mais 3,1% do que no ano anterior. Esses estabelecimentos hoteleiros ofereceram uma capacidade de alojamento de 11.435 quartos, 18.382 camas e 24.376 lugares, traduzindo-se em acréscimos de 7,6%, 1,8% e 6,2% respetivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Figura 2.3_ Síntese das estatísticas de turismo [2016]



Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Trata-se de uma configuração que tende para a concentração nas ilhas do Sal, da Boa Vista, Santiago e S. Vicente, que congregam juntos mais de 90% de entradas e dormidas. Destas 4 ilhas, o Sal e a Boa Vista, absorvem mais de 75% das entradas e 90% das dormidas.

Tabela 2.2_Evolução do número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade e pessoal ao serviço, 2010-2016

Descrição	Ano						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº. de estabelecimentos	178	195	207	222	229	226	233
Nº de quartos	5.891	7.901	8.522	9.058	10.839	10.626	11.435
Nº de camas	11.397	14.076	14.999	15.995	18.188	18.055	18.382
Capacidade de alojamento	13.862	17.025	18.194	19.428	23.171	22.954	24.376
Pessoal ao serviço	4.058	5.178	5.385	5.755	6.282	6.426	7.742

Fonte: Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2016 (INE)

Os dados de 2016 permitem referir que a **ilha de Santiago** possui 50 estabelecimentos de alojamento turístico, o que corresponde a 21,5% do total existente. Seguem-se as ilhas de Santo Antão, S. Vicente e Sal com 42, 41 e 29 estabelecimentos, respetivamente, representando 18,0%, 17,6% e 12,4%.

Maior aumento ocorreu nas **ilhas da Boa Vista e da Brava**, com acréscimos de 2 estabelecimentos cada, face ao ano anterior. Seguem-se as ilhas de São Vicente, Sal e Santiago, todos com acréscimo de 1 estabelecimento cada. Nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Maio e Fogo não se registaram variações.

Em relação ao tipo de alojamento, verificou-se maior aumento nas residenciais, com mais 6 estabelecimentos, face ao ano 2015. São seguidas dos hotéis (+5), pousadas (+2) e aldeamentos turísticos (+1). Os decréscimos ocorreram nas Pensões (-5) e nos hotéis apartamentos com menos 2 estabelecimentos.

Considerando a tipologia dos estabelecimentos hoteleiros, as **residenciais** continuam a ser os estabelecimentos com maior peso, representando cerca de 33,0% do total, ficando as pensões e os hotéis em segundo e terceiro lugares com 27,5% e 25,3%, respetivamente.

No período em análise, os **quartos** disponíveis continuam a ter maior expressão **na ilha do Sal**, 47,2%. Boa Vista manteve no 2º lugar, com 24,7%, e Santiago o 3º com 11,2%. Os hotéis continuam a liderar com cerca de 75,6% dos quartos, seguidos pelas residenciais e pensões, com 7,4% e 6,7%, respetivamente.

A oferta de **camas** concentrou-se principalmente na ilha do Sal (46,2%). Seguem-se as ilhas da Boa Vista com 29,3%, Santiago com 10,1% e S. Vicente com 6,5%, enquanto as restantes ilhas oferecem cerca de 7,9% do total das camas disponíveis.

De acordo com os dados de 2017⁴, verifica-se um aumento dos números apresentados, registando-se 294 os empreendimentos turísticos em Cabo Verde, os quais oferecem uma capacidade de alojamento de 11467 quartos e 23158 camas, empregando um total de 7463 pessoas, tal como pode ser observado na tabela seguinte.

Tabela 2.3_ Número de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço, 2017

Ilha	N.º de Empreendimentos turísticos	N.º de Quartos	N.º de Camas	N.º de Pessoal ao serviço
Santo Antão	71	632	896	256
São Vicente	52	755	1115	489
São Nicolau	10	90	134	26
Sal	28	5 311	12 305	4 011
Boa Vista	27	2 932	6 109	1 778
Maio	10	80	90	24
Santiago	58	1 239	1 904	747
Fogo	29	338	465	110
Brava	9	90	140	22
Total	294	11 467	23 158	7 463

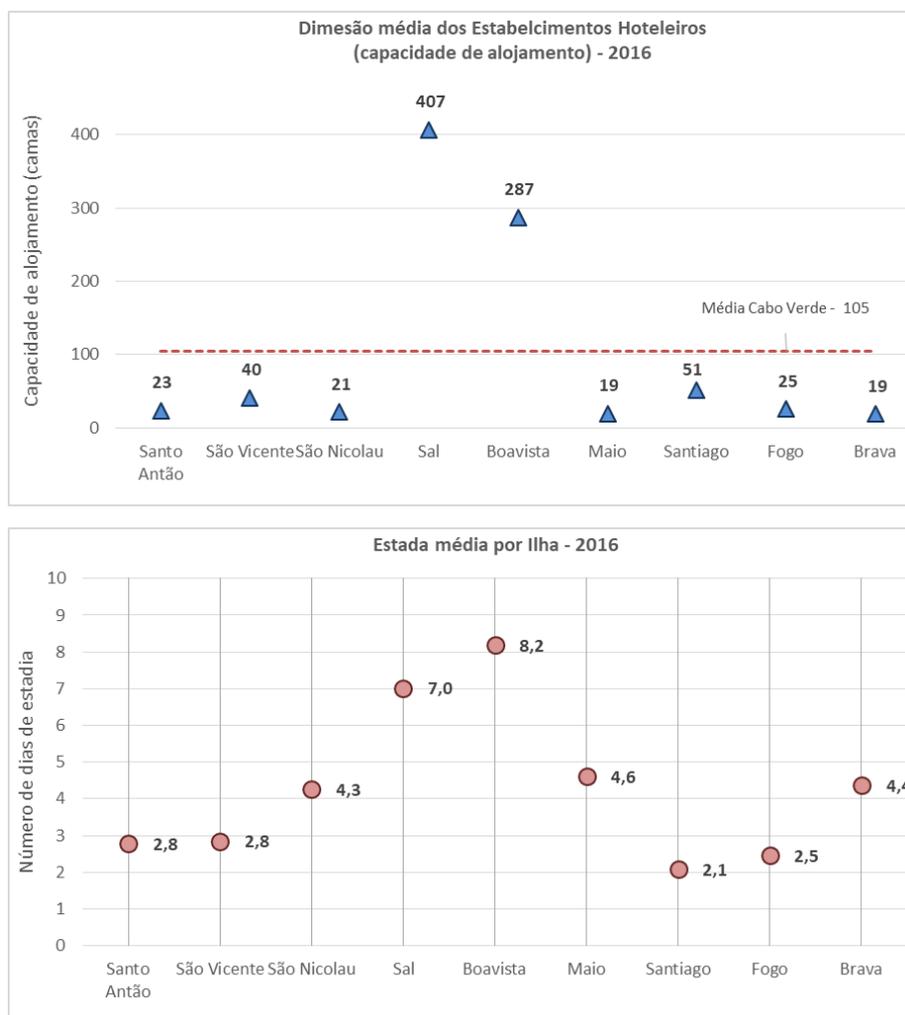
Fonte: Relatório Final de Vistorias. Direção dos Serviços de Turismo, agosto 2017

De acordo com os dados do INE, de 2016, a distribuição por **tipo de estabelecimento** revelou que os hotéis representam mais de três quartos da capacidade de camas disponíveis (76,5%). Em seguida estão os aldeamentos turísticos (6,4%), as residenciais (5,9%), as pensões e os hotéis apartamentos, ambos representando 5,5%.

⁴ Relatório Final de Vistorias. Direção dos Serviços de Turismo, agosto 2017.

A dimensão média dos estabelecimentos hoteleiros, definida como capacidade de alojamento por estabelecimentos e por ilha (veja-se figura seguinte), permite evidenciar opções urbanísticas distintas verificando-se que é na ilha do Sal e na Boa Vista onde se concentram os maiores estabelecimentos hoteleiros.

Figura 2.4_Dimensão média dos estabelecimentos hoteleiros/capacidade de alojamento e estada média por ilha [2016]



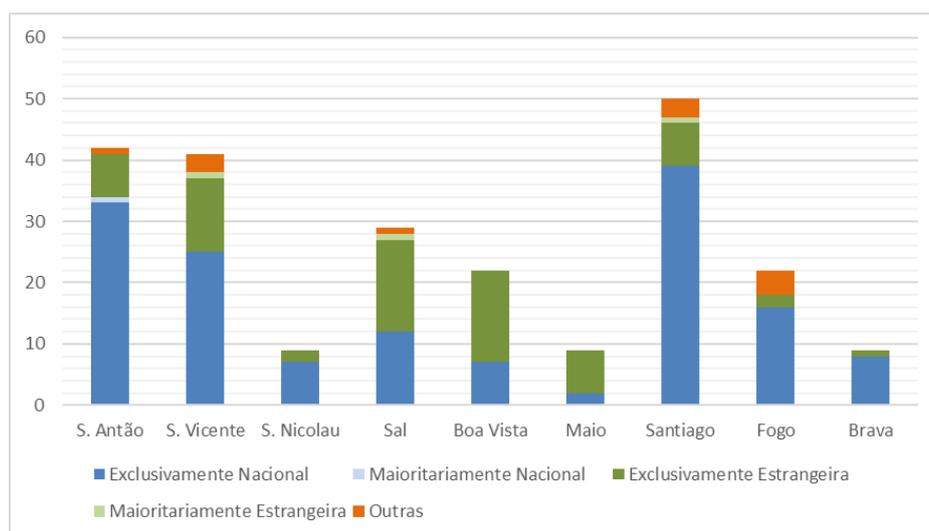
Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

O investimento estrangeiro concentra-se sobretudo no Sal e na Boa Vista, com 15 estabelecimentos em cada ilha, nas tipologias de hotéis, residenciais e hotéis apartamento. Em todas as ilhas há investimento em estabelecimentos hoteleiros exclusivamente estrangeiros. Em termos de investimento nacional verifica-se que o maior número de estabelecimentos concentra-se em Santiago (39 unidades), Santo Antão (22 unidades) e São Vicente (17 unidades) embora existam estabelecimentos de alojamento de investimento exclusivamente nacionais em todas as ilhas.

Evidências recentes, recolhidas, designadamente, na sessão de trabalho realizada com a Cabo Verde Trade Invest, sinalizam novas tendências nas características dos mais recentes fluxos de investimento turístico em Cabo Verde. Destaca-se de entre estas novas características as seguintes: investimentos de menor dimensão,

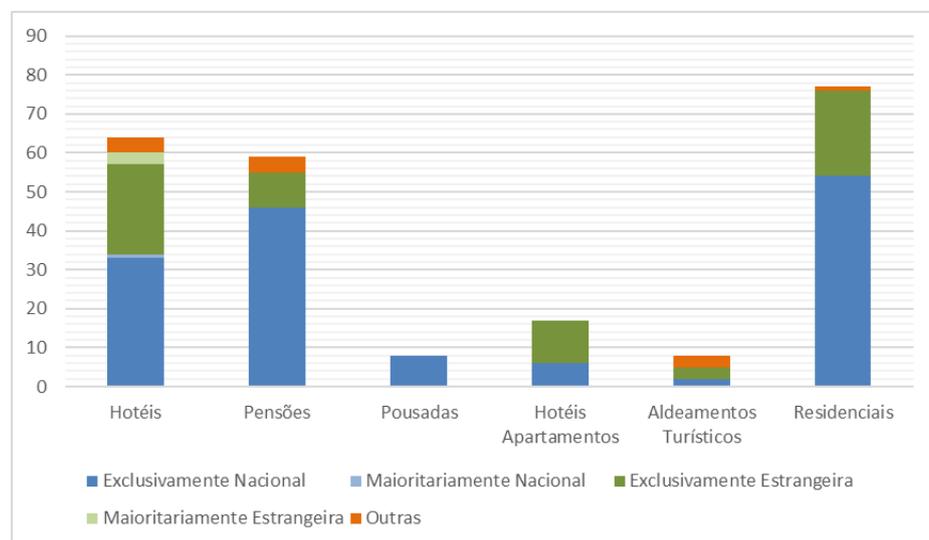
investimento com maior qualidade em termos de produto oferecido, introdução de novos produtos turísticos no pacote de investimento estrangeiro (foi sublinhado, por exemplo, caso de turismo de saúde num novo investimento na ilha do Fogo), bem como a novos investimentos nas atividades de animação turística (caso do mergulho).

Figura 2.5_ Estabelecimentos de alojamento segundo a origem do Capital Social, por Ilha, 2016



Fonte: Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2016 (INE)

Figura 2.6_ Estabelecimentos de alojamento segundo a origem do Capital Social, por Tipo, 2016



Fonte: Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2016 (INE)

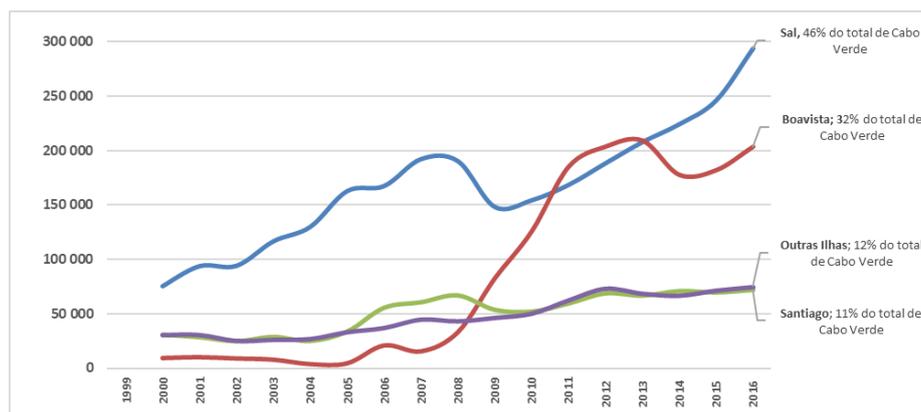
Movimento de passageiros nos aeroportos

Segundo Fonte da ASA – Aeroporto e Segurança Aérea, a movimentação de passageiros revela tendência crescente desde 2012. A taxa de crescimento médio de 2011 a 2016 foi de 4,6%. Em 2016, os aeroportos de

Cabo Verde movimentaram mais de 2 milhões de passageiros, um aumento de 11,5% relativamente ao ano transato, sendo que 1,4 milhões era de procedência internacional (66%).

A análise das entradas de turistas em Cabo Verde nos últimos anos acompanha a evolução do movimento de passageiros verificada nos aeroportos nacionais, registando-se que em 2016 cerca de 650.000 turistas entraram no País.

Figura 2.7_Evolução do número de entradas turísticas em Cabo Verde [1999-2016]



Fonte: INE – Estatísticas do Turismo

Emprego e remuneração

Em finais de 2016, os estabelecimentos hoteleiros inventariados **empregavam** cerca de **7.742 pessoas**, o que corresponde a um acréscimo de 20,5% em relação ao ano 2015. **Os hotéis** continuam a empregar o maior número de pessoas, representando cerca de 84,2% do total do pessoal. Seguem-se as pensões e as residenciais, com 4,6% e 4,2%, respetivamente.

A **ilha do Sal** continua a ser a ilha com maioria do pessoal empregado nos estabelecimentos de alojamento turístico. **Cerca de 53 em cada 100 empregados** dos referidos estabelecimentos estão nessa ilha; em seguida aparecem as ilhas da Boa Vista, com 24,7% e de Santiago com 10,6%.

O **pessoal remunerado** representa 99,2% do total do pessoal empregado. Além disso, a grande maioria do pessoal empregado (91,9%), é nacional. De igual modo, 59,7% desse mesmo efetivo é mulher.

Do **pessoal ao serviço remunerado**, 78,4% tem contrato a termo, 18,6% tem contrato permanente e apenas 3,0% não tem contrato. Dos que têm **contrato a termo**, 41,7% tem contrato de 3 meses, 32,7% tem contrato de 6 meses e 25,6% tem contrato um ano.

Por **categoria de pessoal ao serviço**, a restauração representa 18,9% do pessoal, a cozinha representa 16,5%, limpeza (13,1%) e andares (11,2%). As categorias menos representativas são o controlo (0,6%), o economato com 1,0% e a pastelaria com 1,9%.

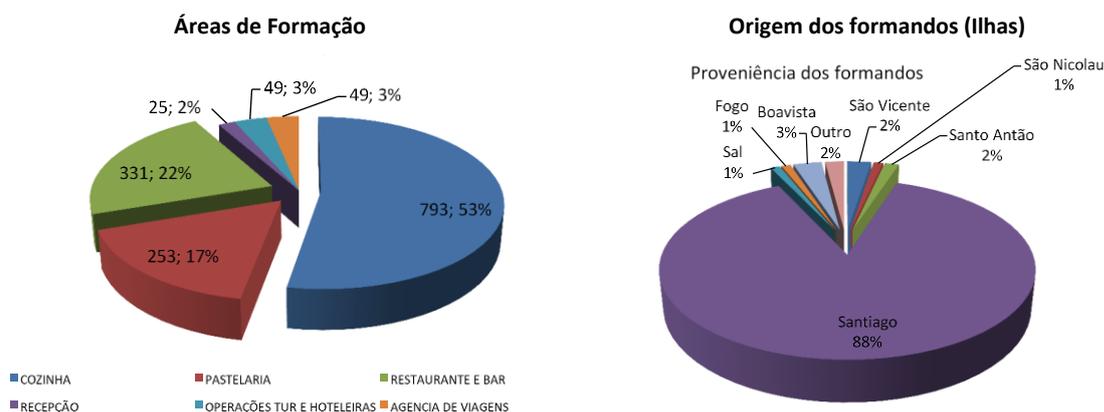
No capítulo da **formação profissional** dirigida para o setor turístico, Cabo Verde conta com a intervenção de duas relevantes instituições de âmbito regional. Por um lado, o IEFP, com os seus 8 Centros de Emprego e Formação Profissional (CEFP), desenvolve oferta formativa, nomeadamente, dirigida a Guias Turísticos,

Rececionista de Alojamento, Restauração e Bebidas. O IIEFP pode vir a ver reforçada a sua participação na qualificação dos recursos humanos disponíveis para o setor turístico se se concretizar um protocolo de cooperação entre o IIEFP e a Cabo Verde Trade Invest com vista a associar os novos fluxos de investimento estrangeiro a programas de formação turística dos recursos humanos nacionais.

É, contudo, a Escola de Hotelaria e Turismo (EHTCV) a instituição que, por natureza, constitui a principal referência na qualificação profissional do setor turístico em Cabo Verde. Numa avaliação realizada pela própria instituição, sobre o trabalho desenvolvido no quadriénio 2011-2015, contabilizam-se cerca de 1800 formandos, com uma taxa de empregabilidade de atinge os 73,5%.

Do ponto de vista das áreas de formação, a informação disponibilizada pela EHTCV testemunha a sua amplitude temática ainda que com uma forte concentração na restauração, designadamente, em cursos de Cozinha. A EHTCV evidencia, contudo, alguma fragilidade no alcance territorial da sua oferta o que se traduz por uma fortíssima concentração geográfica na origem dos formandos onde a Ilha de Santiago, ilha onde a escola se localiza, surge como a principal beneficiária com 88% dos formandos.

Figura 2.8_ Evolução EHTCV - Cursos de Formação – 2011-2015



Fonte: EHTCV

Perfil da procura

Desde a década de 90 o turismo tem beneficiado de um conjunto de políticas de incentivo ao investimento externo e infraestruturação, para crescer. As ilhas do Sal e Boa Vista (a segunda, a partir de meados dos anos 2000) foram as que maior atenção receberam, resultante da aposta no produto “Sol, Praia e Mar” e, por conseguinte, as que mais visitas estrangeiras têm recebido.

A procura turística cabo-verdiana é concentrada na Europa Ocidental. Até 2001 a maioria dos turistas que visitaram o País era de origem Portuguesa. Mas os dados do INECV (2013c) demonstram que a partir daí, e até 2007, essa posição passou a ser assumida pelos italianos, que, a par de Portugal e Alemanha, representaram respetivamente, em média, 38,2%, 20,3% e 11,0% do total das dormidas. Entretanto, a partir de 2007, os principais mercados emissores passaram a ser o Reino Unido (25,6%), Itália (14,4%), Alemanha (14,1%) e Portugal (12,9%).

Segundo dados do INE, no período de 2000 a 2014, a procura turística cresceu aproximadamente 372% (145.076 para 539.621), com crescimento positivo todos os anos, à exceção dos anos 2002 (-6,2%), 2009 (-0,9%) e 2014 (-2,3%).

No período compreendido entre 2010 e 2016, Cabo Verde registou um crescimento de 76% na sua **capacidade de alojamento**, de 70% no número de entradas nas unidades de alojamento e de 75% no número de dormidas.

Em 2016, os estabelecimentos hoteleiros registaram mais de 644 mil hóspedes e mais de 4,1 milhões de dormidas. Em termos absolutos, representaram 75.042 entradas e 382.551 dormidas a mais do que os valores registados em 2015.

Tal como referido anteriormente, os **hotéis** continuam a ser os estabelecimentos hoteleiros mais procurados, representando 84,3% do total das entradas. Seguem-se os aldeamentos turísticos e as residenciais, com cerca de 5,5% e 4,2%, respetivamente. Relativamente às dormidas, os hotéis representam 91,1%, os aldeamentos turísticos 3,5% e as residenciais 2,1%.

A **ilha do Sal** continuou a ter maior acolhimento, com 45,6% do total das entradas, seguida da ilha da Boa Vista, com 31,6% e Santiago com 11,2%. Em relação às dormidas, a ordem é a mesma: Sal com 50,4%, Boa Vista com 40,7% e Santiago, com 3,7%.

O **principal mercado emissor** de turistas, no ano 2016, continuou a ser o **Reino Unido** com 20,5% do total das entradas, seguido da **Alemanha** com 11,1%; **Portugal e França** representando igual a percentagem de 10,1% e **Países Baixos (Bélgica + Holanda)** responsáveis por 9,7% de turistas.

Relativamente às **dormidas**, o **Reino Unido** também permanece no primeiro lugar com 30,0% do total, seguido de **Alemanha, Países Baixos, França e Portugal**, com 12,9%; 11,7%; 8,0% e 7,8%, respetivamente.

Os residentes em Cabo Verde totalizaram 7,2% das entradas e 3,1% das dormidas.

Segundo ainda o INE, os **visitantes provenientes do Reino Unido** foram os que tiveram **maior permanência média** em Cabo Verde no ano em análise (9,1 noites). A seguir surgem os provenientes dos Países Baixos (7,4 noites), da Alemanha com 7,1 noites e da Itália (5,2 noites). Os Cabo-verdianos residentes permaneceram, em média, 2,6 noites nos estabelecimentos hoteleiros durante o ano 2016.

A **distribuição temporal** da procura turística nacional ao longo do ano demonstra que a sazonalidade é também uma particularidade do turismo cabo-verdiano. Com base na análise dos dados trimestrais publicados pelo INECV, referentes ao movimento dos hóspedes dos últimos três anos, verifica-se que esse desequilíbrio é, antes de mais, provocado por fatores climáticos e influenciado pelos movimentos dos turistas do norte da Europa, que visitam o País com maior incidência nos seus meses de inverno, coincidentes aos primeiro e quarto trimestres.

Contudo, não obstante o crescimento que muitos consideram atípico e à contracorrente, deve-se ter sempre em consideração os vários fatores que podem travar o ciclo de crescimento da procura de Cabo Verde como destino turístico, designadamente a deficiente diversidade de oferta turística complementar, a reconquista da estabilidade política e social por parte de alguns destinos concorrenciais do Norte de África, o aumento da carga fiscal para o setor, consubstanciado pela introdução da Taxa Turística e pelo aumento do IVA.

No geral, estes aspetos traduzem a fraca capacidade competitiva do País enquanto destino turístico, como tem vindo a ser referido nos relatórios anuais do Fórum Económico Mundial (WEF), e intitulados Global Travel & Tourism Competitiveness Index.

2.1.2 Quadro Institucional e Legal

O Turismo tem sido efetivamente, uma verdadeira força motriz que apoia o crescimento económico do País, merecendo um forte acolhimento por parte das políticas de desenvolvimento nacional, verificando-se um largo consenso nacional sobre a sua importância e sobre a sua posição nuclear na organização da economia de Cabo Verde.

O setor do Turismo beneficia na presente legislatura de uma posição privilegiada nas opções de política económica. O **Programa do Governo** (IX Legislatura) ao propor um novo modelo de crescimento económico atribui ao Turismo a função de Pilar Central da economia cabo-verdiana definindo, para este efeito, metas ambiciosas para o desenvolvimento do setor, nomeadamente, em aspetos de relevante importância no contexto da presente Avaliação Estratégica. É, assim, compromisso do presente governo⁵, entre outros aspetos:

- “Atingir 1 milhão de turistas estrangeiros por ano, até 2021”,
- “Promover as externalidades positivas do turismo através da constelação turismo, abrangendo a agricultura, as pescas, a cultura e o desporto”,
- “Reforçar e consolidar o modelo dominante do Turismo de Sol, Praia e Mar”,
- “Eliminar as principais fraquezas do turismo cabo-verdiano em sede de segurança, requalificação urbana, saneamento, promoção internacional, capacitação dos recursos humanos e unificação do mercado interno”,
- “Reforçar a articulação entre o Turismo e o Ambiente visando criar a sustentabilidade”.

Por sua vez, das opções de desenvolvimento turístico estabelecidas no âmbito do **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010-2013**, que embora possua a sua vigência temporal ultrapassada, está longe de estar esgotado ou ultrapassado, destaca-se a Visão e os Objetivos Gerais, a saber:

- **Visão:**
 - *Queremos ter um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, que contribua efetivamente para melhorar a qualidade de vida dos cabo-verdianos, sem pôr em risco os recursos para a sobrevivência das gerações futuras.*

⁵ Programa do Governo, IX Legislatura, página 39,

- **Objetivos gerais:**
 - *Orientar o crescimento e o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, aumentando a responsabilidade das empresas ligadas ao sector;*
 - *Desenvolver infraestrutura capaz de aumentar o nível de competitividade de Cabo Verde como destino turístico internacional.*
 - *Ampliar a capacidade do sector turístico de gerar emprego, rendimento e inclusão social;*
 - *Garantir uma maior interiorização da cadeia produtiva do turismo e, conseqüentemente, aumentar os efeitos multiplicadores deste sector na economia;*
 - *Criar uma estrutura institucional capaz de coordenar e executar uma Política Nacional de Turismo.*

Outros Documentos importantes, a par dos referidos, têm sido aprovados desde os anos 90 a esta parte, em clara demonstração da importância estratégica que o setor do turismo representa para o desenvolvimento do País, como sendo a Lei de Bases do Turismo, o Imposto do Turismo, o Estatuto de Utilidade Turística, o Regulamento do Mérito Turístico, o Regulamento das Zonas Turísticas Especiais, a Lei do Investimento Externo, o Fundo do Desenvolvimento Turístico, o Regulamento dos Estabelecimentos Hoteleiros e Similares, a Lei dos Inventivos Fiscais, entre outros.

Ainda, no quadro do reforço institucional com o objetivo da promoção do investimento externo, Cabo Verde tem assinado vários acordos internacionais, com vista a uma melhor segurança e proteção jurídica aos investidores, de que se destacam:

- Lei quadro de arbitragem nacional;
- Regras da Convenção de Washington, de 15 de março de 1965;
- Regras fixadas no Regulamento do Mecanismo Suplementar, aprovado a 27 de setembro de 1978, pelo Conselho do Centro Internacional para a Resolução de diferendos relativos a Investimentos;
- Regras de Arbitragem da Câmara Internacional de Comercio, com sede em Paris;
- Membro do centro Internacional para a resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID)
- Membro da Agencia Multilateral de garantia dos Investimentos (MIGA), que é membro do grupo do Banco Mundial, e que visa promover o investimento direto nos países em desenvolvimento, proporcionando garantias (seguro contra riscos políticos) a investidores e agentes financiadores;
- Membro da OMC – Organização Mundial do Comércio;
- Acordo cambial com a União Europeia para a paridade do Escudo CV face ao Euro;
- Convenção com a República Portuguesa e Região Administrativa de Macau, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.

Na verdade, o País encontra-se ainda numa encruzilhada e confronta-se permanentemente com o desafio da construção de um modelo de turismo que possa, por um lado, garantir a viabilidade e durabilidade das

operações económicas e que, por outro, proporciona uma distribuição justa dos benefícios socioeconómicos para todas as partes envolvidas na cadeia de valor, incluindo o emprego estável, fazendo o uso racional dos recursos ambientais, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade, bem como o respeito pela autenticidade sociocultural das ilhas de acolhimento.

Aliás, são recomendações constantes nos sucessivos relatórios internacionais, nomeadamente da ONG Ethical Traveler, que referencia Cabo Verde como um dos dez melhores destinos turísticos éticos do mundo, dos países que melhor associam o trabalho de desenvolvimento turístico com a promoção dos direitos humanos, proteção ambiental e bem-estar social, mas que, contudo, possui ainda um conjunto de aspetos a melhorar, designadamente a necessidade de se fazer mais para proteger o ambiente natural frágil, combater o tráfico humano, o trabalho forçado e o turismo sexual, especialmente os casos que se reportam à infantilidade (Ethical Traveler, 2012, 2013, 2014).

2.1.3 Espaço dos *Stakeholders*

Abordagem Metodológica

Tal como especificado na Proposta Técnica e, posteriormente, nos relatórios que precederam esta fase final da Avaliação Estratégica, os trabalhos que conduziram à elaboração do presente relatório envolveram a recolha e o tratamento de informação com vista à elaboração da **Análise de Stakeholders**. A abordagem prosseguida, alinhada com as indicações dos Termos de Referência, considerou a metodologia *Stakeholders Analysis* para análise do posicionamento dos *stakeholders* do turismo em Cabo Verde em dois eixos de referência:

- o eixo do **nível de interesse** do Turismo para o desempenho do *stakeholder*,
- o eixo do **nível de influência** que o *stakeholder* possui no sentido de poder influenciar o desempenho do Turismo em Cabo Verde.

De acordo com o processo de participação e de envolvimento institucional estabelecido para a elaboração da fase de diagnóstico, contactou-se com um conjunto de *stakeholders*, num total de 48 entidades, que se encontram identificadas na tabela seguinte. Como se pode observar, alguns *stakeholders* são considerados no âmbito desta análise na sua forma individual (por exemplo, a Agência Marítimo-Portuária, a Câmara de Turismo de Cabo Verde e a Direção Nacional de Saúde); outros surgem aqui considerados na sua forma coletiva (por exemplo, Conselhos Regionais de Parceiros de Ilhas, as Empresas de Animação Turística e as ONG Ambientais).

Tabela 2.4_ Stakeholders envolvidos na Análise de Stakeholders

Nº	Designação do <i>Stakeholder</i>	Código	Nº	Designação do <i>Stakeholder</i>	Código
1	Aeroportos e Segurança Aérea	ASA	26	Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente	ICCA
2	Agência Marítimo-Portuário	AgMP	27	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género	ICIEG
3	Agência Nacional de Água e Saneamento	AgNAS	28	Instituto de Emprego e Formação Profissional	IEFP

Nº	Designação do <i>Stakeholder</i>	Código	Nº	Designação do <i>Stakeholder</i>	Código
4	Agentes Económicos do Setor Agrícola e das Pescas	Agric_P	29	Instituto Nacional de Gestão Territorial	INGT
5	Associação Caboverdiana para a proteção da Família	VERDEFAM	30	Instituto Nacional de Previdência Nacional	INPN
6	Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento	MORABI	31	Ministério da Administração Interna	M_Adml
7	Associação de Guias Turísticos	Guias	32	Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas	M_CIC
8	Associação de Municípios de Cabo Verde	ANM_CV	33	Ministério da Justiça e do Trabalho	M_JT
9	Associação de Proprietários de Táxis	Táxis	34	Ministério do Ambiente	M_Amb
10	Associação de Viagens Turísticas	Ag_VTur	35	Municípios do Sal, da Boavista e do Maio	Munic_SBM
11	Associações de Municípios de Ilhas	AM_Ilhas	36	ONG Ambientais	ONG_A
12	Cabo Verde Trade Invest	CV_TI	37	ONG Sociais	ONG_S
13	Câmara de Turismo de Cabo Verde	CTCV	38	Outras companhias aéreas	C_Aéreas
14	Câmaras de Comércio	C-Com	39	Outros Municípios	Munic_Out
15	Companhia de Transportes Aéreos BINTER	BINTER	40	Plataforma ONG	P_ONG
16	Conselhos Regionais de Ilhas	CR_Ilhas	41	Política Nacional	PoI_N
17	Direção Geral de Inclusão Social	DG_IS	42	Rede Parlamentar de Ambiente	RPAmb
18	Direção Geral do Património	DG_Pat	43	Renascença Africana - Associação das Mulheres	RAMAO
19	Direção Geral do Turismo e dos Transportes	DGTT	44	Setor de Restauração	Rest
20	Direção Nacional de Planeamento	DN_P	45	Grandes Operadores Turísticos	GrOpTUR
21	Direção Nacional de Saúde	DN_Saúde	46	Outros Operadores Turísticos	OuOpTUR
22	Empresas de Animação Turística	E_Anim	47	Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Boa Vista e Maio	SDBVM
23	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde	EHTCV	48	Transportes Aéreos de Cabo Verde	TACV
24	Fundo do Ambiente	F_Amb	49	Turtle Foundation	TF
25	Fundo de Turismo	F_Tur			

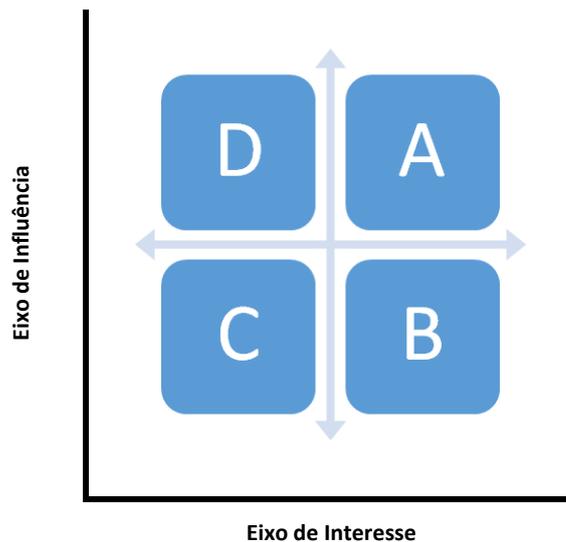
A definição da Matriz de Interesse / Influência resultou de uma análise desenvolvida no seio da equipa, tendo como referência a classificação de cada *stakeholder* segundo as duas seguintes questões:

- Questão relativa ao **nível de interesse**: qual é o nível de interesse que o desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde tem para o bom desempenho da atividade do *Stakeholder*?
- Questão relativa ao **nível de influência**: qual é o nível de influência que o *Stakeholder* no exercício das suas atividades tem sobre a trajetória de desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde?

A classificação utilizou uma escala de valores de 1 a 10, sendo 1 para um nível de interesse/influência muito fraco/a e 10 para um nível de interesse/influência muito forte. Os resultados utilizados na representação gráfica correspondem à média simples das classificações obtidas por cada *Stakeholder*.

Uma nota importante diz respeito ao momento a que diz respeito a classificação atribuída nos dois eixos. Assim, foi considerado metodologicamente adequado que a classificação a atribuir a cada *stakeholder* deveria respeitar ao nível de interesse e ao nível de influência no momento presente. Isto é, a classificação diz respeito ao que existe, com base no diagnóstico feito, e não ao que devia existir numa situação ótima.

Figura 2.9_ Análise de *Stakeholders* (Matriz Interesse / Influência)



A Matriz de Interesse / Influência que resulta desta análise é uma ferramenta metodológica muito poderosa no desenvolvimento da *Análise de Stakeholders* em vários domínios, nomeadamente, nas análises de posicionamento empresarial nos mercados setoriais, e traduz-se na representação do posicionamento de cada *stakeholder*, e do conjunto dos *stakeholders*, num gráfico com a configuração da Figura 2.9.

A análise realizada sobre o espaço de *stakeholders* introduziu uma questão adicional de caracterização da relação de cada *stakeholder* com o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. Esta questão pretende tornar mais significativos os resultados da Matriz de Interesse / Influência.

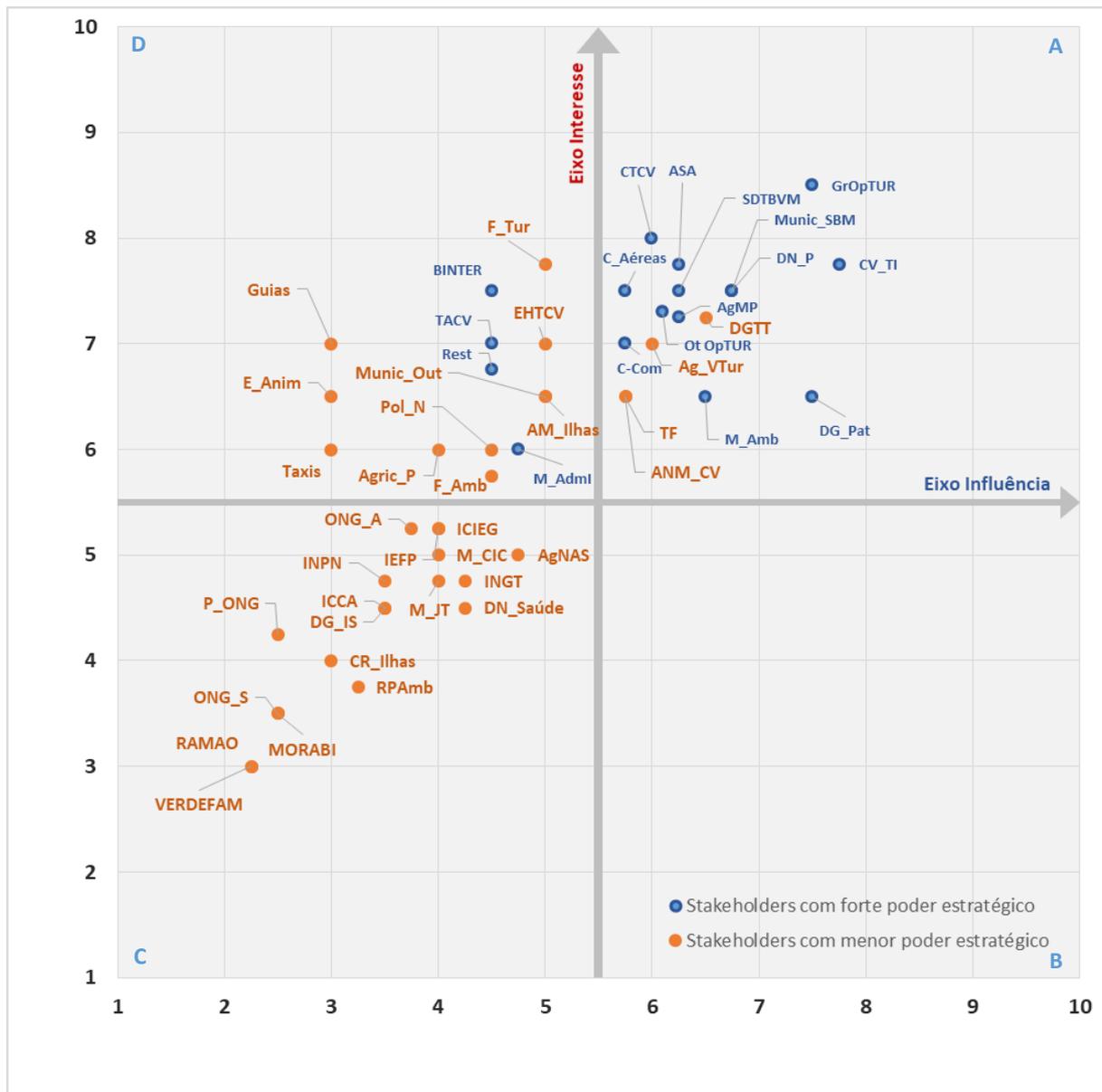
A questão adicional foi a seguinte:

- O *stakeholder* tem atualmente poder de influência suficiente que possa condicionar fortemente a implementação da estratégia nacional de desenvolvimento do turismo?

Os resultados

Dos resultados obtidos nestas três classificações resulta o gráfico que expressa a posição de cada *stakeholder* no que é designado por Espaço dos *Stakeholders* do Setor do Turismo, tal como apresentado na figura seguinte.

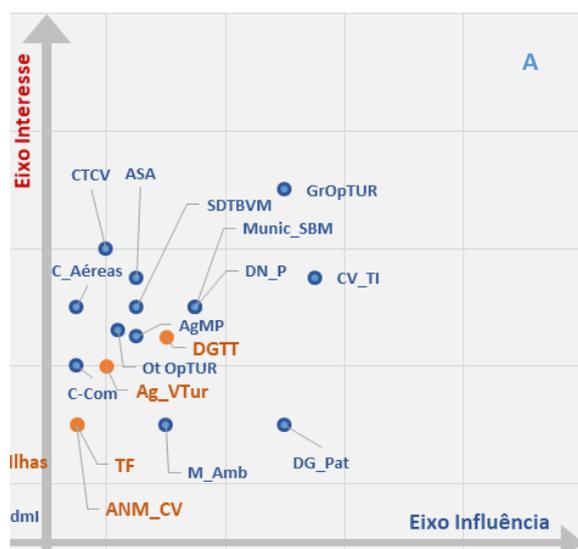
Figura 2.10_ Espaço dos Stakeholders do Setor do Turismo



O Espaço dos Stakeholders do Setor do Turismo distribui-se por 3 dos 4 quadrantes do gráfico. O **Quadrante B** que corresponde ao espaço de forte influência e de reduzido interesse surge vazio, o que traduz uma relação forte entre influência e interesse (isto é, no caso do Turismo em Cabo Verde, um forte nível de Influência por parte de um stakeholder, encontra-se sempre associado a um nível de relevante interesse por parte desse mesmo stakeholder: casos de influência sem interesse não se registam). Este resultado pode ser, por um lado, uma boa notícia para a governação do turismo, pois significa que o exercício das grandes influências na definição/implementação de uma estratégia de desenvolvimento turístico em Cabo Verde é feito por dentro do setor do turismo (forte influência e forte interesse) e não por instituições sem particular interesse no turismo (instituições de fora do setor).

Por outro lado, este resultado denuncia um aspeto particularmente exigente que se impõe à governação do setor: do lado das instituições com forte interesse no setor do turismo encontram-se as instituições com forte influência na prossecução dos objetivos de desenvolvimento turístico. Este resultado indica, assim, a necessidade de um modelo de governação com fortes níveis de articulação e de coordenação estratégica entre os principais agentes do setor.

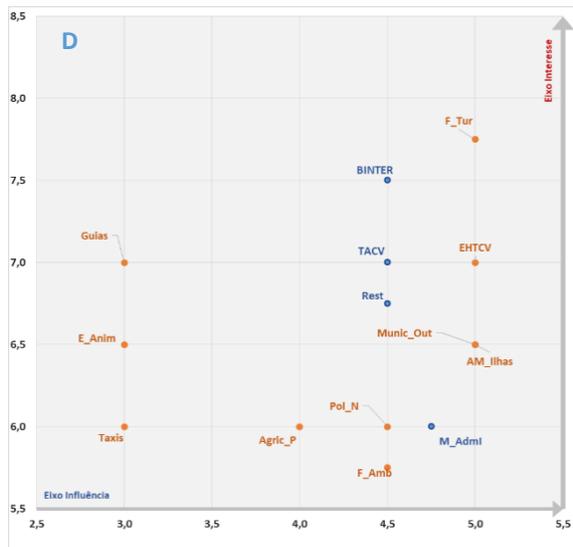
No **Quadrante A** encontram-se os **stakeholders com maior relevância estratégica** do ponto de vista do desempenho da atividade turística em Cabo Verde. De acordo com a classificação que os posiciona neste quadrante, estes são os *stakeholders* que apresentam simultaneamente um muito elevado nível de Interesse na atividade turística e um muito elevado nível de Influência sobre a trajetória do desenvolvimento turístico.



Sem surpresa encontram-se neste quadrante entidades públicas com elevadas responsabilidades de gestão política do desenvolvimento turístico: a Cabo Verde-Trade Invest (com uma posição destacada neste espaço institucional, aliando uma forte influência e um forte interesse no desenvolvimento do turismo), a Sociedade de Desenvolvimento Turístico da Boa Vista e Maio, a Agência Marítimo-portuária, os municípios do Sal e da Boa Vista, a Direção Nacional do Planeamento e a Direção Geral do Património, a Direção Geral do Turismo e dos Transportes, a estrutura do Ministério do Ambiente e ainda a Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde. O quadrante é ainda ocupado por relevantes entidades privadas, das quais

merecem um particular destaque os grandes operadores turísticos pela posição determinante que têm assumido na configuração de um modelo de desenvolvimento turístico de massasm de unidades de grande dimensão que tem marcado a evolução recente da atividade turística no país. Os grandes operadores turísticos pertencem, de facto, ao grupo de *stakeholders* que conjugam um forte nível de interesse no desenvolvimento sustentável do turismo com uma forte influência na trajetória de desenvolvimento próprio setor. Há, assim, neste aspeto – no nível de influência – um diferente posicionamento entre os *grandes operadores* e os *outros operadores* turísticos (de pequena e média dimensão e em fase de desenvolvimento emergente) que deve ser assinalado e atendido no desenho do modelo de governação do setor. Para além destes dois tipos de operadores nucleares, o Quadrante A acolhe ainda outros importantes *stakeholders* do setor privado, nomeadamente, as entidades associativas setoriais: a Câmara de Turismo de Cabo Verde, as Câmaras de Comércio e, naturalmente, o setor empresarial hoteleiro. É também de destacar a presença neste quadrante de importantes atores influentes na atração de fluxos turísticos para o País: as agências de viagem e as companhias aéreas.

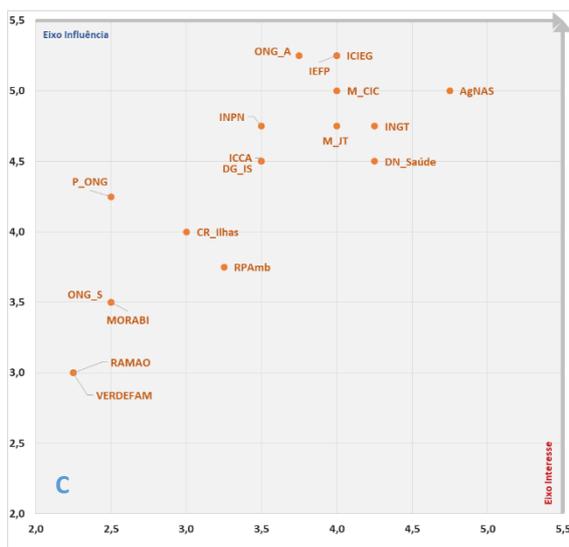
No **Quadrante D** encontram-se os *stakeholders* que apresentam um forte interesse no desenvolvimento do turismo ainda que com um fraco nível de influência sobre os destinos e trajetórias do desenvolvimento do setor. Dadas estas características globais trata-se de um conjunto de *stakeholders* que merecem uma atenção especial por parte das entidades com responsabilidade de condução política e estratégica do setor do turismo.



Neste quadrante posicionam-se *stakeholders* com uma importância significativa em funções de dinamização e de suporte ao desenvolvimento e qualificação das atividades turísticas. Pode verificar-se que aqui se localizam os agentes de atividades suporte do turismo: a Escola de Hotelaria e turismo, o setor da restauração, o setor das empresas de animação turística, o setor da agricultura e pesca, empresas de transportes aéreos e ainda o setor do táxi.

Por outro lado, neste Quadrante localiza-se também um conjunto relevante de entidades públicas: os municípios, a Polícia Nacional e o Ministério da Administração Interna. Com se pode verificar por esta descrição, está-se perante um Quadrante que reúne um

conjunto de parceiros de suporte à atividade hoteleira, e ao turismo em geral, fundamentais para uma estratégia de desenvolvimento do setor turístico pela articulação que estabelecem com o setor no seu conjunto.



Por último, na Matriz de Interesse / Influência que resulta da análise efetuada, destaca-se ainda o **Quadrante C**. Este Quadrante surge com uma composição institucional que revela algumas particularidades. Com efeito, o Quadrante agrupa, fundamentalmente, as instituições que lidam com as dimensões social e ambiental do desenvolvimento do turismo: as ONG no domínio social, quer na sua identificação individual (por exemplo, VERDEFAM, RAMAO), quer na sua identificação coletiva (ONG Sociais, Plataforma ONG), e as ONG do Ambiente têm presença neste Quadrante. Por outro lado, neste quadrante encontram-se localizadas instituições públicas com tutela sobre o desenvolvimento social e a

preservação do ambiente e da biodiversidade: o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, a Rede Parlamentar do Ambiente, a Agência Nacional de Águas e Saneamento.

Questões com relevância para o modelo de governação do Turismo

Os resultados que a Análise de *Stakeholders* realizada nesta fase da Avaliação geraram, desde já, algumas questões relevantes para a discussão do modelo de governação do setor do Turismo em Cabo Verde. É esse conjunto de questões que se enunciam de seguida com referência a cada um dos Quadrantes da Matriz de Influência / Interesse.

O conteúdo do **Quadrante A** – forte influência e forte interesse - destaca um resultado interessante relativamente à estrutura de governação: a coexistência de fortes instituições públicas e de instituições do mundo empresarial no quadrante do espaço institucional que concentra aqueles *stakeholders* com forte influência e forte interesse no desenvolvimento do turismo. Este resultado faz sublinhar a necessidade de um modelo de governação que garanta um transparente e frutífero diálogo entre as instituições públicas e as instituições privadas com interesse no setor do turismo.

Mas os resultados deste quadrante suscitam ainda questões que devem merecer alguma reflexão. Ainda que a Cabo Verde Trade Invest se destaque ligeiramente das restantes instituições com classificação forte na dimensão influência e também na dimensão interesse, o quadrante não apresenta *stakeholders* com classificações particularmente elevadas, nomeadamente, no Eixo de Influência (o resultado máximo que se obteve neste eixo é inferior a 8, pela CV Trade Invest, num máximo de 10). E neste aspeto o resultado da DGTT com valores intermédios (6,5 no eixo Influência e 7,3 no eixo Interesse), a ser justo, levanta questões sobre o papel institucional que esta Direção Geral exerce sobre o setor que tutela. Seria suposto uma Direção-geral que tutela o Turismo apresentar uma classificação mais elevada.

Um outro resultado importante, do ponto de vista das instituições públicas, respeita à localização neste quadrante de várias entidades de vários ministérios com tutela em matérias relevantes para o desenvolvimento do turismo: a DGTT integrada no Ministério da Economia, a DG do Património pertencente ao Ministério das Finanças e ainda o Ministério da Agricultura e Ambiente. Este resultado sublinha a necessidade da criação de plataformas de diálogo e de articulação interministerial eficazes no domínio da definição e da implementação das políticas nacionais de turismo.

Acresce ainda a este resultado a posição de importantes instituições de base municipal neste quadrante: os municípios do Sal e da Boa Vista e a Associação Nacional de Municípios, assinalando a necessidade de estabelecimento de canais de diálogo vertical ao nível dos vários níveis da administração pública (central – local).

O **Quadrante D** – forte interesse e fraca influência – reúne, como referido anteriormente, um vasto e importante conjunto de *Stakeholders* relevantes para as atividades de suporte e complementares da atividade hoteleira (designadamente, animação turística, restauração, formação, transportes,...). O que este resultado faz destacar é a necessidade de um modelo de governação do setor que valorize este posicionamento destas atividades bem com a criação de espaços de articulação institucional ao longo da cadeia de valor do turismo.

Também neste quadrante surge destacada a posição de estruturas da administração local: os Outros Municípios e as Associações de Municípios de Ilhas constituem importantes parceiros, designadamente, nas ilhas onde existe menor concentração turística e onde modelos de desenvolvimento turístico alternativos ao “*all inclusive*” podem vir a desempenhar um papel importante no desenvolvimento turístico local.

Por último, o posicionamento que a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde apresenta suscita questões sobre o papel futuro da escola no espaço institucional do setor turístico. O reforço do seu posicionamento no sentido da sua transição para o Quadrante A deverá merecer oportuna reflexão.

O **Quadrante C** – fraca influência e fraco interesse – apresenta, como referido anteriormente, uma particularidade muito relevante decorrente de aqui estarem localizadas as instituições do domínio social e do domínio ambiental. Este é um resultado que exige uma cuidada reflexão dada a importância que as questões

ambientais e sociais, abordadas noutros capítulos deste relatório, assumem para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde.

Este resultado, a ser correto, justifica uma abordagem ao nível da governação do setor do turismo no sentido de “puxar” algumas destas entidades para o Quadrante D ou mesmo para o Quadrante A. O exemplo mais evidente de uma entidade que presentemente se situa neste quadrante e que merece um maior destaque no espaço institucional do Turismo é do INGT (Instituto Nacional de Gestão Territorial). As atribuições deste Instituto no domínio do planeamento e ordenamento do território são atribuições em matérias fundamentais para qualquer modelo de desenvolvimento turístico que se venha a desenhar a nível nacional e local. Neste sentido, a posição do Instituto deveria refletir a relevância das suas atribuições. Sabe-se, contudo, que o papel do Instituto tem sido secundarizado e a posição que o Instituto apresenta na Matriz pode ser um reflexo disso mesmo.

Para além das questões identificadas, resultantes diretamente da metodologia da Análise dos *Stakeholders* aplicada, do contacto com as diferentes entidades resultaram outras preocupações que não deixam de ser relevantes no contexto da perceção global do sentimento dos cabo-verdianos relativamente ao desenvolvimento da atividade turística, são elas:

- Faltou, no início do “boom” turístico no País, uma visão estratégica do Estado, que ditou, e ainda influência a falta de governança do setor, com uma verdadeira articulação institucional;
- O turismo continua a ser a melhor opção para o desenvolvimento do País, em resultado dos benefícios e impactes positivos na economia;
- O produto turístico deverá ser diversificado e não exclusivo a sol e praia, como deverá haver mais operadores;
- As estruturas de apoio complementar são deficientes (agendas culturais, eventos gastronómicos, mapeamento e sinalização de pontos de interesse, artesanato local, etc.);
- O desenvolvimento do turismo exige um adequado ordenamento e planeamento urbanístico;
- O desenvolvimento do turismo deverá respeitar as outras dimensões do território, nomeadamente a ambiental, cumprindo com os requisitos legais e regulamentares existentes, na ótica do desenvolvimento sustentável;
- O desenvolvimento do turismo deverá ser acompanhado com o desenvolvimento das infraestruturas ambientais, de saúde, de educação/formação e de segurança;
- O desenvolvimento do turismo deverá contrariar os desequilíbrios sociais, as assimetrias regionais e respeitar a cultura local;
- A melhoria da qualidade da oferta exige mecanismos de fiscalização e controlo das unidades e recursos turísticos.

2.1.4 Síntese das Oportunidades, Ameaças e Desafios

Neste capítulo produz-se uma síntese do diagnóstico da situação de referência, realçando-se os aspetos mais relevantes do retrato efetuado ao setor do Turismo tanto em termos das condições atuais, como ao nível do seu enquadramento nas políticas e nos instrumentos de gestão aplicáveis, bem como ainda em resultado da análise efetuada dos *stakeholders*.

Os resultados do diagnóstico assim obtido sistematizam-se sob a forma de uma tabela SWOT, tal como seguidamente se apresenta.

Tabela 2.5_Turismo. Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabilidade política, económica, incentivos e quadro regulamentar do setor turístico específico, enquanto fatores determinantes para a atração de investimentos estrangeiros ▪ Localização geoestratégica, que possibilita uma posição vantajosa no espaço transatlântico e próximo dos principais países emissores – Europa Ocidental, nomeadamente Reino Unido ▪ Reconhecimento do turismo como pilar estratégico nacional no desenvolvimento do País ▪ Setor turístico com elevadas taxas de crescimento e impulsionador de outros setores ▪ Elevado crescimento da capacidade de alojamento verificado entre 2010 e 2016 ▪ Aumento da estadia média e propensão para maiores gastos dos turistas ▪ Atividade geradora de emprego, na maioria nacional e remunerada ▪ Atividade impulsionadora de investimentos públicos em áreas corelacionadas (transportes, telecomunicações, redes viárias) ▪ Rede de telecomunicações bem estruturada, suportada em tecnologia moderna e cobrindo o território ▪ Boas infraestruturas aeroportuárias, portuárias e rodoviárias ▪ A movimentação de passageiros revela uma tendência crescente desde 2012 ▪ Atratividade turística baseada nas excelentes condições naturais e no seu património natural ▪ Estrutura associativa empresarial do Setor que revela uma forte dinâmica institucional, de âmbito nacional e regional, e com propostas fortes sobre o desenvolvimento turístico ▪ A recente criação do Fundo de Turismo constitui uma porta de oportunidade no estabelecimento de uma ligação entre as dinâmicas do investimento turístico e a 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fragilidades fortes na estrutura de governação do Turismo (de âmbito nacional e regional) decorrentes quer da dispersão por várias pastas ministeriais de importantes matérias para o Turismo, quer da inexistência de um Agente institucional robusto com responsabilidades na coordenação e na orientação estratégica setorial ▪ Forte especulação imobiliária e concentrações edificadas excessivas nas zonas de potencial turístico ▪ Modelo urbano-turístico de elevada densidade em algumas ilhas (Sal e Boa Vista) segregador da coesão territorial e social e de desequilíbrios ambientais ▪ Sazonalidade da procura turística ▪ Deficiente diversidade da oferta turística muito assente no produto sol e praia e no modelo “all inclusive” ▪ Estruturas de apoio complementar deficientes (agendas culturais, eventos gastronómicos, mapeamento e sinalização de pontos de interesse turístico, artesanato local, etc.) ▪ A tipologia de estabelecimento “hotel” representa mais de três quartos da capacidade de camas disponíveis ▪ Mão-de-obra nacional empregada no turismo de baixa qualificação e remuneração ▪ Relativa inadequação das ofertas formativas às necessidades do mercado de trabalho ▪ Debilidades relacionadas com a saúde, saneamento básico e segurança e educação ▪ Aumento da carga fiscal para o setor

Pontos fortes	Pontos fracos
qualificação dos centros urbanos e dinamização das economias locais	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bom posicionamento no ranking como um dos países de melhor destino ▪ Crescimento do turismo a nível mundial e da procura de Cabo Verde também influenciado pelo clima político conturbado dos países concorrentes do norte de África ▪ Reconhecimento político da importância do turismo como pilar central da economia cabo-verdiana definindo, para o efeito, metas ambiciosas para o desenvolvimento do setor ▪ Criação e melhoria dos instrumentos de planeamento, gestão e promoção turística ▪ Delimitação de zonas de desenvolvimento turístico integrado ▪ Criação de instituições afins (sociedades de desenvolvimento turístico) ▪ Retoma do dinamismo do setor da imobiliária turística em Cabo Verde ▪ Emergência de novas dinâmicas de investimento turístico: novas tipologias, novos produtos e novos destinos ▪ Identificação de vários produtos que permitem o alargamento e diversificação da oferta turística (cultura, desportos náuticos, pesca desportiva, ecoturismo, saúde) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda de fluxos turísticos para mercados diretamente concorrenciais atualmente penalizados pela instabilidade política e social ▪ Fraca capacidade competitiva do País enquanto destino turístico ▪ Concentração excessiva num único produto turístico (sol e praia) ▪ Monopólio da oferta, concentrada em 2 grandes operadores ▪ Preços elevados comparativamente com outros destinos concorrentes (viagens, estadias, restauração) ▪ Cabo Verde é ainda associado aos problemas que afligem o continente africano, designadamente a pobreza, a insalubridade e a insegurança ▪ Importação musical e do artesanato africano pode levar a descaracterização da identidade cultural ▪ Ausência de mecanismos de controlo da capacidade de carga das ilhas ▪ Ausência de mecanismos de fiscalização, auditoria e controlo de qualidade das unidades turísticas e recursos turísticos ▪ Imagem da marca de Cabo Verde influenciada negativamente pelo aumento da violência e criminalidade ▪ Crise económica e financeira nos países origem dos turistas

A síntese assim efetuada permite identificar diversos desafios que se colocam atualmente ao setor turístico em Cabo Verde.

Contudo, focalizando no propósito desta Avaliação Estratégica de identificar e definir as condições necessárias para garantir que as dinâmicas de crescimento turístico que se registam atualmente em Cabo Verde têm continuidade num contexto de sustentabilidade ambiental e social, apenas se relevam aqui os desafios alinhados com a governança, na dimensão política e institucional, na ótica da necessária articulação do setor com as demais dimensões que interagem no território, em particular com as dimensões ambiental, social e género.

Assim, da análise efetuada consideram-se dois desafios na dimensão política e institucional, a saber:

- Definição de um **modelo de governação do Turismo** que responda, simultaneamente, e de forma eficiente, à necessidade de coordenação (centralizada) da política de turismo e da sua articulação com

políticas setoriais complementares, e à necessidade de dar uma resposta às dinâmicas regionais do desenvolvimento turístico sem perder o sentido nacional e global do desenvolvimento do setor;

- **Desenvolver o setor turístico de forma integrada** com as potencialidades e as debilidades das diferentes dinâmicas territoriais, criando uma nova cultura transversal, intersectorial e interdisciplinar que permita uma visão integradora e prospetiva do setor turístico (abordagem sistémica).

2.1.5 Matriz de Avaliação

Partindo da análise efetuada, agregam-se os aspetos fundamentais identificados por **temas de sustentabilidade**, os quais são operacionalizados por um conjunto de **indicadores-chave de desempenho** que permitem avaliar a contribuição do atual modelo de desenvolvimento turístico para a sustentabilidade do território e, na sua sequência, fornecer informação de apoio à tomada de decisão. A matriz de avaliação assim construída é a que se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 2.6_Turismo. Matriz de avaliação

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
Dimensão Política/ Institucional	
Quadro Legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Robustez do quadro legal específico ▪ Integração com as outras políticas setoriais, nomeadamente em termos de compatibilidade e conformidade de disposições legais
Governança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização e concertação de atores e estratégias ▪ Acesso aos mecanismos de decisão pelos cidadãos ▪ Transparência das decisões dos vários níveis de Governo ▪ Articulação de competências entre entidades públicas e privadas
Participação/ Socialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Partilha de informação e sensibilização para temas relacionados com a atividade ▪ Oportunidade de participação dos cidadãos, de organizações patronais e sindicais, de ONG e OSC ▪ Promoção do empoderamento da mulher

2.2 DIMENSÃO AMBIENTAL

2.2.1 Situação Atual

A Constituição da República de Cabo Verde propugna o Direito do Ambiente como direito fundamental. As bases da política ambiental foram aprovadas pela Lei nº 88/IV/93, de 26 de junho, e estabelecem que *“todos têm o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar”*.

A política ambiental em Cabo Verde tem como paradigma três domínios fundamentais: A luta contra a desertificação e efeitos da seca, o combate às alterações climáticas e a defesa da diversidade biológica. Essa política foi definida de forma a assegurar um bom desenvolvimento das suas comunidades animal e vegetal, tendo em vista a necessidade da conservação de espécies e do aumento da produção da produtividade dos ecossistemas. As suas características específicas levaram a que a política do ambiente tivesse em conta duas famílias de princípios: O Compromisso e a Responsabilização.

Apesar de ter sido uma preocupação dos sucessivos governos de Cabo Verde, manifestada através de programas e projetos ligados diretamente à desertificação, só a partir de 1992, com a aprovação de uma nova Constituição da República e no quadro dos compromissos assumidos com as Convenções do Rio, começaram a ser elaborados os instrumentos de gestão ambiental, onde estão espelhados a política do ambiente do país, nomeadamente a legislação, programas, e planos estratégicos de desenvolvimento.

Nesse âmbito, uma das principais ações empreendidas foi a elaboração, pelo Governo, do Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA I), 1994-2004, e a elaboração do PANA II, (2004-2014). Apesar de ter ultrapassado o seu período de vigência, o PANA II continua a ser implementado, com participação descentralizada, com os objetivos principais de proteger o mar, as zonas costeiras e os seus recursos, assegurando a sua exploração sustentável, proteger os recursos naturais terrestres, em especial os solos, a água e a biodiversidade, garantir a sua exploração sustentável e proteger a cultura cabo-verdiana, promovendo o seu desenvolvimento.

A par das preocupações do PANA II, Cabo Verde elegeu o Turismo como um dos pilares do desenvolvimento, e dados do INE apontam o turismo como um dos setores com maior dinâmica no crescimento económico do País. Este contribui, consideravelmente, para a entrada de divisas e para a promoção do emprego e representa um dos principais eixos de desenvolvimento económico sustentado com efeitos macroeconómicos importantes, sobretudo, na formação do Produto Interno Bruto (PIB), pelo que é de suma importância perceber os seus potenciais impactes em termos ambientais, socioeconómicos e culturais, para promover o alinhamento de todo o processo de territorialização do turismo no País com os princípios de desenvolvimento sustentável.

O estado atual do ambiente em Cabo Verde caracteriza-se pela prevalência de forte pressão sobre a exploração e utilização dos recursos naturais em diferentes domínios, pondo em risco a capacidade dos sistemas ambientais para disponibilizar, a prazo, as funções e serviços ambientais para a sociedade e para a manutenção dos ecossistemas, carecendo assim de medidas de resposta e estratégias particulares, inclusive da sociedade civil (PEDS, 2017).

Entre 2004 e 2008 registou-se um aumento da área para ocupação turística de 7.632 ha para 22.160 ha, ou seja, a área triplicou, (REQA, 2009). Essa opção tem causado diversas pressões sobre os recursos naturais,

nomeadamente a biodiversidade terrestre e marinha e extração de inertes, sobretudo nas ilhas do Sal e da Boa Vista, onde não existem ainda instaladas, as capacidades de resposta para todas as questões ligadas ao turismo de massa, particularmente o abastecimento de água potável, o tratamento dos resíduos sólidos e afluentes líquidos e a energia (REQA, 2009).

O retrato da situação atual do estado do ambiente em Cabo Verde, nas componentes que mais diretamente influenciam e são influenciadas pelo Turismo, é feito seguidamente.

Recursos e Qualidade Ambiental

Cabo Verde está confrontado com limitações naturais estruturantes que estão relacionadas com a sua origem vulcânica, a sua natureza insular e arquipelágica e a sua localização na região do Sahel.

É um País de fracos recursos naturais e débeis condições ecológicas. Para além de não ter recursos minerais que possam potenciar o desenvolvimento de atividades industriais, Cabo Verde está limitado à prática de uma agricultura de larga escala, pelo seu relevo montanhoso, com encostas íngremes, alcantilados, barrancos e afloramentos rochosos e, sobretudo, pela carência de solos aráveis, estimados atualmente em menos de 10% da sua superfície emersa. O quadro climático é caracterizado pela aleatoriedade das precipitações anuais, um regime pluviométrico mal repartido no tempo e no espaço e com períodos cíclicos de seca.

A vulnerabilidade do País face aos fenómenos naturais, particularmente às secas e à desertificação, bem como às chuvas torrenciais, tem demonstrado maior notoriedade nos últimos anos. Com efeito, os valores pluviométricos anormais, que, em alguns anos, chegaram a ultrapassar os 2000 mm/dia, sobrepõem a capacidade de resistência das ilhas, sendo as principais causas de perdas económicas, degradação ambiental e problemas socioeconómicos.

Inserido na extensão oceânica do Sahel e na zona de circulação dos alísios, o arquipélago apresenta um **clima** árido, com uma reduzida precipitação durante o ano e ciclos de secas, que podem durar vários anos. A aridez do clima abrange toda a cintura do Sahel e resulta do quadro meteorológico dessa zona de transição entre a zona das savanas do Sudão e o deserto de Sahara. Cabo Verde, apesar da sua localização oceânica, está abrangido pela zona árida que se estende do arquipélago ao Mar Vermelho.

A sua localização na zona de circulação do vento alísio no flanco oriental do Anticiclone dos Açores e sob a influência da corrente fria de Canárias está marcada por uma inversão térmica em altitude que inibe o desenvolvimento vertical das nuvens e consequentemente as quedas pluviométricas, apesar de atenuar a aridez da atmosfera e calor reinante em latitudes similares.

No que respeita à temperatura do ar, qualquer subida, por mínima que seja, viria a afetar ainda mais o ambiente já por si frágil, contribuindo para aumentar ou prolongar os episódios de seca, provocar vagas de calor e de poeira carregada pelo vento com consequências para o aumento da erosão e degradação dos solos e uma possível elevação do nível do mar, que poderiam afetar severamente as zonas costeiras e causar impactes negativos no turismo e na economia. Exposta às correntes marítimas, a zona costeira está permanentemente exposta e altamente vulnerável às ondas agressivas, mais especificamente as austrais, que podem ser intensificadas pelos ventos anómalos das perturbações.

Como já referido, a topografia associada ao vulcanismo recente constitui um fator limitante na formação do **solo**. Efetivamente, grande parte das ilhas é dominada por afloramentos rochosos, campos de pedra, cones de piroclastos, correntes de lava e corredores dunares. Os solos mais abundantes são solos litólicos, regossolos, e solos incipientes de fraca profundidade.

Dos 4033 km² que constituem o País, cerca de 41000 hectares é terra arável, sendo cultivado atualmente apenas 36000 ha (V Recenseamento Geral da Agricultura 2015), indicando uma redução da superfície cultivada de 1,9% comparativamente a 2004 (MAA, 2017). Portanto, os recursos de solos são extremamente limitados. Da superfície arável, mais de 90% é dedicada à agricultura pluvial, ou de sequeiro, enquanto um pouco mais de 5% é usada para agricultura irrigada. Cerca de 23% da superfície do País é reflorestada. De realçar que a maior proporção dos solos aráveis está localizada em zonas semiáridas e áridas (MDR, 2013). Os solos são na sua maioria de origem vulcânica, desenvolvidos sobre substrato basáltico, de textura média a grosseira, declivosos, ricos em elementos minerais, mas pobres em matéria orgânica (< 2%) e pouco profundos, exibindo sintomas marcantes de degradação. Apesar de serem naturalmente férteis devido à sua origem vulcânica, a fertilidade vem diminuindo ao longo do tempo devido à erosão hídrica, fraca cobertura vegetal e ao uso contínuo do solo sem reposição adequada dos nutrientes extraídos pelas culturas.

Para combater a degradação e garantir a produção agrícola, os sucessivos governos têm implementado um vasto programa de conservação de solo e água com a construção de estruturas mecânicas e biológicas de conservação de solo e medidas de recolha de água (*water harvesting*). Alguns exemplos incluem os arretos, banquetas, caldeiras ou meia-lua, sebes vegetais, as grandes barragens de retenção de água de escoamento superficial, diques de captação, terraços, entre outros. Apesar dos impactes positivos resultantes dos esforços desenvolvidos pelo País na luta contra a desertificação e degradação das terras, a degradação da terra e a perda da qualidade do solo prevalecem em todo o País, ocorrendo em diferentes formas e proporções.

A fraca cobertura vegetal, o baixo teor de matéria orgânica, os declives acentuados e as chuvas intensas fazem dos solos propensos à erosão hídrica e suscetíveis a degradação.

O solo desempenha um duplo papel do ponto de vista da sustentabilidade, um habitat próprio dos organismos vivos e um fornecedor de alimentos e matérias-primas. Mas tem sido alvo de danos e ameaças provocados pela erosão, perda de matéria orgânica, desertificação, salinização, poluição local, entre outros. O crescimento das superfícies artificiais (assentamentos urbanos, infraestruturas de transporte, mineração e indústria extrativa) constitui algumas das ameaças mais importantes para a gestão sustentável dos solos.

Os solos das zonas costeiras são pobres, pouco espessos, sem aptidão para a agricultura ou pastagem e com uma aptidão marginal para qualquer tipo de exploração. Os solos são poucos profundos e as condições edafoclimáticas não permitem qualquer tipo de cultivo.

A **contaminação do solo**, em conjunto com outros tipos de degradação, tais como a erosão e o contínuo aumento da urbanização, coloca uma série de ameaças à sustentabilidade do recurso. Em Cabo Verde, os solos têm estado sujeitos à contaminação como resultado de práticas agrícolas inadequadas, à deposição de lixo e também pela utilização urbana e industrial dos solos.

Associado às características climáticas e geomorfológicas das ilhas, os **recursos hídricos** existentes em Cabo Verde são escassos, sobretudo em termos de água de qualidade, com baixo teor em sais, adequada para consumo humano e agricultura.

Nos últimos anos, tem-se assistido no País a algumas alterações no clima, sucedendo a um ritmo cada vez mais acelerado, em que se assiste a uma crescente vulnerabilidade social, ambiental, económica e política. A incerteza e o risco continuam a persistir como variáveis sistémicas preponderantes que condicionam os processos de tomada de decisão tornando a gestão sustentável dos recursos hídricos, no centro de atenção das entidades.

Em termos de recursos hídricos subterrâneos, constata-se que a ilha do Fogo, tem o volume excedentário mais importante seguido de Santo Antão e Santiago. Em anos secos, a ilha de Santiago apresenta um balanço hídrico negativo. Em algumas ilhas, designadamente, Boa Vista, Sal e São Vicente, não existem recursos subterrâneos em quantidade e qualidade, suficientes para cobrir as necessidades, constituindo a dessalinização da água do mar a fonte básica de produção.

A exploração das águas subterrâneas efetua-se de acordo com os seguintes sistemas: (1) captação de nascentes - galerias escavadas horizontalmente nos basaltos; (2) captação de aquíferos aluvionares por meio de poços e drenos transversais e (3) furos profundos que exploram os aquíferos descontínuos dos basaltos.

Em alguns concelhos do País o balanço é positivo, mas para outros o balanço é negativo, indicando claramente um défice hídrico que vem sendo colmatado com a dessalinização da água do mar, pelo processo da Osmose Inversa, para o consumo doméstico. Existem atualmente em Cabo Verde sete operadores que prestam serviço público no setor da produção da água dessalinizada para o abastecimento às populações e à indústria: Electra S.A., Águas de Santiago, Águas de Ponta Preta, Lda, Águas do Porto Novo, Águas e Energia de Boa Vista, Serviço Autónomo de Água e Saneamento do Maio, Serviço Autónomo de Água e Saneamento de Santa Cruz. As unidades de produção distribuem-se pelas ilhas do Sal, S. Vicente, Boa Vista, Maio, Santo Antão (Porto Novo), Santiago e Maio. Para além desses produtores, existem dezenas de *resorts* turísticos que dispõem das suas próprias unidades de dessalinização, principalmente nas ilhas do Sal e da Boa Vista.

O País instalou e mantém regularmente cerca de 20 unidades de dessalinização de água. São muito onerosos e grandes consumidores de energia. As necessidades diárias em água dos centros populacionais, turismo e agricultura tem a previsão de aumentar quatro vezes (de cerca de 50,000 m³ a 200,000 m³ até 2030), pelo que o potencial de várias soluções de abastecimento de água e de mobilização sustentável terá de ser melhor explorado o quanto antes.

A rede hidrológica inclui a quantificação dos caudais e de níveis em cursos de água. A utilidade final destas quantificações é a avaliação dos recursos superficiais e a sua distribuição no espaço e no tempo. A rede funciona com catorze estações, sendo 10 em Santiago, 2 em São Nicolau e 2 em Santo Antão.

O volume das águas superficiais é, em geral, consideravelmente superior ao volume dos recursos em águas subterrâneas. Contudo, em Cabo Verde, a exploração das águas superficiais é seriamente condicionada pelo seu tipo de escoamento, geralmente torrencial. O País tem construído barragens para garantir a retenção dessa água para recarga dos lençóis freáticos e para o uso da agricultura, para além de cisternas familiares e comunitárias em algumas ilhas para usos domésticos e criação de gado.

Não existe uma rede nacional de monitorização da qualidade das águas subterrâneas e superficiais. Grande parte da informação é adquirida no quadro de estudos e de projetos, com carácter temporário e de extensão geográfica limitada.

As análises de **qualidade da água** são feitas com regularidade na ilha de Santiago, três vezes ao ano, abrangendo as águas dos furos, poços e de alguns pontos superficiais (nascentes), podendo-se considerar que a sua qualidade é satisfatória. Relativamente às outras ilhas, a situação é indefinida uma vez que as análises são feitas de forma esporádica, apesar de existir uma legislação específica – Decreto-Lei nº 29/2015, de 18 de maio, que estabelece o regime jurídico de identificação, gestão, monitorização e classificação das zonas marítimas balneares e da qualidade das águas balneares.

A monitorização das águas balneares começou a ser realizada a partir de 2014, abrangendo, ainda, só 6 praias do País: Praia de Laginha (São Vicente), Praia de Santa Maria (Sal), Praia de Diante (Boa Vista), Baía de Tarrafal (Santiago), Quebra Canela (Santiago), e praia de S. Francisco (Santiago). As análises têm demonstrado que em todas essas praias monitorizadas os valores de *Escherichia coli* e *Enterococcus faecalis*, estão abaixo dos valores máximos aceitáveis.

A par da qualidade da água, a **qualidade do ar** em Cabo Verde apresenta uma situação pouco preocupante por ser, essencialmente, influenciada pela pressão da frota automóvel do País. Contudo, o hábito de queimar as lixeiras em plena cintura urbana, sobretudo na cidade da Praia, é uma atividade preocupante que influencia negativamente a qualidade do ar da zona, através de libertação de gases para atmosfera, nomeadamente, CO₂, NO_x, SO_x, dioxinas e furanos.

Apesar de não ser um País desenvolvido, onde normalmente a taxa de emissão de gases poluentes é elevada, em Cabo Verde os veículos automóveis movidos por combustíveis fósseis são os principais causadores de poluição do ar nalgumas ilhas.

Estima-se que 245,10 Gg são lançados anualmente na atmosfera através de emissões dos veículos, centrais elétricas e pequenas indústrias.

As indústrias instaladas em Cabo Verde, com a exceção das produtoras de refrigerantes e cervejas, fabrico de tintas e reparação naval, contribuem de maneira insignificante para a emissão de gases.

Uma das fontes de contaminação da atmosfera deve-se à emissão de poeiras durante a execução de obras, sobretudo na exploração de pedreiras. Os gases libertados pelas máquinas e veículos utilizados na construção, constituem também uma fonte de contaminação atmosférica basicamente por monóxido de Carbono (CO), dióxido de carbono (CO₂), óxidos de azoto (NO_x) e chumbo (Pb).

Como referido, os automóveis são considerados os principais agentes de poluição do ar. A queima do gasóleo e a evaporação da gasolina podem libertar produtos químicos perigosos na atmosfera. Estes podem ser o monóxido de carbono (que pode causar a morte por deficiência respiratória); óxidos de azoto (possivelmente associados com a asma); partículas suspensas (associadas às doenças respiratórias e cardíacas); benzeno (associado à leucemia); e hidrocarbonetos. Contudo, a ausência de sistemas de monitorização e controle das emissões de CO₂ não permite avaliar o contributo real da circulação automóvel para a degradação da qualidade do ar, principalmente no maior centro urbano do País.

Como uma das medidas de mitigação da pressão dos veículos a motor no ar e na atmosfera, realça-se a evolução positiva em termos de número de veículos inspecionados. No entanto, de acordo com a Direção Geral de Transportes Rodoviários (DGTR), ainda não estão reunidas as condições para a avaliação do nível de gases (fumo) libertados no ambiente de modo a permitir a aplicação de coimas aos veículos com libertação de gases acima do limite permitido pela Lei.

Pode afirmar-se que, no campo da poluição da atmosfera em Cabo Verde, a ação do Homem ainda não é preocupante. Contudo, isto se deve, em certa medida, ao baixo nível de industrialização do País. Mas, as tendências observadas nos últimos anos mostram que as atividades industriais, o número de viaturas e o consumo de combustível tendem a aumentar o que em certa medida vai de encontro a uma população com uma alta taxa de crescimento (2.5%).

Em termos das **infraestruturas ambientais**, segundo os dados do IMC-2016, o **abastecimento de água** em Cabo Verde ainda tem várias origens, nomeadamente: 64,1% da população é servida através da rede pública de abastecimento, 8,1% tem acesso à água através de vizinhos, 13,2% através de chafariz, 5,5% através de autotanques e 9% ainda abastece a partir de outras fontes. O meio urbano é o que apresenta melhor cobertura em termos de rede pública de abastecimento de água, com uma cobertura de 69,2%.

Em termos de gestão institucional, a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) é a entidade responsável pelo controlo da exploração das captações e dos aquíferos. As infraestruturas hidráulicas de captação e de distribuição são exploradas por particulares ou Associações de produtores/agricultores, no geral, sem qualquer tipo de pagamento ao Estado, proprietário legal das infraestruturas.

O acesso a serviços adequados de água é um determinante de extrema importância para a melhoria das condições de vida da população. A meta 6.1 (ODS 06) propõe aumentar o acesso universal e equitativo da água potável, a um preço acessível para todos.

Também o **sistema de tratamento de águas residuais** no País continua a ser deficiente, apesar de uma melhoria em relação aos anos anteriores. Atualmente existem em todo o País 6 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em 4 ilhas (Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista), para além das ETAR associadas a hotéis, que reutilizam a água para a rega dos espaços verdes. As empresas, Electra SA (cidade da Praia), Águas de Ponta Preta através da ETAR da empresa e da ETAR pública de Santa Maria, Câmara Municipal de São Vicente, e Serviço Autónomo de Santa Cruz e a Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, fazem o tratamento de águas residuais que é reutilizada na agricultura, rega dos jardins públicos e dos espaços verdes de infraestruturas turísticas. Em São Vicente, na zona de Ribeira de Vinha, existe uma área de 70 ha irrigada com água tratada na ETAR de Ribeira de Vinha. De acordo com os dados do PAGIRE (2010), o montante global ascende os cerca de 621.000 m³/ano, o que corresponde, todavia, a menos de 30% do potencial.

No tocante aos **resíduos sólidos urbanos (RSU)**, de acordo com a legislação vigente, a sua gestão é da competência dos municípios. A Gestão Municipal de Resíduos envolve, para além da definição e organização das áreas cobertas pelos circuitos de recolha, o encaminhamento dos RSU para as infraestruturas de destino final, sendo estas ainda quase exclusivamente Lixeiras/Vazadouros Municipais.

Para além da ilha do Sal que possui um Aterro Controlado, as outras ilhas utilizam, ainda, como referido, as lixeiras municipais e outras em encostas e leito de ribeiras, criadas pela população, principalmente no meio rural. No total nacional verifica-se a existência de 17 lixeiras municipais geridas pelos Serviços Autónomos de Água e Saneamento, servindo os 22 municípios do País. A ilha de Santiago já dispõe, de um Aterro Sanitário Intermunicipal, mas este ainda não se encontra em funcionamento.

Da população total do País, cerca de 85,5% dos habitantes dispõem de serviços de recolha, significando assim que aproximadamente 14,5% da população não está abrangida. Considerando que estes 14,5% da população produzem resíduos a um ritmo semelhante aos 85,5% da população servida, a quantidade de RSU, a nível

nacional, é estimada em cerca de 170.636 toneladas/ano. Esta quantidade equivale a uma produção de resíduos de 874 gramas/habitante/dia, correspondendo à média nacional.

Nos estabelecimentos hoteleiros, a produção de resíduos turísticos *per capita* é geralmente considerada o triplo da de um residente. Não existe nenhum estudo em Cabo Verde sobre a produção de resíduos nos hotéis, mas a título de exemplo, de acordo com a Câmara Municipal da Boa Vista, só a cadeia de hotéis RIU, produz mais resíduos do que a cidade de Sal Rei.

A atividade turística se, por um lado, pressiona o ambiente contribuindo para a degradação dos recursos naturais com a produção de grande quantidade de resíduos, pelas necessidades de água e energia, e pela pressão sobre a biodiversidade, por outro, exige um ambiente sadio e equilibrado, pelo que é imperativo haver uma gestão integrada de resíduos no País, principalmente nas ilhas do Sal e da Boa Vista, que produzem quantidades adicionais de lixo devido ao desenvolvimento turístico.

As Câmaras Municipais confrontam-se com a falta de algumas infraestruturas adequadas para o tratamento, valorização ou eliminação dos seus resíduos, o que é agravado por um conhecimento ainda incipiente da produção dos resíduos gerados. Os dados disponíveis são baseados em estimativas, pela falta de meios de monitorização, em relação à quantidade de resíduos sólidos que cada município produz. A ausência de um banco de dados ou mesmo de informações concretas e atualizadas não permite ter uma ideia exata da produção dos resíduos, da sua composição e tipos existentes em cada município.

A separação e reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em Cabo Verde ainda é praticamente inexistente. Há muito trabalho a fazer em relação à criação de infraestruturas e linhas de recolha, bem como no que respeita à sensibilização da população, de modo a melhorar a gestão de resíduos nas várias ilhas do arquipélago.

Na maioria dos municípios, assiste-se à prática do despejo dos resíduos no solo, nas linhas de água, nas vias públicas, nos locais descampados, no meio das áreas de vegetação arbóreas e arbustivas, ou mesmo no mar, criando situações críticas de poluição e graves riscos para a saúde pública, resultado de uma fiscalização desajustada adjuvada de uma irresponsabilidade ambiental da sociedade civil. Os serviços municipais operacionais de fiscalização têm vindo a enfrentar dificuldades, em fazer face a estas infrações, o que tem permitido a proliferação de lixeiras selvagens, bem como abandono de carcaças, pneus, entulhos de construção, entre outros resíduos, em locais desordenados.

Deste modo, a gestão dos resíduos sólidos é deficitária em todos os municípios do País, tendo em conta que estes se defrontam com problemas relacionados com a escassez de meios e equipamentos, com a falta de um programa de gestão, bem como com uma deficiente fiscalização. Os municípios continuam a ter dificuldades na recolha, transporte e deposição dos resíduos sólidos, na organização do sistema de recolha, na criação de condições eficientes para recolha e de espaços adequados para a deposição dos resíduos, com exceção da ilha do Sal, em que a recolha, transporte e deposição é subcontratada.

Em geral, cada município tem uma lixeira pública, embora a maioria seja lixeira selvagem. Muitas vezes estas não dispõem da vedação e os resíduos são depositados sem qualquer cobertura, sendo frequente haver queimas a céu aberto, com os conhecidos impactes ambientais negativos, através de libertação de gases para atmosfera, nomeadamente, CO₂, NO_x, SO_x, dioxinas e furanos. Por outro lado, associada às lixeiras, muitos outros impactes ambientais são advenientes, não só em termos paisagísticos, como visual, olfativo e a nível da

saúde pública devido ao incremento de vetores de propagação de doenças, ratos, moscas, mosquitos, entre outros.

A situação na Ilha de Santiago, em relação aos RSU, é cada vez mais preocupante, pois mais de metade da população cabo-verdiana, vive nesta ilha, ou seja, 273.919 habitantes (censo 2010), representando cerca de 55,7% da população do País. As entidades responsáveis têm procurado prestar o melhor serviço aos seus municípios, colocando cada vez mais contentores nas ruas e fazendo recolha porta-a-porta em determinadas zonas da capital, mas, por vezes, o não cumprimento dos horários ou atrasos na recolha dos resíduos, provocado por avarias nos camiões, têm contribuído para um certo disfuncionamento do sistema, criando, por vezes, um certo desconforto nas comunidades, com reflexos bastante negativos do ponto de vista social e ambiental.

Os resíduos dos hotéis, embora seja da responsabilidade das cadeias hoteleiras (Princípio do poluidor pagador), são recolhidos pelas Câmaras Municipais, mediante contratos de prestação de serviço, pelo que têm o mesmo destino final que os resíduos domésticos. Nas duas ilhas mais turísticas – Sal e Boa Vista -, a gestão dos resíduos é também ainda deficitária.

Na ilha do Sal, a gestão é feita pela empresa Salimpa, mas apesar de ser uma grande quantidade de resíduos com um enorme potencial para valorização, a gestão resume-se apenas à recolha, transporte e deposição num aterro controlado que acabou por se transformar numa lixeira a céu aberto.

Na ilha da Boa Vista, a situação dos resíduos é ainda muito mais preocupante, tendo em que conta que para além das más condições da lixeira com catadores vivendo na e da lixeira, fazem queima descontrolada dos resíduos, provocando emissões de dioxinas e furanos que são altamente nocivos ao ambiente e a saúde pública.

Em termos **energéticos**, Cabo Verde, um País insular de poucos recursos naturais e financeiros, tem uma grande dependência do exterior, tanto para a produção de energia, como para o transporte, pois necessita de importar os combustíveis mais utilizados, nomeadamente os produtos petrolíferos e os seus derivados. Não possui recursos fósseis primários e, por outro lado, não apresenta exportações de energia secundária.

O setor energético em Cabo Verde é caracterizado pelo consumo de combustível fóssil (derivados do petróleo), biomassa (lenha) e utilização de energias renováveis, nomeadamente a energia eólica. O consumo de combustível fóssil é constituído pelos derivados do petróleo, a saber: a gasolina, o gasóleo, o fuel óleo, o Jet A1, o gás butano e os lubrificantes.

Até o ano 2010, a utilização da energia solar era praticamente insignificante, limitando-se praticamente à bombagem de água. Cabo Verde reexporta uma parte dos combustíveis fósseis importados (Jet A1 para a aviação e gasóleo para os transportes marítimos), mas uma grande parte é destinada ao consumo interno, essencialmente para os transportes e produção de eletricidade e água dessalinizada.

O consumo da biomassa é basicamente centrado na utilização da lenha nas zonas rurais e periferias das cidades para a confeção de alimentos. A energia renovável, nomeadamente a eólica e a solar, que se resume essencialmente à produção da eletricidade, dado que a energia solar térmica não tem expressão na matriz energética cabo-verdiana, representando em 2016, segundo a Direção Nacional da Energia, Indústria e Comércio, cerca 20% da energia injetada na rede elétrica nacional. Relativamente à energia elétrica, a grande maioria é produzida a partir de centrais térmicas utilizando o diesel e o fuel óleo (fuel 180 e 380).

Do ponto de vista energético, as ilhas de Cabo Verde encontram-se ligadas por sistemas independentes, caracterizados pela sua pequena dimensão e pela distância dos centros de abastecimento. Ainda mais, a inexistência de recursos energéticos convencionais próprios provoca uma dependência energética do exterior muito forte. A eletricidade (consumo interno) e os carburantes (aeronaves, dessalinização de água) constituem-se em produtos energéticos cada vez mais importantes para o desenvolvimento socioeconómico do País.

O fornecimento regular de energia elétrica nas ilhas melhorou bastante a partir de 2012, com a entrada em funcionamento dos parques solares e eólicos nas ilhas de maior poderio económico (Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente). O parque eletro produtor de Cabo Verde é essencialmente caracterizado pela grande potência térmica instalada.

Cabo Verde possui um grande potencial para as Energias Renováveis (ER), do qual em 2010 começou a apostar fortemente na produção de eletricidade com recurso às fontes renováveis, mais concretamente as energias solar e eólica, atualmente (2017) com uma contribuição de cerca de 20% de penetração de ER na rede elétrica.

As estratégias de mitigação propostas destinam-se a contribuir para os esforços da comunidade internacional em combater as mudanças climáticas num contexto de desenvolvimento sustentável.

Valores naturais - Biodiversidade, habitats naturais e ecossistemas

Cabo Verde é detentor de uma biodiversidade relativamente rica, com mais de 5000 espécies identificadas tanto no ambiente terrestre como no marinho (Arechavaleta, et al, 2005), típica de regiões tropicais, normalmente caracterizada por populações muito diversificadas, mas, de abundância relativa fraca. As características naturais do arquipélago fazem com que a sua biodiversidade seja importante em todas as suas vertentes – genética, específica, taxonómica, ecológica e funcional. Para além da importância ecológica, a biodiversidade representa o suporte de toda atividade económica, com destaque para (i) agricultura, floresta e pecuária; (ii) pesca; (iii) turismo balnear e de praia; (iv) desportos náuticos, de recreio e lazer e (v) ecoturismo/ turismo de natureza (MAHOT, 2014).

Apesar da pequena dimensão e da insularidade, pela sua biodiversidade e endemismos terrestres e marinhos:

- Cabo Verde é parte integrante das 23 ecorregiões marinhas mais importantes do planeta (Spalding et al, 2008, WWF)
- Cabo Verde é a segunda maior área de nidificação da Tartaruga Marinha no Atlântico Norte – *Caretta caretta*
- Cabo Verde é considerado uma importante área de nidificação de Aves (BirdLife International).
- Ocupa 11º lugar entre os principais centros de endemismos de corais.
- Cabo Verde inclui 9% dos endemismos a nível dos insetos da Macaronésia.

Segundo a Direção Nacional do Ambiente (2017), em relação ao endemismo, o País apresenta uma Flora endémica – 93 espécies com 53% ameaçadas; Répteis endémicas – 21 espécies, com 52% ameaçadas, e Aves endémicas – 5 espécies com 61% ameaçadas.

Em relação às Tartarugas (*Caretta Caretta*), existe em Cabo Verde 166,8 km de praias vigiadas, sendo 6 em Santo Antão, 16 em São Vicente, 2 em Santa Luzia, 17 em S. Nicolau, 11 no Sal, 30 na Boa Vista, 12 no Maio, 9 em Santiago, 6 no Fogo e 21 na Brava.

Os maiores riscos sobre a biodiversidade em Cabo Verde são causados pelos fatores antrópicos, destacando-se: (1) a apanha/caça descontrolada de várias espécies, vegetais e animais; (2) a prática da agricultura, na maior parte das vezes em zonas de declive acentuado; (3) a utilização de lenha como fonte de energia doméstica; (4) o pastoreio livre em áreas de vegetação natural; (5) a introdução de espécies exóticas, que tem contribuído para gradual degradação da vegetação e os respetivos habitat; (5) a destruição de habitat das espécies; (6) a fragmentação do território ocupado pelas zonas áridas e semiáridas.

Em relação à pressão sobre a biodiversidade marinha, as principais preocupações das instituições recaem sobre:

- Pesca ilegal do Búzio e das Lagostas costeiras com recurso a garrafas de mergulho, permitindo uma pressão excessiva sobre esses recursos considerados sensíveis, continuando, por exemplo, o Búzio a ser capturado a maiores profundidades;
- Captura das Tartarugas;
- Pesca ilegal de juvenis de diversas espécies, sobretudo de espécies pelágicas;
- Pressão excessiva sobre os demersais, através da concentração da atividade piscatória nas mesmas zonas de pescas tradicionais, evidenciada pela diminuição progressiva dos tamanhos médios das pescarias dos demersais, designadamente, Garoupas, nos portos de desembarque.

Nas comunidades vegetais e faunísticas nas zonas costeiras das ilhas de maior concentração turística (Sal e Boa Vista), a atividade turística tem vindo a causar alguns impactes negativos, designadamente:

- Aumento dos níveis de emissão de gases e ruído/poluição com potencial perturbação da fauna local;
- Aumento do número de veículos motorizados nas áreas urbanas, nos passeios turísticos, especialmente nas zonas costeiras (alta taxa de viaturas de aluguer/turista, como meio de deslocação aos vários pontos turísticos), com potencial atropelamento da pequena fauna local;
- Aumento do número de voos e de navios (para transporte de mercadorias e passageiros além de materiais para as atividades de construção), causando um aumento do nível de emissões de gases, de ruído e destruição de ecossistemas dunares, afetando o ambiente terrestre, a qualidade do ar e as espécies da fauna emblemáticas nas ilhas;
- Aumento de emissões de luz e ruído na orla costeira, afetando negativamente as tartarugas por serem sensíveis a estes tipos de perturbações;
- Perda de naturalidade nas zonas costeiras, advindo do aumento da construção, causando alguma descaracterização das paisagens que pode ser agravada com a construção de mais unidades turísticas.

As zonas costeiras são áreas de grande sensibilidade, considerando o seu dinamismo, a sua importância económica e ecológica, pelo que existem sempre conflitos entre a sua utilização e o equilíbrio natural. É necessário garantir uma estratégia de gestão compatível entre os recursos naturais e o equilíbrio económico e

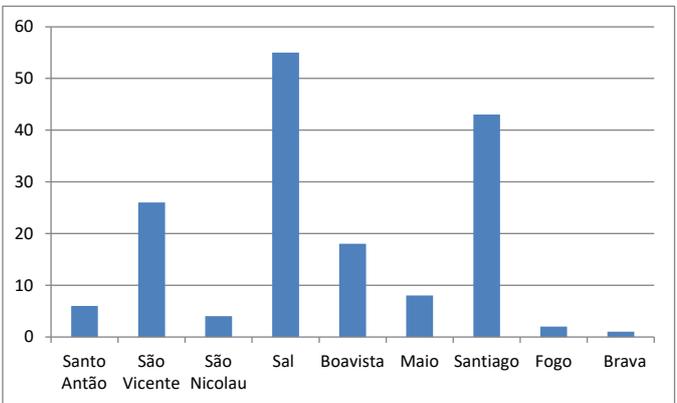
social. A urbanização dessas zonas levará a um aumento da pressão humana sobre o sistema dunar, com duas componentes: construção e presença humana direta. De acordo com a Diretiva Nacional de Ordenamento do Território, o ordenamento detalhado das urbanizações em torno da orla costeira deve preservar a orla litoral da ocupação urbanística e da implantação de infraestruturas que não sejam estritamente necessárias ou relacionadas com o mar, alargando, exceto por razões de interesse nacional, a zona de proteção a zona de proteção de 80 metros – prevista na legislação nacional - para os 150 metros, de forma a garantir o respeito do domínio público da costa e do livre acesso às praias, evitando as implementações excessivamente agressivas que impeçam ou dificultem a passagem ou impeçam o uso público do litoral. Sempre que seja morfológicamente possível, deve ser reservado espaço suficiente para a adoção de soluções pedonais que separem as praias da edificação privada através de avenidas, passeios, jardins públicos e similares.

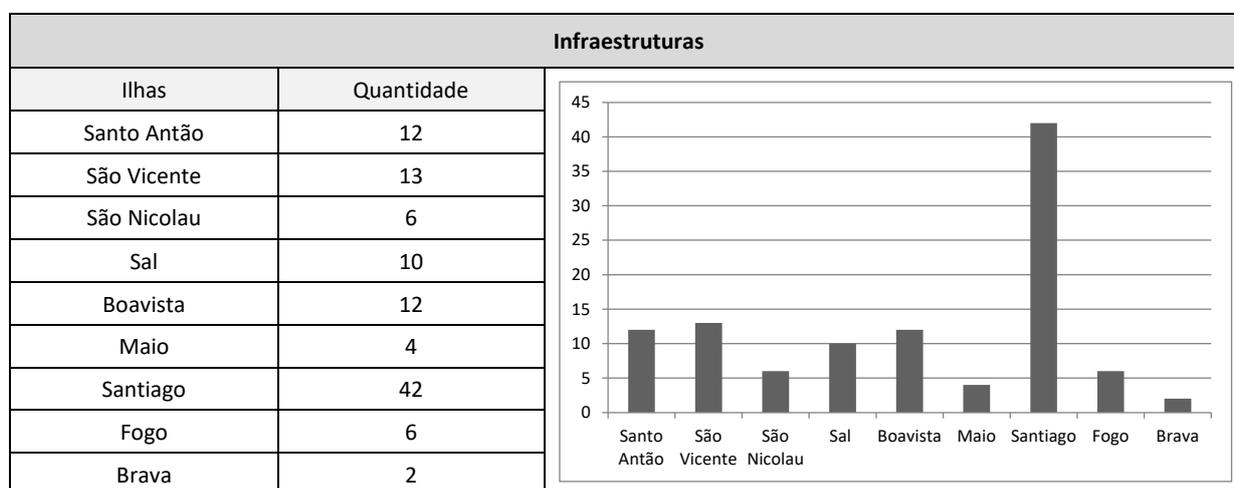
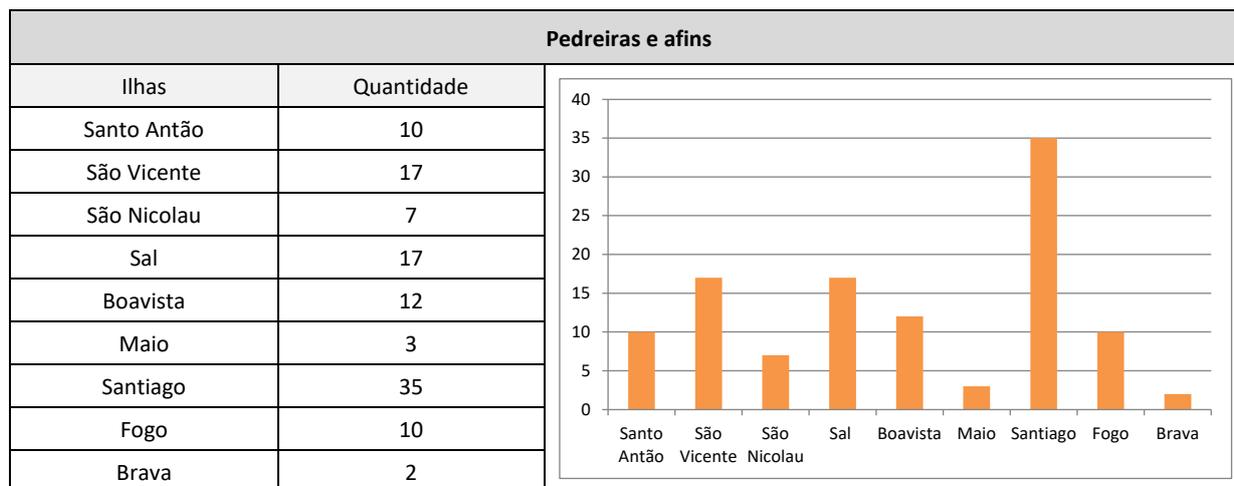
A Lei nº 44/VI/2004, de 12 de julho (BO nº 20, de 12 de julho de 2004), define e estabelece o regime jurídico dos bens do domínio público marítimo do Estado. Os planos e projetos para essas zonas devem garantir na globalidade informações necessárias para equacionar as questões ambientais, sem prejuízo de todos os projetos para essas zonas apresentarem os respetivos Estudos de Impacte Ambiental à autoridade ambiental para avaliação e aprovação, de acordo com o Decreto-lei 29/2006 de 6 de março.

De acordo com os dados da DNA (2018), de 2004 a 2017, foram aprovados/homologados pela Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) 383 projetos, sendo 163 empreendimentos turísticos, 113 pedreiras e afins e 107 infraestruturas, distribuídos pelas diferentes ilhas, como se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 2.7_Empreendimentos Turísticos, Pedreiras e Infraestruturas, homologadas pela Autoridade de AIA até 2017

Empreendimentos Turísticos	
Ilhas	Quantidade
Santo Antão	6
São Vicente	26
São Nicolau	4
Sal	55
Boavista	18
Maio	8
Santiago	43
Fogo	2
Brava	1



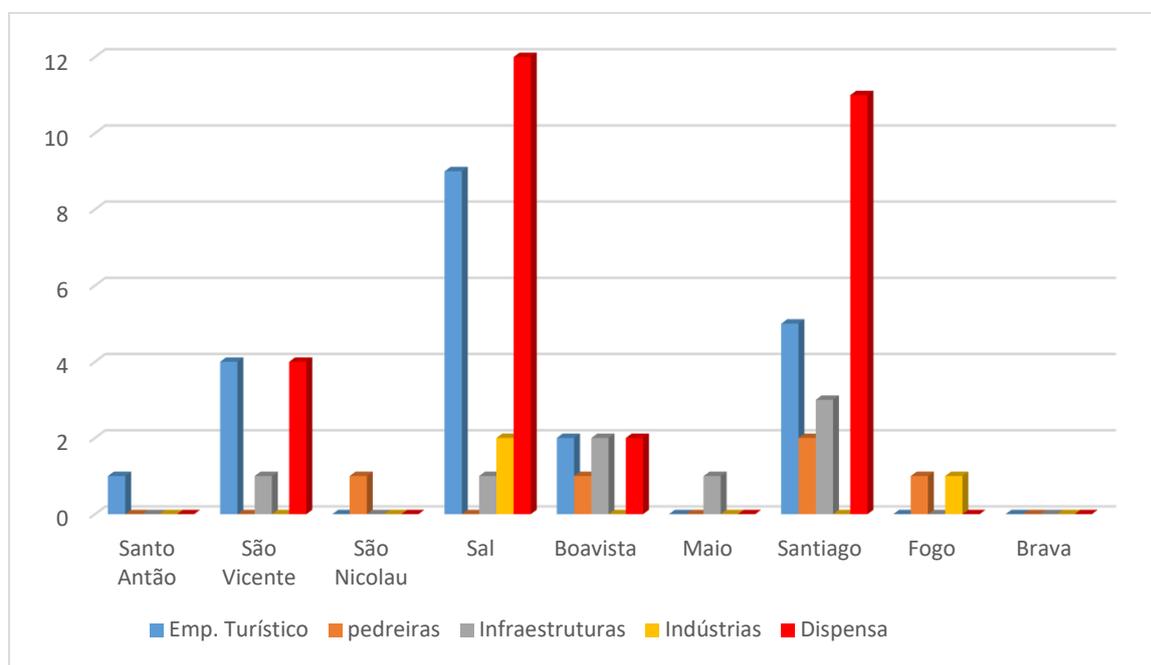


Fonte: DSPAIA, DNA 2018

Ainda de acordo com a DNA, em 2017 foram homologados/aprovados 21 projetos turísticos, sendo 1 em Santo Antão, 4 em S. Vicente, 9 no Sal, 2 na Boavista e 5 em Santiago.

O resumo das homologações pela Autoridade de AIA e das dispensas proferidas em 2017, por ilha e tipologia de projeto, ilustram-se na figura seguinte.

Figura 2.11_Resumo AIA, 2017



Fonte: DSPAIA, DNA 2018

O reconhecimento da riqueza e da biodiversidade de Cabo Verde reflete-se, também, na legislação nacional, tendo sido publicado um conjunto de diplomas e de planos de gestão e conservação de espécies e habitats e dos espaços naturais integrados na Rede Nacional de Áreas Protegidas pelo Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de fevereiro, alterado pelo Decreto-lei nº 44/2006, de 28 de agosto. A referida Rede é constituída por 47 áreas protegidas, que englobam áreas da superfície terrestre como do mar territorial, classificadas em 6 categorias, distribuídas pelas ilhas e ilhéus, tal como se apresentam na tabela seguinte.

Tabela 2.8_Rede Nacional de Áreas Protegidas

Ilha/Ilhéu	Categoria	Área Protegida	Área Terrestre (ha)	Área Marinha (ha)
Santo Antão	Parque Natural	Morroços	818,10	
		Topo da Coroa	8 491,60	
		Cova/Paúl/RªTorre	2 091,50	
	Reserva Natural	Cruzinha	1 117,80	4 433,48
	Paisagem Protegida	Pombas	311,90	
São Vicente	Parque Natural	Monte Verde	311,90	
Santa Luzia Ilhéus Branco Ilhéu Raso	Reserva Natural Integral	Santa Luzia	3 420,00	46 940,00
		Ilhéus Branco	278,00	
		Ilhéu Raso	576,00	
São Nicolau	Reserva Natural	Monte do Alto das Cabaças	1 325,00	
	Parque Natural	Monte Gordo	952,00	
Sal	Reserva Natural	Costa da Fragata	346,00	2 347,00

Ilha/Ilhéu	Categoria	Área Protegida	Área Terrestre (ha)	Área Marinha (ha)
		Ponta do Sino	96,00	5 651,00
		Rabo de Junco	154,00	
		Serra Negra	331,00	2 296,00
		Baía da Murdeira	182,00	5 925,00
	Paisagem Protegida	Salinas Pedra Lume e Cagaral	802,00	
		Monte Grande	1 309,00	
		Salinas de Santa Maria	69,00	
		Buracona-Ragona	545,00	
	Monumento Natural	Morrinho do Açúcar	5,00	
		Morrinho do Filho	12,00	
Boa Vista	Reserva Natural	Ponta do Sol	465,00	283,00
		Boa Esperança	3 631,00	379,00
		Morro de Areia	2 131,00	436,00
		Tartaruga	1 439,00	13 436,00
	Reserva Natural Integral	Ilhéu de Baluarte	7,65	87,00
		Ilhéu dos Pássaros	0,82	38,00
		Ilhéu de Curral Velho	0,77	41,00
	Parque Natural	PN do Norte	8 910,00	13 137,00
	Paisagem Protegida	Monte Caçador e Pico Forcado	3 357,00	
		Curral Velho	1 635,00	
	Monumento Natural	Ilhéu de Sal-Rei	89,00	
		Monte Santo António	459,00	
		Monte Estancia	739,00	
Rocha Estancia		253,00		
Maio	Reserva Natural	Casas Velhas	128,84	6 494,97
		Terras Salgadas	2 022,60	3 822,80
		Lagoa Cimidor	51,10	338,24
		Praia do Morro	101,15	564,83
	Parque Natural	Barreiro e Figueira	1 078,19	
	Paisagem Protegida	Salinas de Porto Inglês	400,56	134,10
		Monte Penoso e Monte Branco	1 117,22	
Monte Santo António		891,20		
Santiago	Parque Natural	Serra Malagueta	774,00	
		Serra do Pico de Antónia	ND	
Fogo	Parque Natural	Fogo	8 468,50	
Ilhéu do Rombo	Reserva Natural Integral	Ilhéu do Rombo		
TOTAL			61 695,40	102 350,94

Fonte: Resolução n.º 36/2016, de 17 de março

A administração das áreas protegidas compete ao departamento governamental responsável pela área do ambiente e aos seus órgãos especializados. Compete ao Conselho Nacional do Ambiente fazer a monitorização da evolução e gestão da Rede Nacional das Áreas Protegidas (n.ºs 1 e 3 do art.º 19.º do Decreto-Lei. n.º 3/2003, de 24 de fevereiro).

A consolidação da Rede Nacional de Áreas Protegidas é um dos principais desafios de gestão dos espaços naturais protegidos de Cabo Verde, o que passa pela elaboração e implementação dos instrumentos de gestão e/ ou normativos de todas as áreas protegidas.

Uma boa parte das áreas protegidas (terrestres 38.2%, e marinha 37%), já dispõe de instrumentos de gestão aprovados, nomeadamente, Planos de Gestão, Planos de Ecoturismo, Regulamentos, Planos de Negócio e Planos de Monitorização. Nos processos de elaboração dos instrumentos de gestão das áreas protegidas foi adotada a abordagem participativa como uma opção estratégica para garantir não só a qualidade dos documentos elaborados, mas também para assegurar a sua apropriação pela população e subsequente sustentabilidade da gestão das áreas protegidas.

As potencialidades existentes nas áreas protegidas, enquanto produto e destino turístico, constituem oportunidades que podem ser exploradas pelas comunidades locais organizadas, na perspetiva do desenvolvimento económico local. Deve-se encorajar os operadores turísticos a práticas de turismo de base comunitária, numa perspetiva da internacionalização das localidades, tendo presente a capacidade de carga turística.

Gestão territorial

O Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU), publicado pelo Decreto-Lei n.º 43/2010, de 13 de fevereiro, regulamenta a antecedente Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 2/2006, de 13 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/2010, de 21 de junho, e define as diferentes tipologias de instrumentos de gestão territorial em função de objetivos distintos, a saber:

- **Instrumentos de ordenamento e desenvolvimento territorial**, que integram a Diretiva Nacional de Ordenamento do Território e o Esquema Regional de Ordenamento do Território, são instrumentos de natureza estratégica, traduzem as grandes opções com relevância para a organização do território, estabelecendo diretrizes de carácter genérico sobre o modo de usos do mesmo, consubstanciando o quadro de referência a considerar na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial. São instrumentos da responsabilidade do governo;
- **Instrumentos de planeamento territorial**, que integram o Plano Diretor Municipal, o Plano de Desenvolvimento Urbano, o Plano Detalhado e, ainda, os planos intermunicipais, são também designados planos urbanísticos, tem natureza regulamentar e estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo. São instrumentos da responsabilidade dos municípios;

- **Instrumentos de política setorial**, que programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial, determinando o respetivo impacte ambiental. São da responsabilidade da administração central;
- **Instrumentos de natureza especial**, que integram os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas ou outros Espaços Naturais de valor cultural, histórico ou científico, os Planos de Ordenamento das Zonas Turísticas Especiais ou Zonas Industriais, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas, são instrumentos de natureza regulamentar que estabelecem o quadro espacial de um conjunto coerente de atuações com impacte na organização do território.

Neste contexto, as zonas turísticas são objeto de um instrumento de natureza especial, cujo regime jurídico de declaração e funcionamento foi estabelecido na Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto, a qual define como zonas turísticas especiais as áreas que possuem especial aptidão e vocação para o turismo face às suas potencialidades endógenas.

Nos termos deste diploma, as zonas turísticas especiais a criar, em regra, no quadro dos instrumentos de gestão territorial classificam-se em:

- Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral [ZDTI], que correspondem a áreas que possuem especial aptidão e vocação turística;
- Zonas de Reserva e Proteção Turística [ZRPT], que correspondem a áreas de reserva delimitadas para os usos e atividades turísticas.

Assim, as ZDTI são objeto de planeamento turístico, tendo em conta a vocação e motivações turísticas mais importantes - determinando tipologias e vocações turísticas -, sendo um elemento essencial para a posterior aprovação célere dos respetivos projetos turísticos.

As ZDTI são propostas pelo Governo e declaradas através de decreto-lei, após a auscultação do respetivo município ou municípios territorialmente envolvidos. O planeamento, a gestão e a administração das zonas turísticas são da responsabilidade do Estado, através da constituição de organismo gestor, denominado sociedade de desenvolvimento turístico, definido para o efeito. Cabe a estas sociedades, entre outras competências, elaborar e executar, em estreita articulação com a administração central, os Planos de Ordenamento Turísticos.

A legislação consagra duas tipologias de planos de ordenamento turístico para as ZDTI, de natureza regulamentar e vinculativa para a administração e para os privados, designadamente:

- O **Plano de Ordenamento Turístico (POT)**, o qual abrange todo o território de uma ZDTI;
- E o **Projeto de Ordenamento Detalhado (POD)**, que abrange parte da POT e a sua aprovação depende da aprovação do POT:

Os POT traduzem um compromisso recíproco de compatibilização com a diretiva nacional e os esquemas regionais e prevalecem sobre os planos municipais.

Os POT definem uma estratégia de ordenamento e desenvolvimento a longo prazo e definem (artigo 16.º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto):

- O esquema viário;
- As áreas paisagísticas, de proteção ambiental e de implantação turística;
- As áreas de arborização e as espécies de árvores a plantar;
- Os esquemas de redes de serviços e de espaços livres;
- Os equipamentos sociais e de lazer;
- O programa geral da ZDTI e os critérios gerais de desenvolvimento;
- As normas gerais para a execução e desenvolvimento das ZDTI.

Os POT são aprovados pelos organismos gestores das ZDTI, precedendo parecer do Serviço Central do Ordenamento do Território. Os POT são ratificados por Resolução de Conselho de Ministros.

Já os POD pormenorizam as áreas de implantação de usos turísticos e os terrenos ocupados por equipamentos sociais e de lazer, nomeadamente através do ordenamento dos volumes edificáveis, reajustes e pormenorização do sistema viário, das zonas a arborizar e dos espaços livres e das redes de serviços (artigo 17.º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto).

Os POD são elaborados pelos promotores e aprovados, precedendo parecer do Serviço Central do Ordenamento do Território, pelo organismo gestor. Os POD podem ser também elaborados pelo organismo gestor, quando for conveniente. Os POD estão sujeitos a ratificação pelos membros do Governo responsáveis pela área do turismo e ordenamento do território.

Ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 7/94, de 23 de maio, são declaradas 14 Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral [ZDTI] e 6 Zonas de Reserva e Proteção Turística [ZRPT] que foram alteradas por decretos sucessivos, os quais alteraram a delimitação das áreas afetas a algumas das ZDTI iniciais e criaram novas áreas, totalizando 25 ZDTI, conforme se identificam na tabela seguinte. Destas zonas já estão publicados os POT da Zona de Desenvolvimento Turístico Integradas de Sul da Vila do Maio, Portaria n.º 20/2009, de 8 de junho, e o POT da Zona de Desenvolvimento Turístico Integral de Santa Mónica, Portaria n.º 21/2009, de 8 de junho elaborados pela respetiva Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio, SA, instituída pelo Decreto-Lei n.º 36/2005, de 6 de julho.

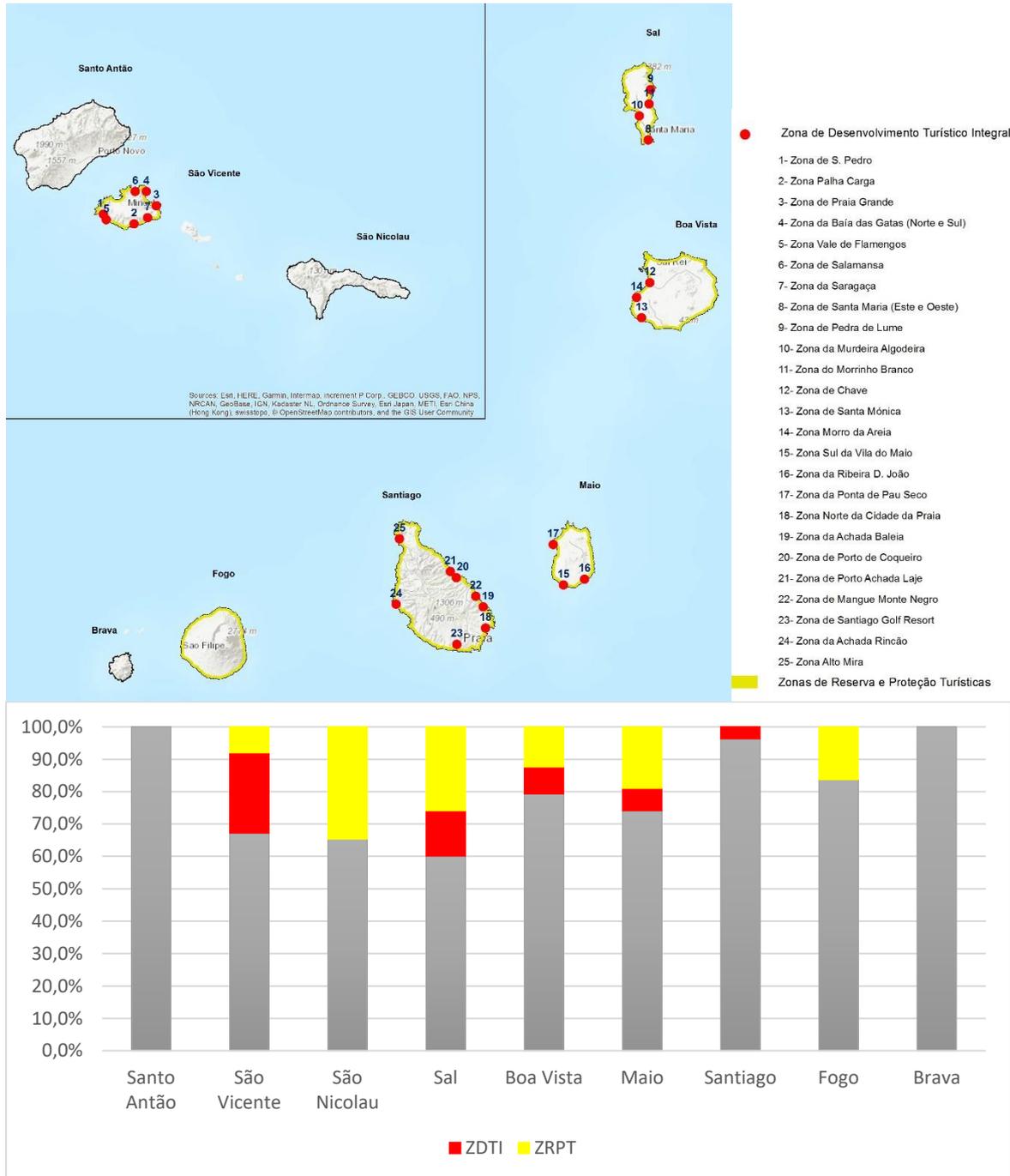
Tabela 2.9_Zonas turísticas especiais: ZDTI e ZRPT

Localização	Tipologia	Designação
São Vicente	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral	Zona de S. Pedro (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
		Zona Palha Carga (DR n.º 5/06, de 18 de setembro)
		Zona de Praia Grande (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
		Zona da Baía das Gatas (DR n.º 5/11, de 24 de janeiro)
		Zona Vale de Flamengos (DR n.º 12/07, de 3 de dezembro)
		Zona da Salamansa (DR n.º 5/08, de 25 de agosto)
	Zona da Saragaça (DR n.º 6/08, de 25 de agosto)	
	Zonas de Reserva e Proteção Turística	Zona da coroa costeira de ilha de S. Vicente (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
São Nicolau	Zonas de Reserva e Proteção Turística	Zona da coroa costeira de ilha de S. Nicolau (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
Sal	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral	Zona de Santa Maria (DR n.º 14/09, de 10 de agosto)
		Zona de Pedra de Lume (DR n.º 11/05, de 12 de dezembro)
		Zona da Murdeira Algodeira (DR n.º 12/06, de 13 de março)
	Zona do Morrinho Branco (DR n.º 14/07, de 3 de dezembro)	
	Zonas de Reserva e Proteção Turística	Zona da coroa costeira de ilha do Sal (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
Boa Vista	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral	Zona de Chave (DR n.º 7/07, de 19 de março)
		Zona de Santa Mónica (DR n.º 7/07, de 19 de março)
	Zona Morro da Areia (DR n.º 7/07, de 19 de março)	
	Zonas de Reserva e Proteção Turística	Zona da coroa costeira de ilha da Boa Vista (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
Maio	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral	Zona Sul da Vila do Maio (DR n.º 4/08, de 23 de junho)
		Zona da Ribeira D. João (DR n.º 4/08, de 23 de junho)
	Zona da ponta de Pau Seco (DR n.º 4/08, de 23 de junho)	
	Zonas de Reserva e Proteção Turística	Zona da coroa costeira de ilha do Maio (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
Santiago	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral	Zona Norte da Cidade da Praia (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
		Zona da Achada Baleia (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
		Zona de Porto de Coqueiro (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
		Zona de Porto Achada Laje (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
		Zona de Mangue Monte Negro (DR n.º 7/94, de 23 de maio)
		Zona de Santiago Golf Resort (DR n.º 9/98, de 31 de dezembro)
		Zona da Achada Rincão (DR n.º 13/07, de 3 de dezembro)
Zona Alto Mira (DR n.º 14/07, de 3 de dezembro)		
Fogo	Zonas de Reserva e Proteção Turística	Zona da coroa costeira de ilha do Fogo (DR n.º 7/94, de 23 de maio)

Fonte: Cabo Verde TradeInvest (2018)

A distribuição destas zonas turísticas especiais é muito heterogénea no País, quer em termos de incidência quer em termos de expressão espacial, conforme se pode observar na figura seguinte.

Figura 2.12_Zonas turísticas especiais: ZDTI e ZRPT



Fonte: Decreto Regulamentar n.º 7/94, de 23 de maio e posteriores decretos (veja-se Tabela 2.9)

Da análise desta figura destacam-se os seguintes aspetos:

- A ilha de São Vicente é aquela onde as ZDTI tem maior expressão territorial, tanto em termos absolutos - as ZDTI totalizam cerca de 6.164,8 ha –, como em termos relativos – as ZDTI correspondem a cerca de 24,8% do território da ilha. Contudo, a expressão territorial das zonas turísticas especiais (ZDTI e ZRPT) correspondem a cerca de 33% da ilha, valor inferior ao verificado para o Sal, com 40% do seu território afeto a estas áreas ou de São Nicolau, que corresponde a 35% ou, ainda, a Boa Vista, com 21% do seu território afeto a estas áreas;
- A ilha da Boa Vista é aquela onde as ZDTI tem segunda maior expressão territorial em termos absolutos - as ZDTI totalizam cerca de 5.710 ha, correspondem a cerca de 8,3% do território da ilha. Contudo, a expressão territorial das zonas turísticas especiais (ZDTI e ZRPT) correspondem a cerca de 21% da ilha, valor significativamente inferior ao verificado para o Sal, com 40% do seu território afeto a estas áreas ou de São Nicolau, que corresponde a 35% ou, ainda, a São Vicente, com 33% do seu território afeto a estas áreas;
- A ilha do Sal é aquela onde as ZDTI tem uma área muito relevante em termos absolutos, correspondendo a cerca de 3.384,59 ha, o que corresponde a cerca de 14% da ilha, e onde as ZRPT tem também uma expressão territorial muito significativa, correspondendo a cerca de 25,9% da área total da ilha. Em conjunto as zonas turísticas especiais ocupam cerca de 40% do território da ilha do Sal, o que significa que é esta a ilha onde o potencial turístico tem maior incidência;
- A ilha de Santiago tem o maior número de ZDTI, 8 zonas que totalizam cerca de 4.005 ha, o que corresponde em termos absolutos à terceira ilha com maior expressão territorial, só sendo ultrapassada em termos de área afeta às ZDTI pela Boa Vista e São Vicente.
- A ilha de Maio tem várias ZDTI que, no conjunto, ocupa de cerca 2.054 ha, o que corresponde a cerca de 6,9 % do seu território ao qual acresce as áreas das ZRPT, que em conjunto com a ZDTI representam 26% da ilha.

2.2.2 Quadro Institucional e Legal

Cabo Verde possui neste momento um conjunto de medidas legislativas dirigidas à proteção do recurso terra. O País tem participado em várias conferências internacionais, tem assinado vários Acordos, ratificado outros, específicos ou relevantes para a proteção do ambiente do arquipélago, nomeadamente a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, como consagrou os princípios da Declaração de Estocolmo e a Agenda 21 na Constituição e na Lei de Bases da Política do Ambiente.

Pela sua grande relevância, destaca-se a Constituição da República de Cabo Verde que, no seu artigo 73º, consagra que todos os cabo-verdianos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o valorizar e defender.

O enquadramento legislativo é feito, essencialmente, com base nos diplomas relativos à proteção do ambiente, bem como nas normas sobre outras áreas, designadamente a saúde, a segurança, o ordenamento de território

e os espaços protegidos. No plano legal, o ambiente em Cabo Verde está protegido por várias leis e diplomas legislativos que, nos últimos 30 anos, confirmaram a prioridade dada pelos diversos governos a esta área. Na tabela seguinte listam-se os documentos considerados mais relevantes no âmbito da presente Avaliação Estratégica.

Tabela 2.10_Ambiente. Diplomas legais considerados relevantes

Diploma	Data	Assunto
Bases da Política do Ambiente		
Lei nº 86/IV/93	26 de julho	Estabelece as Bases da Política do Ambiente
Decreto-Legislativo n.º 14/97	1 de julho	Desenvolve as Bases da Política do Ambiente
Qualidade Ambiental		
Decreto-Legislativo n.º 3/2015	19 de outubro	Cria o novo Código da Água e Saneamento (CAS)
Decreto-Lei n.º 29/2015	18 de maio	Estabelece o regime jurídico de identificação, gestão, monitorização e classificação das zonas marítimas balneares e da qualidade das águas balneares
Decreto-Lei n.º 8/2004	23 de fevereiro	Estabelece os critérios e normas de qualidade da água e sua classificação, bem como sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas de salvaguarda, tendo como objectivo proteger o meio aquático e melhorar a qualidade da água para o consumo humano
Lei nº 41/II/84 de	18 de junho	Estabelece as bases gerais do regime jurídico de propriedade, protecção, conservação, desenvolvimento, administração e uso dos recursos hídricos
Resolução nº 4/2000	31 de janeiro	Aprova o Programa de Ação Nacional de Luta contra Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
Decreto-Lei n.º 5/2003	31 de março	Define o Sistema Nacional de Proteção do Ar
Lei nº 34/VIII/13	24 de julho	Estabelece o regime da prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda do repouso, da tranquilidade e do bem estar das populações
Decreto-Lei nº 56/2015	17 de outubro	Estabelece o regime geral de resíduos aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos e aprova o regime jurídico do licenciamento e concessão das operações de gestão de resíduos
Decreto-Lei nº 29/2006, que altera o Decreto legislativo nº 14/97, de 1 de julho	6 de março	Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente
Decreto-lei nº 75/99	30 de dezembro	Define o regime jurídico da autorização ou concessão para utilização dos recursos naturais
Decreto-Lei n.º 03/2015	06 de janeiro	Define o regime jurídico de aproveitamento de massas minerais, compreendendo a sua exploração.
Decreto-Lei n.º 18/2016	18 de março	Define o regime jurídico de extração de inertes.
Decreto-lei nº 81/2005	5 de dezembro	Estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico
Biodiversidade		
Resolução nº 3/2000		Aprova a Estratégia Nacional e o Plano de Ação sobre a Biodiversidade
Decreto-Lei n.º 44/2006	28 de agosto	Altera alguns artigos do Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas

Diploma	Data	Assunto
Decreto-Lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro	24 de fevereiro	Estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela, sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial e integrar-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas
Decreto-Lei n.º 40/2003	27 de setembro	Estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia
Decreto-Regulamentar n.º 7/2002	30 de dezembro	Estabelece as medidas de conservação e proteção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção
Lei nº 48/V/98	6 de abril	Regulamenta a atividade florestal, visando a proteção da árvore e da floresta
Lei nº 17/II/87	3 de agosto	Ratifica a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982
Ordenamento do Território		
Lei n.º 28/VIII/2013	10 de abril	Aprova a Directiva Nacional de Ordenamento do Território
Decreto-Lei n.º 43/2010	27 de setembro	Aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU) que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial
Resolução nº 24/2012	25 de abril	Aprova o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Capacitação das Cidades (PNDUCC)
Lei nº 85/VII/2011	10 de janeiro	Estabelece as bases das políticas públicas de turismo
Lei n.º 75/VII/2010	23 de agosto	Estabelece o regime jurídico de declaração e funcionamento das Zonas Turísticas Especiais
Decreto-Legislativo nº 6/2010, altera o Decreto-Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro	21 de junho	Estabelece as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico
Decreto-Lei n.º 2/2007	19 de julho	Estabelece os princípios e normas de utilização de solos
Lei nº 44/VI/2004	12 de julho	Estabelece o regime jurídico dos bens do domínio público marítimo do Estado, que veio a preceituar que a orla marítima, compreendendo as praias e os terrenos das costas, enseadas, baías contíguos à linha do máximo preamar numa faixa de oitenta metros de largura pertencem ao domínio público marítimo

Paralelamente a este esforço, o País procedeu à ratificação das Convenções relacionadas com as Convenções do RIO - Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CCC), e Convenção da Luta contra a Desertificação e Efeitos da Seca (CCD), a saber:

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Assembleia Nacional: Lei n.º 17/II/87, 3 de agosto;
- Convenção do Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção e a Emenda ao artigo XXI adotada em Gabão, 1983, através do Decreto n.º 1/2005, de 10 de março, e ratificada a 10 de agosto de 2005;
- Protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica à Convenção sobre diversidade biológica: proteção no domínio da transferência, manipulação e utilização segura de organismos geneticamente modificados (Decreto n.º 9/2005, de 26 de setembro);

- Convenção RAMSAR - Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como habitat de aves aquática (Decreto n.º 4/2004, de 18 de novembro, ratificada a 18 de novembro de 2005);
- Convenção de Viena referente à proteção da camada de ozono (Decreto n.º 6/97, de 31 de março e aprovada 6 de julho de 2001);
- Protocolo de Montreal, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono (Decreto n.º 5/97, de 31 de março, e ratificada em 6 de julho de 2001);
- Protocolo de Quioto – 2005;
- Convenção Internacional sobre Cooperação, Preparação e Luta contra a Poluição por Hidrocarbonetos – 2001;
- Convenção sobre Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais – Protocolo Água e Saúde;
- Convenção Relativa à Organização Hidrológica Internacional;
- Convenção sobre o Mar Alto.

Da análise do contexto jurídico, constata-se que Cabo Verde dispõe de um quadro normativo, amplo e abrangente no setor do Ambiente, sendo evidente a preocupação do legislador em proteger a natureza e manter o equilíbrio ecológico.

Apesar do manancial legislativo aprovado nas últimas três décadas, as leis são ainda pouco divulgadas e conhecidas. O conhecimento que o cidadão comum ou mesmo o dirigente, funcionário e agentes da Administração Pública têm das leis ambientais é francamente limitado. O acesso às fontes do direito nas repartições públicas é condicionado e a maioria dos cidadãos não tem interesse ou o hábito de se informar a este respeito. Não é, pois, de estranhar a ausência de jurisprudência sobre a aplicação do Direito do Ambiente em Cabo Verde.

As leis e seus regulamentos são acentuadamente complexos, com um elevado grau de tecnicidade, o que os torna de difícil entendimento para grande parte da comunidade que chega a ter acesso a um ou outro instrumento legal de proteção do ambiente e da natureza.

Apesar da publicação de uma Lei de autorização legislativa, em 1993 (Lei de Bases da Política do Ambiente), que permitia ao Governo elaborar uma Lei com os tipos penais, a tipificação das normas penais que protegem o ambiente, os principais diplomas sectoriais só foram criados na década de 2000, continuando a faltar a sua divulgação e o conhecimento pela população dos mesmos.

O reforço da capacidade técnica e financeira dos Municípios para, localmente, fazer face aos problemas ambientais deve ser uma estratégia a seguir. A formação e divulgação das leis ambientais, o apoio na criação e seguimento do funcionamento das Comissões Especializadas na Área do Direito do Ambiente, a elaboração e aplicação dos Códigos de Posturas Municipais, mostram-se fundamentais para a defesa e preservação do ambiente, pois à escassez de recursos humanos e financeiros para incrementar a fiscalização e aplicação das respetivas sanções é notória.

Não existe um estatuto legal detalhado que, partindo das premissas vazadas na Lei de Base da Política do Ambiente, defina e regule o quadro de atuação das Associações ou Organizações Não Governamentais com vocação ambiental.

A Gestão Ambiental é um domínio transversal que exige um esforço conjunto de articulação e concertação entre as várias instituições, e uma intervenção eficiente e eficaz por parte das mesmas.

Os organismos do Estado que se ocupam da área do ambiente em Cabo Verde são: a Assembleia Nacional, através da Comissão Especializada para a Agricultura, Ambiente Energia e Água; o Governo através do Ministério da Agricultura e Ambiente e, envolvendo ainda a Direção Nacional do Ambiente – como autoridade ambiental, a Comissão Nacional para o Ambiente e a Comissão Nacional da Água e Saneamento; os Municípios através dos Pelouros do Ambiente e das Equipas Técnicas Municipais Ambientais; e diversas organizações não-governamentais (ONG).

Atualmente em Cabo Verde, as ações ligadas diretamente ao Ambiente são tuteladas pelo Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), o qual integra duas direções Gerais, uma Direção Nacional e dois Institutos e Delegações nomeadamente:

- Direção Nacional do Ambiente (DNA)
- Direção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG);
- Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP)
- Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS)
- Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)
- Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIDA)
- Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestas (SONERF)
- Delegações do MAA nas diversas ilhas
- Gabinete do Ministro

A DNA tem como funções a conceção, execução e coordenação em matéria de ambiente e recursos naturais. Integra quatro direções de serviço, nomeadamente: (i) Direção dos Serviços de Informação e Seguimento da Qualidade Ambiental; (ii) Direção dos Serviços de Prevenção e Avaliação de Impacte Ambiental; (iii) Direção dos Serviços de Proteção da Natureza; (iv) Direção dos Serviços de Saneamento Ambiental. Realça-se ainda o papel preponderante da Direção Nacional do Ambiente (DNA) com atribuições e competências de concorrer para a definição da política nacional para o ambiente, participar na elaboração dos planos, programas e projetos relativos às atividades de ambiente e aos recursos naturais, definir medidas de avaliação da qualidade da água, do ar e do ambiente acústico.

A DGASP que tem como funções a conceção, execução e coordenação nos domínios da agricultura, silvicultura, pecuária, engenharia e extensão rural. Integra três direções de serviço, nomeadamente: (i) Agricultura e Pecuária; (ii) Silvicultura; (iii) Engenharia Rural.

O INIDA (poderes de subintendência) centra-se na investigação, experimentação e desenvolvimento nos domínios das ciências e tecnologias agrícolas e recursos naturais; na difusão das inovações científicas e tecnologias utilizáveis nos sectores agrícola, silvícola, animal e ambiental.

O SONERF (o MAA exerce poderes de superintendência) é uma instituição especializada na Engenharia Rural e Florestas, que executa obras de conservação do solo e água, de perfuração de furos e outras infraestruturas específicas para captação e armazenagem de água.

O INMG (o MAA exerce poderes de superintendência) tem como missão a promoção, coordenação e execução das medidas e ações da política governamental no domínio de meteorologia e geofísica, com vista a vigilância meteorológica e climática e a monitorização sísmica com base nas informações nacionais e internacionais.

As Delegações do MAA dependem hierarquicamente do Ministro e funcionalmente dos Serviços centrais do MAA.

A nível dos municípios, existem comissões especializadas para o ambiente e há um pelouro para a área do Ambiente, sendo este, sem dúvida, uma das áreas fundamentais dos municípios com todos os problemas de água e saneamento.

No plano local, várias associações de desenvolvimento comunitário atuam na área do ambiente, quer a nível nacional como local, sendo parceiras nessa causa comum: a defesa do ambiente e a realização de ações e medidas em prol da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

2.2.3 Síntese das Oportunidades, Ameaças e Desafios

Apresenta-se neste capítulo uma síntese do diagnóstico da situação de referência, realçando-se os aspetos mais relevantes do retrato efetuado à dimensão ambiental tanto em termos das condições atuais, como ao nível do seu enquadramento nas políticas e nos instrumentos de gestão aplicáveis.

Os resultados do diagnóstico assim obtido sistematizam-se sob a forma de uma tabela SWOT, tal como seguidamente se apresenta.

Tabela 2.11_Dimensão Ambiental. Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecimento da importância da biodiversidade refletido na legislação nacional, nomeadamente através da criação da Rede Nacional de Áreas Protegidas ▪ Existência de 47 Áreas Protegidas, classificadas em 6 categorias e distribuídas pelas ilhas e ilhéus ▪ Envolvimento crescente das Associações locais nos processos de planeamento das áreas protegidas. ▪ Programa de conservação do solo e da água ▪ Déficit hídrico colmatado com a dessalinização da água do mar, nomeadamente em empreendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processo de elaboração da POT pouco articulado com os restantes instrumentos de gestão territorial, em particular com os planos municipais ▪ Declaração das ZDTI descontextualizadas de um referencial estratégico integrado do território, potenciando situações de conflito de usos e recursos ▪ Crescimento da superfície artificializada (assentamentos urbanos, infraestruturas de transporte, etc.) ▪ Os riscos sobre a biodiversidade são causados por fatores antrópicos

Pontos fortes	Pontos fracos
<p>turísticos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A cobertura da rede pública de abastecimento de água no meio urbano é de 69,2% ▪ A cobertura nacional da recolha de RSU é de 85,5% com deposição em aterro controlado na ilha do Sal ▪ Aterro Sanitário Intermunicipal na ilha de Santiago a aguardar a entrada em funcionamento ▪ Fornecimento regular de energia elétrica desde finais de 2012 ▪ Existência de parques solares e eólicos nas ilhas de maior dinâmica económica (Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente) ▪ Boa qualidade do ar com exceção de situações pontuais ▪ Existência de um quadro legal e normativo bastante completo no âmbito ambiental, que cria as condições básicas favoráveis para o desenvolvimento sustentável ▪ Existência de um conjunto de documentos de orientação das políticas setoriais (PEDS, ENPAB, PANA, PAIS II, PAM, etc.) que viabilizam a planificação coordenada, integrada e sinérgica da DNA com as outras Instituições e entidades relevantes ▪ Adesão de Cabo Verde a Convenções Internacionais ligadas ao ambiente (biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas, entre outras) e também aos acordos e programas regionais, que permitem retomar os assuntos legais inerentes ao ambiente de uma forma mais abrangente e adequada ao contexto atual. ▪ O quadro legislativo no domínio do Ordenamento do Território consagra as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral e as Zonas de Reserva e Proteção Turística ▪ A vontade Institucional em promover a comunicação, educação e sensibilização ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de conflitos entre a utilização das zonas costeiras e o equilíbrio natural ▪ A legislação existente relacionada com o ambiente e a regulamentação das leis existentes, ainda não são adequadas às necessidades. ▪ Ausência de planeamento de visitas e Planos de Capacidade de Carga nas áreas protegidas ▪ Falta de integração de preocupações ambientais, como a conservação da biodiversidade, na lei de bases do turismo e outros diplomas específicos. ▪ Forte pressão sobre a exploração e utilização dos recursos naturais, nomeadamente do solo e da água ▪ Recursos naturais limitados e débeis condições ecológicas em resultado da origem vulcânica do arquipélago ▪ Vulnerabilidade a fenómenos climáticos extremos, com a consequente degradação ambiental, perdas económicas e problemas socioeconómicos ▪ Elevada suscetibilidade à erosão (hídrica e do solo), contribuindo para a desertificação e degradação dos solos ▪ Diminuta superfície cultivada ▪ Contaminação do solo em resultado das práticas agrícolas desadequadas e de lixeiras 8queima de lixo a céu aberto) ▪ Escassos recursos hídricos, sobretudo em termos de qualidade para consumo humano e agricultura ▪ Inexistência de recursos hídricos subterrâneos, em quantidade e qualidade, nas ilhas da Boa Vista e do Sal ▪ Inexistência de uma rede nacional de monitorização da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, bem como das águas balneares (apenas 6 praias são monitorizadas) ▪ Sistemas de tratamento de águas residuais e de resíduos no País deficiente (6 ETAR em 4 ilhas e 17 lixeiras municipais) ▪ Aumento significativo da produção de RSU com o turismo ▪ Grande dependência do exterior em termos energéticos ▪ Falta de fiscalização ambiental
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emergência de políticas e estratégias de gestão integrada das zonas costeiras, que compatibiliza os recursos naturais e o equilíbrio económico e social ▪ Consolidação da Rede Nacional de Áreas Protegidas, obrigando à elaboração e implementação de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução da capacidade dos sistemas ambientais para disponibilizar as funções e os serviços dos ecossistemas ▪ Pressão sobre os recursos hídricos, em especial nos centros urbanos, turismo e agricultura que se prevê aumentar 4 vezes até 2030

Pontos fortes	Pontos fracos
instrumentos de gestão e normas regulamentares <ul style="list-style-type: none"> ▪ As potencialidades existentes nas áreas protegidas, enquanto produto e destino turístico, constituem oportunidades que podem ser exploradas pelas comunidades locais organizadas, na perspetiva do desenvolvimento económico local ▪ Grande potencial para as energias renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiente gestão dos RSU com situações críticas de poluição e graves riscos para a saúde pública

A síntese assim efetuada permite identificar os principais desafios que se colocam associados a esta dimensão de modo a garantir um desenvolvimento sustentável do setor turístico em Cabo Verde, a saber:

- Desenvolver o setor turístico no quadro de uma sólida estratégia de ordenamento do território, à escala nacional e à escala regional, atribuindo, nesta perspetiva, uma centralidade absoluta aos instrumentos de gestão territorial na definição de referenciais estratégicos do desenvolvimento turístico e na integração da política de turismo nas políticas de desenvolvimento local, regional e nacional, designadamente, respeitando a **capacidade de carga do território**;
- Desenvolver o setor turístico contemplando as **melhores práticas de gestão ambiental**.

2.2.4 Matriz de Avaliação

Partindo da análise efetuada, agregam-se os aspetos fundamentais identificados por **temas de sustentabilidade**, os quais são operacionalizados por um conjunto de **indicadores-chave de desempenho** que permitem avaliar a contribuição do atual modelo de desenvolvimento turístico para a sustentabilidade do território e, na sua sequência, fornecer informação de apoio à tomada de decisão. A matriz de avaliação assim construída é a que se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 2.12_Dimensão Ambiental. Matriz de avaliação

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
Dimensão Ambiental	
Recursos e Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exploração racional dos recursos naturais, com destaque para o solo e a água ▪ Aumento da resiliência e diminuição dos riscos naturais ▪ Promoção da qualidade ambiental, através da implementação de infraestruturas ambientais, nomeadamente de sistemas de tratamento de águas residuais e de RSU ▪ Redução de disfunções ambientais, derivadas de situações de degradação e contaminação ambiental (solo, água e ar) ▪ Melhoria do ambiente urbano
Valores Naturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção da biodiversidade e dos espaços naturais integrados na RNAP

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da conectividade de áreas relevantes do ponto de vista das funções ecológicas ▪ Identificação e valorização dos valores paisagísticos e identitários da especificidade territorial
Gestão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da articulação entre as diferentes dimensões do território, numa base de gestão integrada, particularmente na salvaguarda de modelos urbanísticos compatíveis com a identidade e o carácter dos sítios ▪ Promoção das especificidades entre ilhas, nomeadamente com respeito pela capacidade de carga de cada uma ▪ Redução das áreas sujeitas a processos de desertificação e de assimetrias territoriais

2.3 DIMENSÃO SOCIAL E GÉNERO

2.3.1 Situação Atual

Dimensão social

Como já referido, o turismo tem sido, nas últimas décadas, o grande dinamizador da economia cabo-verdiana, estimando-se que sua participação no PIB tenha atingido os 20,97%% em 2014, participação que se tem mantido nos anos subsequentes. Ademais, tanto nas estratégias de políticas para a presente legislatura (2016-2021), quanto no horizonte do ano 2030, malgrado a aposta na diversificação das atividades económicas, o turismo continua a ter uma grande centralidade na definição das políticas económicas, a par da aposta na economia azul e no setor de serviços, particularmente assente nas novas tecnologias.

A articulação entre o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-Agenda 2030 das Nações Unidas inscrevem as políticas de desenvolvimento a curto, médio e longo prazos na perspetiva de que o crescimento económico seja continuado, mas inclusivo e esbatendo as assimetrias regionais e locais, aprofundando os ganhos conseguidos nos anos anteriores e que se traduziram, nomeadamente, nos indicadores económicos e sociais positivos apontados pelos relatórios de avaliação do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e das Estratégias de Crescimento e Redução da Pobreza.

Contudo, centrando a análise no setor social (demografia, emprego, saúde, educação, proteção social, etc.), os desafios continuam a ser extremamente grandes, como se retira da visão de futuro que o Governo inscreveu no seu Programa para a corrente legislatura, a qual também se encontra inscrita no PEDS:

Temos uma visão clara para construir um Cabo Verde desenvolvido, inclusivo, democrático, aberto ao mundo, moderno, seguro, onde impera o pleno emprego e a liberdade plena. Temos uma visão e um plano de acção para construir um país melhor, conectado consigo próprio e com o mundo. Para garantir uma sociedade mais inclusiva e uma nação cada vez mais forte, mais global e mais sustentável. Para garantirmos a todos o direito à liberdade, à democracia e à cidadania. Queremos fazer de Cabo Verde um país feliz, próspero e de progresso. Queremos fazer dos cabo-verdianos um

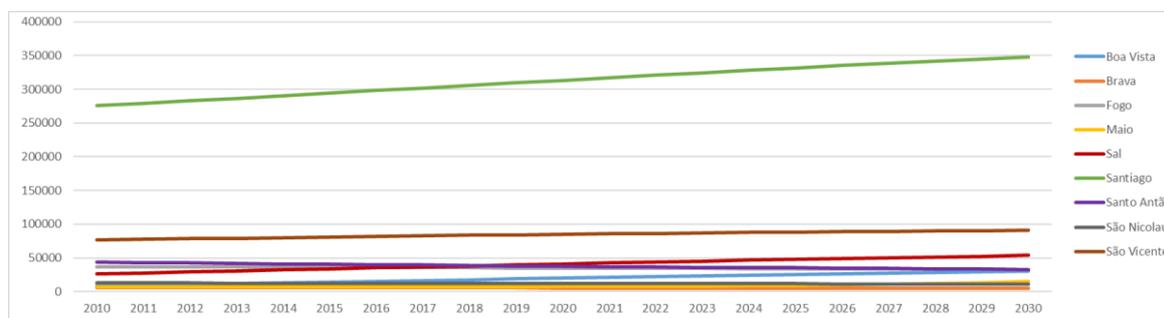
cidadão do mundo e no mundo. Embora tenhamos força, fé e foco nos objectivos precisamos do suporte de todos os parceiros sociais e políticos. Juntos empreenderemos as mudanças que o país precisa e deseja. Juntos, realizaremos a vontade do Povo. O nosso partido é Cabo Verde. (Fonte: GCV – Programa do Governo, 2016-2021)

Tendo em conta os objetivos em presença neste Estudo, a presente análise procurará incidir nas relações e correlações entre o setor do turismo e o setor social, procurando fazer emergir as influências e as determinações, eventualmente mútuas, entre eles. Neste primeiro momento, a reflexão centra-se essencialmente no diagnóstico da situação de referência e não nas potencialidades advenientes do setor de desenvolvimento do turismo e seu impacto futuro sobre o domínio social, o que será feito no capítulo referente à avaliação dos potenciais impactos (capítulo 3).

No **domínio demográfico**, os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) têm demonstrando que, estando embora num processo de transição demográfica, a população cabo-verdiana continua a crescer, com uma taxa média anual de 1,2%, seja como resultante do crescimento natural seja por causa do aumento nos fluxos imigratórios.

De acordo com a mesma fonte, os dados sobre as projeções demográficas da população de 2010 a 2030, a população de Cabo Verde, no período 2012-2016, cresceu a um ritmo de 1,23%. Para 2016, estimam-se 531.239 pessoas residentes, verificando-se um acréscimo de 6.406 habitantes, em relação ao ano 2015.

Figura 2.13_Projeções demográficas 2010-2030



Fonte: INE

A análise por concelho indica que os concelhos da Praia e de São Vicente são os que apresentam maior concentração da população, representando, em 2016, respetivamente, 29,2% e 15,4% do total da população do País. Os concelhos com menor concentração de população são Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo, com igual percentagem (1,0%).⁶

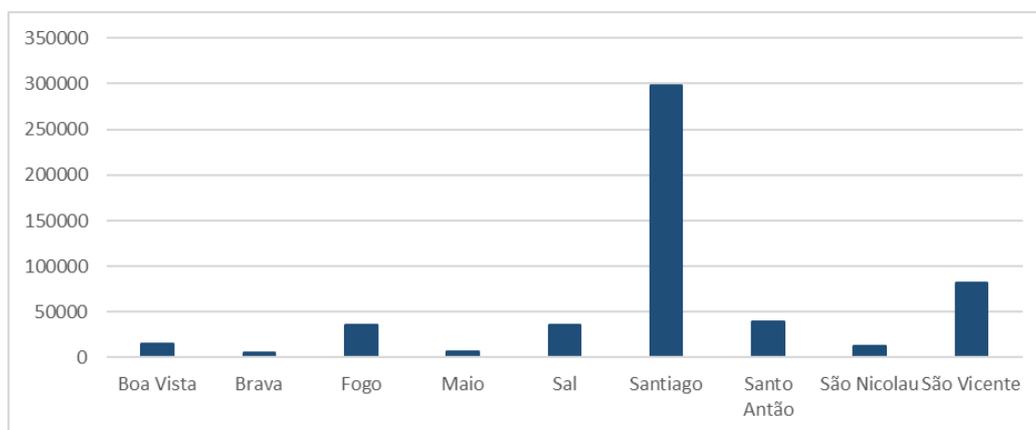
Contudo, do ponto de vista de diagnóstico o que importa realçar é a desigual da dinâmica demográfica ao nível do território nacional. Com efeito, o crescimento demográfico tem acontecido essencialmente nas ilhas da Boa Vista, Sal e Santiago (nesta, maioritariamente na cidade da Praia) e S. Vicente. A ilha da Boa Vista, a menos

⁶ INE. Anuário Estatístico 2016. Praia, INE, 2017, p.46

densamente povoada, tem registado, nos últimos anos, um rápido crescimento populacional e, consequentemente, um significativo aumento da densidade populacional, passando de 18,16 hab./km², em 2012, para 25,05 hab./km², em 2016 (aumento de 37,9% entre 2012 e 2016), não deixando, entretanto, de continuar a ser a ilha com a menor densidade populacional do País.

Em contrapartida, algumas ilhas apresentam tendencialmente uma dinâmica de perda de população, destacando-se as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava que apresentaram uma redução da população residente e, consequentemente, da densidade populacional, fruto, essencialmente, do processo migratório (interno e internacional) que se regista nestas ilhas⁷.

Figura 2.14_Distribuição da população



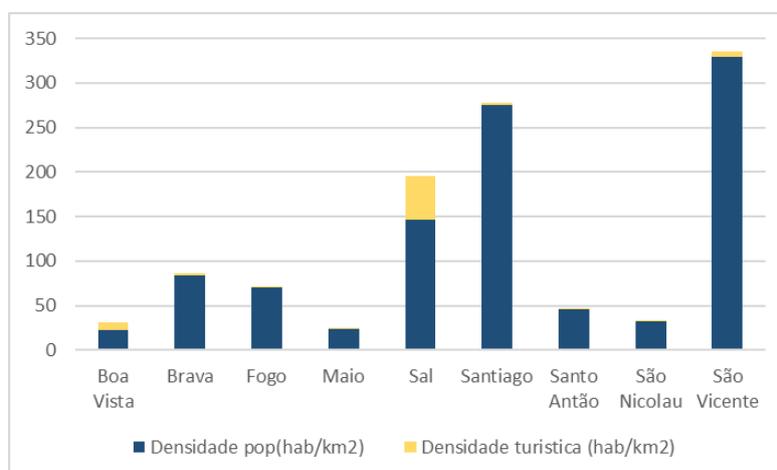
Fonte: INE, Anuário Estatístico 2016

Nitidamente, a concentração de investimentos privados, externos e internos, bem como de investimentos públicos de forma preferencial em algumas ilhas, particularmente as que têm sido privilegiadas pelo IDE para investimento no setor do turismo e da imobiliária turística, têm-se transformado em grandes fontes de atração de populações de outras ilhas, reconfigurando a sua paisagem populacional, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do perfil sociocultural.

A estrutura etária da população cabo-verdiana mostra que a população é, não obstante a transição demográfica que se está a viver, maioritariamente jovem. De acordo com o Censo de 2010, 44,2% da população tinha, na altura, menos de 25 anos e 65,8% menos de 40 anos. Já segundo as projeções demográficas do INE, em 2017, cerca de 47,3% tinha menos de 25 anos e 73,6% menos de 40 anos. Trata-se de grupos etários com um peso significativo na população economicamente ativa, sendo importante também a pressão desta população jovem no mercado de trabalho e emprego, sem contar nos serviços sociais básicos como a educação, a habitação, o desporto, a cultura e o lazer.

⁷ INE, Anuário Estatístico 2016. Praia, INE, 2017, p.40

Figura 2.15_Densidade populacional e turística máxima em 2016



Fonte: INE, Anuário Estatístico 2016

A análise da distribuição da população e da carga máxima turística, definida como a capacidade máxima de alojamento instalado, permite verificar que é na ilha do Sal que efetivamente a pressão é maior, conduzindo a cargas totais inferiores a 200 pessoas/ km², valor consideravelmente inferior ao verificado na ilha de Santiago ou de São Vicente. A relação população/ turista é superior a 3 habitantes para 1 turista.

No que diz respeito ao **emprego**, a dinâmica da atividade económica, fortemente influenciada pelo turismo, não tem acompanhado a procura por parte da força de trabalho, particularmente jovens e mulheres, o que se traduz na taxa de desemprego relativamente elevada, em termos médios globais, e bastante acentuada entre a população jovem.

Contudo, as variações regionais são importantes. Com efeito, nas ilhas e municípios com maior procura de mão-de-obra, essencialmente os municípios e ilhas com maiores investimentos no setor do turismo, apresentam menores taxas de desemprego, a saber:

- A ilha da Boa Vista tinha, em 2010, uma taxa de desemprego de 5,7%, tendo aumentado para 15,9% em 2015 e recuado para 7,9% em 2016;
- A ilha do Sal apresentava, em 2010, uma taxa de 10,8%, caiu para 7,8% em 2015 se fixou em 8,3% 2016.

Já a taxa média nacional de desemprego era de 15% em 2010, caiu para 12,4% em 2015 e agravou em 2016 situando-se novamente em 15%.

Ainda segundo o INE, a incidência do desemprego tem sido mais significativa entre jovens e mulheres. Para os jovens, na faixa etária entre 20-24 anos, a taxa de desemprego foi de 38,1% em 2016 contra 28,2% em 2015, enquanto para os jovens na faixa dos 25-29 anos a mesma taxa atingiu os 19,3% em 2016 e 17,5% em 2015.

Mais uma vez realça-se o fato do desemprego ser particularmente expressivo entre as mulheres, passando de 11,2% em 2015 para 17,4% em 2016, verificando-se nos meios urbanos que a referida taxa passou de 14,2% para 16,9%, em 2016. A cidade da Praia regista a maior taxa de desemprego por localidades com 22,1% de desempregados em 2016, tendo sido de 15,7% em 2015.

Um outro dado relevante a analisar tem a ver com o perfil em termos de nível de instrução dos desempregados, particularmente dos jovens. Quando analisado o nível de instrução, é entre os licenciados e as pessoas com formação pós-secundária que o desemprego mais cresce, passando de 11,2% em 2015 para 20,7% em 2016. Se, por um lado, o tipo de emprego criado pelo mercado parece não se coadunar com o perfil técnico e profissional dos jovens, num contexto em que a oferta de emprego por parte de serviços públicos tem conhecido um refluxo (nos últimos anos, de forma sistemática, as leis do orçamento geral do estado têm imposto o congelamento de contratações na função pública, salvo para setores bem específicos como os da educação, saúde e segurança pública), por outro lado, os jovens cabo-verdianos têm sido, legitimamente, mais exigentes nos empregos que procuram. Isto é válido, também, mesmo para os que não têm uma formação técnica e profissional mais avançada. É este fenómeno que influencia o peso da mão-de-obra-imigrante, para determinadas áreas de atividade, particularmente os provenientes de alguns países da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

Não se pode descurar que o setor do turismo, bem como as atividades por ele induzidas, tem sido o grande gerador de empregos, particularmente nas ilhas do Sal e da Boa Vista, como já referido referido e analisado no diagnóstico do setor do turismo, alargando-se para Santiago, particularmente, na cidade da Praia, e S. Vicente. Não é por acaso que, por um lado, os municípios do Sal e da Boa Vista são os que apresentam maior PIB *per capita* do País e onde a incidência do desemprego é menos relevante.

Verifica-se, também, que as cidades da Praia e do Mindelo (S. Vicente) apresentam importantes índices de desemprego, particularmente jovem. A questão, por conseguinte, parece ser não apenas pelo facto de haver uma oferta de emprego menor que a procura, mas também pelo facto da oferta existente ser em atividades profissionais que não constituem o projeto de vida de muitos cabo-verdianos. Está-se assim, portanto, perante um certo paradoxo. Por um lado, os empresários, encontrando eco nos discursos públicos, sustentam a inadequação das ofertas formativas às necessidades do mercado de trabalho, por outro, jovens em situação de desemprego relutam/recusam as ofertas formativas pouco qualificadas, social, profissional e do ponto de vista remuneratório não e/ou pouco valorizadas.

Na verdade, os trabalhos criados têm sido maioritariamente nos serviços de construção civil, da hotelaria e restauração não atrativos para uma parcela significativa de jovens cabo-verdianos. Por isso, esses trabalhos têm sido, por exemplo, em determinadas ilhas, como a Boa Vista e o Sal, ocupados por originários de outras ilhas (Santiago, Fogo, S. Nicolau e Santo Antão) e por imigrantes.

A concentração de investimentos no setor do turismo relativamente a algumas ilhas, sem que estas estejam preparadas, nomeadamente, para um fluxo exponencial de pessoas e um aumento vertiginoso de empreendimentos turísticos sem um planeamento estratégico, traz consigo problemas importantes. Em ilhas marcadamente turísticas, tem-se vindo a registar uma acentuada segregação espacial, com o estabelecimento de uma barreira entre os migrantes, os trabalhadores do setor do turismo e de atividades conexas, de um lado, e os residentes e turistas, de outro. Os primeiros estão nos assentamentos urbanos informais, sem infraestruturas públicas de água, saneamento e energia e sem serviços sociais de base, sendo que, de igual modo, as habitações são em muitos contextos extremamente precárias, sobretudo porque muitos dos novos residentes consideram-se “migrantes” transitórios. Estas situações de grande precariedade levam, em certa medida, a uma exclusão não apenas espacial como social e cultural. As ilhas de Boa Vista e do Sal são disso exemplos bem evidentes (cf. MIOU. Perfil Urbano da Boavista e Perfil Urbano dos Espargos).

Dados do Anuário Estatístico do INE relativamente às condições de habitação mostram uma acentuada assimetria entre os municípios. Os municípios do interior da ilha de Santiago e os da ilha de Santo Antão encontram-se em situação particularmente mais precárias quando comparados com os outros municípios e ilhas. Nitidamente, em quase todos os indicadores, os municípios com maior participação na produção da riqueza nacional e com maior renda *per capita* são os que apresentam os melhores indicadores, a saber: - Sal, Praia, S. Vicente e Boa Vista.

As assimetrias regionais são importantes, assim como importantes são as assimetrias internas relativamente aos municípios com os melhores indicadores. Com efeito, a situação precária dos assentamentos informais é particularmente relevante e, eventualmente, mais grave nos centros urbanos desses municípios.

Tabela 2.13_ Indicadores Sociais / condições de habitabilidade

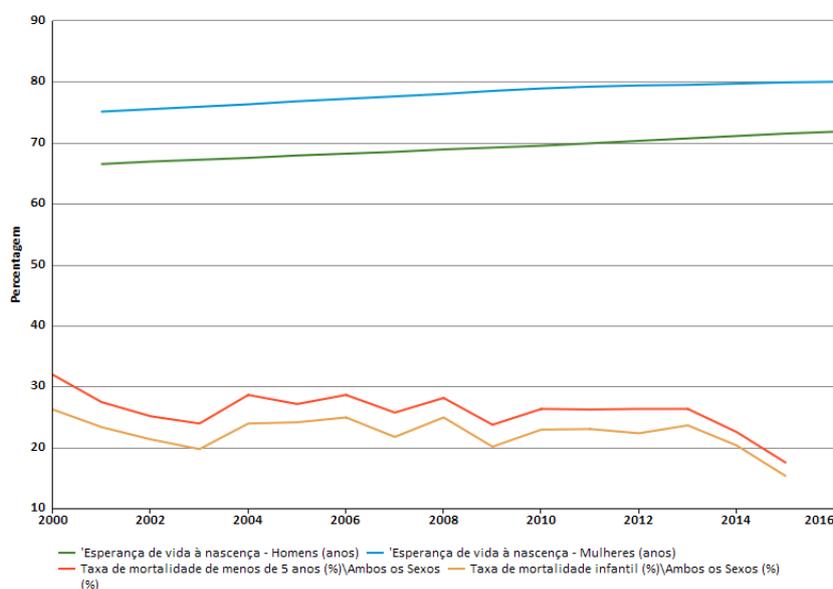
	Percentagem de agregados familiares com acesso a:		
	Rede pública de água	Instalações sanitárias	Sistema de evacuação de águas residuais
Cabo Verde	64,6%	80,1%	79,9%
Sal	70,1%	92,2%	92,2%
Boa Vista	35,3%	71,2%	71,2%
São Vicente	65,4%	87,4%	92,2%
Praia	63,7%	86,5%	86,3%

Fonte: INE. Anuário Estatístico, 2016. Praia, 2017

A par do referido, os assentamentos informais com habitações sem qualidade, em complemento com as concentrações edificadas excessivas e desordenadas (muitas vezes causadas pelo próprio desenvolvimento turístico), são imagem da falta de qualidade urbana com consequências urbanísticas irreversíveis.

A forte mobilidade populacional, traduzindo-se em migrações internas e em imigração, permitida pelo desenvolvimento do turismo em algumas ilhas e municípios, tem tido impacte também nos setores da **saúde**, da educação e da segurança pública. Com efeito, as precárias condições de saneamento tendem a fazer aumentar as doenças hídricas, particularmente para as crianças. Embora os indicadores de saúde tenham conseguido melhorias significativas, permitindo que Cabo Verde tivesse atingido a maioria das metas dos ODM, a situação sanitária de Cabo Verde é particularmente complexa e exigente, pois, encontrando-se numa fase de transição epidemiológica, ao mesmo tempo em que aumentam as doenças crónicas, ainda persistem doenças associadas à pobreza. A epidemia de paludismo vivido, particularmente na cidade da Praia, em 2017, mais casos anteriores de epidemia da dengue chikunkunya, a que se acrescentam ainda as doenças diarreicas, a tuberculose, etc., são disso exemplo.

Figura 2.16 _Principais indicadores da saúde, 2000-2015



Ainda no domínio da saúde constituem desafios a diminuição sustentada da mortalidade materna (a qual apresenta, pelos indicadores de saúde, alguma oscilação, tendo sido de 9,4 por 100 mil nados vivos em 2014 e de 47 por mil nados vivos em 2015) e da mortalidade infantil (a qual registava em 2015 15,3 por 1000 nascidos vivos, verificando-se que a taxa de mortalidade de menores de 5 anos se fixou em 17,5 por mil nascidos vivos). As principais causas da mortalidade infantil têm sido as afeções perinatais que, não obstante o seu declínio, continuam a ser um desafio. De igual modo, a luta sistémica contra as doenças infectocontagiosas e o combate das condições que levam às doenças hídricas também continuam a ser importantes desafios, a par da prevenção, do diagnóstico precoce e do acompanhamento das doenças crónicas. O reforço de campanhas de prevenção a par da melhoria das infraestruturas sociais básicas (saneamento, água potável, hospitais e centros de saúde) e de cuidados diferenciados de saúde são fundamentais para as próximas décadas.

No **domínio da educação**, os indicadores mostram que Cabo Verde tem vindo a conhecer melhorias significativas e continuadas no tempo. De acordo com o Anuário Estatístico de 2016 apenas 7,2% da população afirmou nunca ter frequentado a escola. A taxa de alfabetização situa-se em 87,6%, sendo maior entre os homens (92,5%) do que nas mulheres (82,8%). No ensino pré-escolar, e contrariamente aos ensinos básico e secundário, o número efetivo tem vindo a aumentar. Dados do ano letivo 2015/2016, mostram que a nível nacional no ensino básico a taxa líquida de escolarização situou-se em 92,7% e no ensino secundário em 71,2%. No que diz respeito à paridade entre os sexos (com base na taxa bruta de escolarização), para o mesmo ano letivo constata-se no EBI o ratio de 0,92 e no ES de 1,10. Observando a distribuição entre sexo, verifica-se que no ensino básico para cada 100 rapazes escolarizados apenas 92 raparigas são escolarizadas. Em contrapartida, no ensino secundário para cada 100 rapazes escolarizados, são 110 raparigas escolarizadas, verificando-se uma nítida inversão nos dois subsistemas. A maior taxa de reprovação e abandono entre os rapazes no secundário parece ser a razão deste desequilíbrio. Na verdade, a taxa de abandono no ano letivo 2015/2016 era de 8,4% entre os rapazes e de 5,5% entre as raparigas. Já taxa de reprovação foi de 27,4% para os rapazes e 19,7% para as raparigas.

No domínio do ensino superior, os dados apontam para um crescimento anual médio de 1,6% dos estudantes entre o ano letivo 2010/2011 e 2014/2015, tendo passado de 11.769 alunos para 12.538. No ano letivo 2014/2015 as alunas representavam 58,85% do total dos alunos do ensino superior no País.

No **domínio da formação profissional**, e, sobretudo, procurando dar resposta às necessidades do mercado de trabalho em termos de mão-de-obra não altamente qualificada, tem vindo a aumentar o número de centros e escolas de formação profissional, bem como de ofertas formativas. No domínio do setor do turismo, tal como foi anteriormente referido, para além dos cursos específicos de turismo oferecidos por algumas instituições de ensino superior, deve-se destacar a importância da Escola de Hotelaria e Turismo. Estima-se que em 2016 tenham sido realizados 145 cursos para um total de 2847 formandos, sendo maior a presença de raparigas nessas ações de formação (1515). A formação para o fortalecimento dos pequenos negócios, que tem sido realizada, sobretudo, pelas ONG e tem contribuído para o empoderamento das mulheres nas esferas económica, social e política, permitindo, com o tempo, incluí-las, de forma mais evidente, na rede do turismo associado e também do turismo formal, tem também por consequência o permitir ao acesso dos incentivos económicos, à segurança social e à participação nas Associações de Comércio e de Serviços bem como nas Associações de Desenvolvimento Turístico.

Os grandes problemas que se colocam neste momento ao ensino e formação têm a ver essencialmente com os seguintes aspetos:

- Retenção dos alunos nas escolas, tanto no ensino básico como no secundário, particularmente os filhos das famílias mais pobres, significando reduzir a taxa de abandono e de repetência;
- Melhoria da qualidade do ensino, reforçando as competências fundamentais nas áreas de línguas e da matemática;
- Reforço e alargamento do ensino das línguas estrangeiras, cruciais para a melhoria da qualidade da oferta dos serviços turísticos e para a melhoria da competitividade no mercado de trabalho;
- Alargamento da oferta dos cursos de formação técnica e profissional, dos estágios profissionais e de articulação com os serviços e empregos.

No **domínio do trabalho**, impõe-se a melhoria dos serviços de inspeção e fiscalização não apenas relativamente ao cumprimento dos contratos individuais de trabalho ou de acordos coletivos de trabalho, mas também ao nível da higiene e segurança no trabalho e da cobertura em termos de proteção social. Deverão ser implementados mecanismos com vista a proporcionar o acesso a empregos, no setor da hotelaria e do turismo, mais qualificados e melhor remunerados.

Como o turismo cria empregos no setor estruturado, isso reflete-se também no aumento de registos no Instituto Nacional de Proteção Social (INPS). De acordo com a informação da instituição, em 2016, a taxa de cobertura era de 39,8% da população empregada. A ilha com maior cobertura era a ilha do Sal com 63,5% de inscritos, seguida da ilha da Boa Vista com 56,2%, São Vicente com 52,0%, enquanto Santiago possuía 18,3%. A média atual é de 40 inscritos por cada 100 trabalhadores formais e informais. Entretanto, Sal e Boa Vista têm mais do que 50% inscritos na proteção social.

A perspetiva da instituição é de, até 2021, alargar a cobertura aos setores primários que são impulsionados pelo turismo, como por exemplo agricultura e pescas.

A **violência e a criminalidade** têm sido apontadas como problemas crescentes para a sociedade cabo-verdiana, atingindo de forma particular os centros urbanos. Associado ao aumento da violência e da criminalidade tem vindo a aumentar o sentimento de insegurança. Na verdade, dados reportados pelo Ministério da Administração Interna apontam que a ocorrência de crimes terá passado de 22.152 em 2011 para 25 826 em 2015, representando um aumento de 10,4%. Crimes contra pessoas e contra a propriedade são importantes, tendo-se verificado nos últimos anos uma evolução em termos de gravidade e complexidade, envolvendo raptos tanto de nacionais como de turistas. Esta situação tem impacte tanto para a segurança dos nacionais como junto dos potenciais turistas, podendo influenciar negativamente a imagem de marca de Cabo Verde. Neste sentido, o desafio da segurança interna, sem descurar a internacional, parece ser crucial no projeto de se tornar o turismo no *driver* da economia nacional.

A situação geo-estratégica de Cabo Verde no Atlântico médio e no *carrefour* entre os continentes africano, americano e europeu tornam o país e suas fronteiras marítimas e aéreas extremamente vulneráveis, nomeadamente ao tráfico internacional de drogas e, eventualmente, ao tráfico humano. Não é por acaso, que o país tem reforçado os mecanismos de controle dessas fronteiras, reforçando a capacidade operacional da Guarda Costeira quanto ampliando a cooperação militar com outros países.

Embora não existam estudos específicos sobre o impacte do turismo no tráfico e consumo de drogas, na prostituição, particularmente juvenil e no tráfico humano, as instituições e organizações da sociedade civil ouvidas no âmbito do presente estudo se mostram particularmente preocupadas e atentas com uma eventual correlação entre esses fenómenos.

Género

O Governo tem a igualdade de género como uma das questões centrais para o desenvolvimento inclusivo, sendo uma das pré-condições para se alcançar o desenvolvimento sustentável. O País continua a registar importantes desafios para se atingir a plena igualdade de género, com destaque para a autonomia económica das mulheres, a sua participação na política e na tomada de decisão, e para a eliminação da violência baseada no género. Em termos de políticas, programas e práticas institucionais, apesar dos progressos, persistem fragilidades na transversalização da abordagem da temática do Género, tanto a nível setorial como municipal.

A nível do empoderamento económico das mulheres registam-se, em particular, os seguintes obstáculos:

- A menor participação das mulheres em setores económicos chave (áreas conexas ao turismo, tais como o agro-negócio, economia azul, economia verde, indústrias criativas, etc.);
- Os constrangimentos específicos das mulheres em matéria de empreendedorismo, que precisam de ser tidos em conta nas abordagens de promoção do empreendedorismo, com enfoque no desenvolvimento de capacidades, melhores condições de acesso aos mercados e ao crédito, entre outros;
- Os estereótipos de género que limitam as opções das mulheres em termos de áreas de estudo e formação, tornando-se necessária a promoção da sua maior presença em áreas tecnológicas, áreas não tradicionais e de ponta, suscetíveis de promover a empregabilidade;

- A forte presença das mulheres no setor informal, aconselhando a sua inclusão na definição de políticas e programas de transição para o formal, para que beneficiem economicamente da transição;
- A persistência de discriminação de género de várias ordens no mercado laboral, exigindo medidas de promoção do acesso em pé de igualdade ao trabalho, bem como em termos salariais, e ambientes livres de assédio moral e sexual nos postos de trabalho, tanto no setor público como no privado;
- A sobrecarga das mulheres com o trabalho não remunerado, particularmente o trabalho doméstico, num contexto de desestruturação da rede tradicional de cuidados de apoio, pois apenas uma pequena parcela das famílias cabo-verdianas se encontra em condições de recorrer ao serviço de cuidados para apoio a dependentes (crianças, deficientes, idosos);
- As dificuldades na conciliação da vida laboral e familiar⁸.

Em 1994 a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o “Programme for the Sustainable Development of Small Island Developing States” no qual o turismo é avaliado como uma atividade que pode estimular o desenvolvimento de outros setores económicos.

Como um reflexo do que tem vindo a acontecer em outros países, o setor de serviços tem sido, nos últimos anos, o principal motor do desenvolvimento económico sustentável de Cabo Verde.

O turismo tem uma particular relevância, em virtude do seu papel no desenvolvimento, tanto económico, como gerador de rendimentos e empregos diretos, indiretos e associados/correlatos, bem como social. A atividade turística é responsável por efeitos macroeconómicos importantes, sobretudo na formação do Produto Interno Bruto (PIB), como referido no capítulo 2.1.1. Além disto, pode ser um promotor do equilíbrio do meio ambiente e dos direitos humanos, incluindo a abordagem do género.

Alguns documentos que fornecem informação sobre a situação de igualdade/ desigualdade entre homens e mulheres no País e as relações que as sustentam são o Relatório de Cabo Verde “Beijing+20” de 2014, o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG-2015-2018) e o II Plano Nacional de Combate a Violência de Género (PNBVG 2015-2018). Neles pode-se ler que ainda permanecem profundas desigualdades entre mulheres e homens, tanto no que concerne à situação perante o trabalho e ao rendimento, como no exercício do poder.

Realça-se, neste contexto, que o Governo, no seu Programa da corrente legislatura, assume como compromisso garantir:

1. Redução da pobreza relativa para um dígito e erradicação da fome e da pobreza extrema do país no quadro da promoção do crescimento económico inclusivo.

2. Pleno emprego e trabalho decente para todos, através da promoção do crescimento médio real de 7% ao ano, sustentado, inclusivo e sustentável e aumento do rendimento médio per capita gerado pelo emprego (o Produto Interno Bruto per capita actual, a preços correntes, é de 3 450 USD).

(...)

⁸ Governo, Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021, p.109: 4.3.7

6. *A colocação dos cuidados de dependentes – crianças, pessoas idosas e portadoras de deficiências, tradicionalmente considerados como um mandato social exclusivo das famílias no centro da agenda das políticas públicas de inclusão social e de apoio as famílias, para promover a igualdade de género e a conciliação da vida laboral e familiar.*

(...)

10. *Uma nação exemplo no mundo em matéria de igualdade de género e de inclusão social, num juntar de esforços, nomeadamente, com as ONG's, as igrejas, a comunicação social e a comunidade internacional, com destaque para o Sistema das Nações Unidas*

11. *Um país sem listas de espera na saúde e a garantir uma taxa de mortalidade infantil inferior a 13 por mil, através da melhoria do acesso à saúde e à saúde materno-infantil⁹.*

Conforme dados divulgados pela representação da ONU Mulheres no País, apresentados em novembro 2017, no âmbito de um Ateliê sobre a abordagem de género no setor do turismo, promovido pelo ICIEG (Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade do Género) em parceria com a Direção-Geral do Turismo ea ONU Mulheres em Cabo Verde, verifica-se que, em 2015, 74% dos turistas que visitaram Cabo Verde foram mulheres, representando mais de dois terços dos turistas que visitam Cabo Verde.

O mesmo Ateliê revelou, ainda, que a mão-de-obra do setor do turismo é maioritariamente feminina, ou seja 57,9% por cento da mão-de-obra do setor é feminina, não obstante o fato de estarem em atividades profissionais menos especializadas e, por conseguinte, menor remuneradas e menos valorizadas socialmente.

Na ocasião, a Presidente do ICIEG defendeu que “Tendo em conta que o turismo tem o rosto feminino, a nossa ideia é que as instituições nacionais possam influenciar o turismo praticado no arquipélago através de um plano de ação que vá ao encontro da verdadeira promoção da igualdade de género”.

A verificar apenas por estes números, pode-se acreditar que já existe uma igualdade de género nesta área. Entretanto, analisando-se, mesmo que superficialmente as faixas salariais, verifica-se que as mulheres se situam nas faixas de menor rendimento.

Também, relativamente ao emprego em geral, verifica-se que o desemprego é particularmente expressivo entre as mulheres, passando de 11,2% em 2015 para 17,4% em 2016, sendo ainda mais expressivo nos meios urbanos, passando de 14,2% para 16,9% (Anuário Estatístico 2016. INE, 2017).

Uma das áreas considerada como crítica é a participação e representatividade das mulheres nos processos de tomada de decisões – as mulheres representam 23.6% no Parlamento Nacional (Eleições legislativas, março de 2016). Segundo o INE (2015)¹⁰ “a maioria das ilhas de Cabo Verde está abaixo da média nacional (35%) no que diz respeito a equidade de género na liderança das empresas, com destaque para as ilhas de Brava e Fogo, onde somente 28% e 29% das empresas ativas são lideradas por mulheres”.

⁹ Fonte: GCV – Programa do Governo, 2016/2021

¹⁰ INE, *Homens e Mulheres em Cabo Verde*, 2015.

Como resultado de algumas das entrevistas realizadas pode-se dizer que um dos principais impactes do turismo em Cabo Verde é o êxodo rural. Este fenómeno, apesar de ter ainda algumas insuficiências, levou à melhoria do nível social, surgindo como uma alternativa evidente para quem precisa sair do interior em procura de sustento. As jovens que têm o 12º ano, estando desempregadas, e que imigram para Boa Vista ou Sal, já criam outros projetos de vida - não querem mais ter 3-4 filhos antes dos 30 anos e ficarem na apanha da areia com as doenças provocadas pela imersão na água.

Observa-se que 50,1% da população, estimada em 531.239 pessoas residentes, é composta por homens e 49,9% por mulheres¹¹.

De acordo com o Relatório de Cabo Verde “Beijing+20” de 2014, existe um défice substancial de autonomia económica, uma vez que o trabalho constitui o principal meio de vida para mais de metade da população masculina (51%) e apenas para pouco mais de 1/3 da população feminina (35%), o que coloca as mulheres numa situação de dependência económica. Esta dependência pode, potencialmente, estender-se ao futuro, já que a manter-se a situação atual dificilmente as mulheres terão acesso à cobertura garantida pelo regime contributivo da segurança social.

Entre os fatores subjacentes à elevada taxa de inatividade das mulheres - 43,5% em 2010, destaca-se a responsabilidade familiar (23%). Se a este fator se adicionar a gravidez como causa de inatividade (4%), constata-se que 1/4 das mulheres inativas não estão disponíveis para o mercado de trabalho devido às responsabilidades específicas das mulheres.

De acordo com o Inquérito sobre o Uso do Tempo, o trabalho não remunerado doméstico e de cuidados representa 69,6 % da carga total de trabalho da população do País, recaindo sobre as mulheres 60,8% do mesmo. Verifica-se, ainda, que enquanto os homens dedicam perto de 38 horas semanais ao trabalho não remunerado, as mulheres dedicam praticamente o dobro (62h:52')¹².

Apesar do grande aumento da mão-de-obra feminina na área turística, verifica-se que, 4 de cada 10 mulheres empregadas são autoempregadoras ou têm empregos não remunerados (41%). A somar a esta situação verifica-se haver, também, o subemprego no qual se manifesta um fosso de perto de 12 pontos percentuais entre géneros (44,2% para as mulheres e 32,4% para os homens). Em 2014 os principais nichos de emprego das mulheres eram a agricultura (22%), o comércio (21%), a educação (9%) e o emprego doméstico (9%)¹³.

Com atenção na transversalização da abordagem de género na população recetora do turismo, deve-se identificar as causas que limitam o acesso às oportunidades de maior alcance económico e acesso aos benefícios gerados pelo turismo, isto é, emprego e qualidade do emprego, infraestruturas, serviços públicos e apoio às iniciativas para constituição de pequenas e médias empresas.

A este respeito, de acordo com o Plano de Ação para a Transversalização da Abordagem de Género no Turismo, a transversalização da abordagem de género é a estratégia eleita para promover, desde a esfera institucional, a igualdade de género, o que para o sector turístico implica a adoção de procedimentos que

¹¹ INE, *Distribuição da população por sexo. Cabo Verde, 2016*

¹² INE (2014). *Inquérito Multiobjectivo Continuo -2012. Relatório do Modulo Uso do Tempo e Trabalho não Remunerado em Cabo Verde -2012.*

¹³ PNIG - ICIEG. *Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género 2015-2018.*

permitam adequar o ambiente de trabalho e a oferta de serviços às necessidades, aspirações e desejos das mulheres e dos homens, mediante a introdução duma perspetiva de “duplo olhar” em todas as dimensões da gestão: (i) diagnóstico da situação, (ii) desenhos das medidas estratégicas e das ações a serem desenvolvidas, (iii) práticas administrativas e de gestão e capacitação de recursos humanos e (iv) monitorização e avaliação dos resultados.

A transversalização da abordagem de género no turismo enriquece o modelo de gestão porque: (i) ao considerar as características, e as necessidades da população recetora do turismo, permite melhorar o ambiente de trabalho e do ambiente envolvente; (ii) o conhecimento aprofundado dos clientes possibilita um maior ajuste entre a procura e a oferta no mercado turístico e o conseqüente aumento da qualidade dos produtos colocados à disposição dos clientes¹⁴.

Outro benefício que a transversalização da abordagem de género gera no sector turístico é a melhoria do modelo de gestão sustentável do turismo e do meio ambiente, mediante: (i) a promoção da transformação das relações de poder que persistem e contribuem para a existência de desigualdades de género no uso, acesso e controle dos recursos naturais e culturais, principalmente daqueles que são transformados em atrativos turísticos. (ii) a geração de empregos que protejam o meio ambiente (empregos verdes); (iii) a integração de uma perspetiva de gestão e ordenamento do território que mitigue as desigualdades sociais e de género.

Deve-se ainda verificar quais são as prioridades estabelecidas ao investir, os benefícios gerados pelo turismo e os benefícios do desenvolvimento turístico. Estas prioridades já estão a responder às necessidades das mulheres e dos homens envolvidos nas atividades turísticas, mas respeitam o papel social que desempenham?

Atualmente, os locais de habitação dos que trabalham não só no turismo como nas construções das infraestruturas turísticas, ainda são completamente diferentes das infraestruturas dos seus alojamentos e das zonas de residência. Existe, assim, um grande fosso entre o lugar onde moram e o lugar onde trabalham. Estas pessoas não querem morar e criar seus filhos em lugares sem infraestruturas, porém, pela falta de opções, são levadas a isto.

O pouco acesso aos serviços básicos de infraestruturas e aos alojamentos condignos é, muitas vezes, bastante diferente no tocante ao acesso da mesma população aos bens de equipamentos tecnológicos de informação e comunicação.

Tabela 2.14_ Condições de alojamento, a nível nacional, 2016

Tipo de habitação	Quantificação
Grande maioria das famílias em alojamentos clássicos	98,6%
Principalmente do tipo moradias independentes	78,6%
Paredes exteriores pintadas ou revestidas c/material próprio para revestimento	70,3%
Habitacões com cobertura do tipo terraço	84,4%
Habitacões c/cobertura do tipo inclinadas com revestimento de telha	11,5%
Média de utilização de divisões por agregados familiares	2,3 divisões

¹⁴ ICIEG, *Plano de ação para a transversalização da abordagem de género no turismo (2016-2018)*. Praia, 2016, p.8.

	Percentagem de agregados familiares com acesso a eletricidade
Cabo Verde	89,6%
Meio urbano	93,0%
Meio rural	82,1%
Sal	94,2%
Boa Vista	89,9%
São Vicente	94,2%
Praia	93,8%

	Sexo do representante do Agregado Familiar com acesso a eletricidade
Masculino	89,8%
Feminino	89,4%

Fonte: INE. Estatísticas das famílias e condições de vida - Inquérito Multi-objectivo Contínuo, CV, 2016

Os dados do INE permitem referir que cerca de 78,2% dos agregados familiares possuem televisão. O acesso aos serviços de televisão por assinatura, a cabo ou digital (ZAP, XCTV, Boom TV, ZON, MEO) tem vindo a crescer ao longo dos anos registando-se em 2016 um nível de acesso de 19,6%, enquanto em 2015 o acesso a este serviço era de 11,6%.

De acordo com a mesma instituição verifica-se, ainda, que a posse de pelo menos um computador nos alojamentos familiares em 2016 era de 31,2%, sendo que 17,1% declararam possuir desktop ou laptop, relativamente ao acesso à internet das famílias no alojamento (excluindo-se o acesso a partir de praças digitais e wifi de vizinhos), este passou de 58,4% em 2015 para 48,8% em 2016.

Entretanto, ressalta que os indicadores de posse de bens de equipamento e o acesso aos serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) revelam disparidades significativas entre locais de residência e entre concelhos, em particular no que diz respeito ao acesso aos serviços de televisão por assinatura, internet e posse de computadores, tablets ou Ipad, cujas percentagens no meio rural são baixas, comparativamente com o meio urbano, a saber:

- Enquanto 22,8% das famílias urbanas têm acesso à televisão por assinatura, no meio rural o nível de acesso a esse serviço é de 10,8%;
- Enquanto no meio urbano 37,7% e 20,8% possuem computador e tablet/Ipad, no meio rural somente 16,6% e 8,9% das famílias têm estes equipamentos em casa;
- Enquanto 51,2% das famílias cabo-verdianas residentes no meio urbano têm acesso à internet, somente 43,5% das famílias rurais têm esse acesso.

Estas disparidades são essencialmente visíveis nos concelhos da Praia, São Vicente, Sal e Boa Vista por apresentarem maiores níveis de acesso às TIC no agregado.

Tabela 2.15_Posse de tecnologias de informação e comunicação no alojamento

	2006	2007	2010	2012	2013	2014	2015	2016
Evolução do acesso, dos agregados familiares, à televisão por assinatura ou a cabo ou digital (ZAP, XCTV, ZON, MEO). Cabo Verde, 2010-2016 ⁽¹⁾	-	-	6,9%	7,3%	7,4%	9,4%	11,6%	19,6%
Evolução da posse de computadores nos agregados familiares. Cabo Verde, 2006-2016 ⁽²⁾	9,1%	10,8%	20,4%	29,3%	30,2%	43,1%	31,0%	32,1%
Evolução da posse de acesso à internet nos agregados familiares. Cabo Verde, 2006-2016 ⁽³⁾	-	-	7,1%	20,3%	22,8%	32,2%	58,4%	48,8%

⁽¹⁾ Fonte: INE, CENSO 2010, IMC 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016

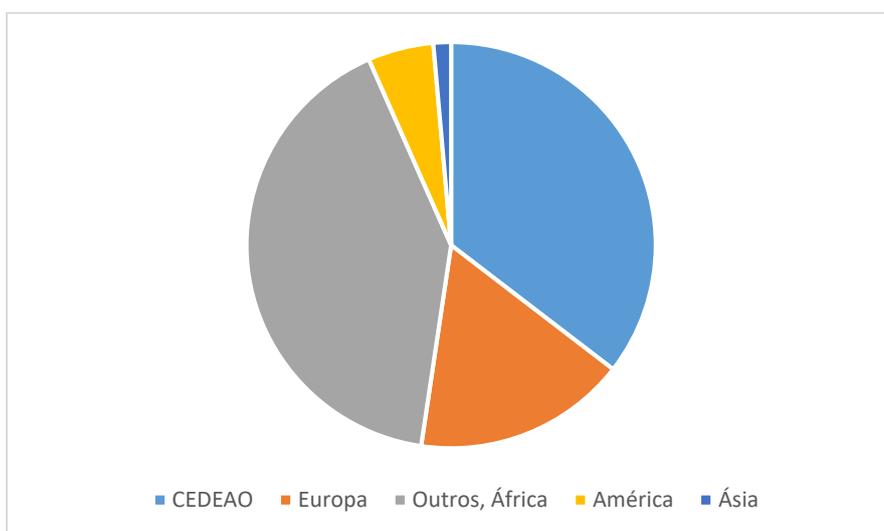
^{(2) e (3)} Fonte: INE, QUIBB 2006 e 2007, CENSO 2010, IMC 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016

A forte mobilidade populacional (traduzindo-se em migrações internas e em imigração) influi, não só, na economia do País como também nos setores da saúde, da educação e da segurança pública.

De acordo com os dados ponderados do IMC 2014, a população imigrante é estimada em 16.491, correspondendo a 3,2% da população total residente em Cabo Verde. Esta população encontra-se desigualmente distribuída a nível do País, sendo que a maioria reside nos concelhos da Praia (38,8%), Boa Vista (13,6%), S. Vicente (13,2%), Santa Catarina (12,4%) e Sal (9,3%). Verifica-se, também, que a maioria desta população é do sexo masculino, representando 58,7% contra 41,3% do sexo feminino.

A figura abaixo apresenta a repartição dos imigrantes segundo o local de nascimento. Observa-se que a maioria nasceu em África (cerca de 77%), sendo que 35,5% tem origem nos países da CEDEAO e 41,1% nos restantes países africanos. A Europa tem uma representatividade de 16,9%, enquanto a América e a Ásia apresentam valores residuais de 5,2% e 1,4%, respetivamente.

Figura 2.17_Repartição dos imigrantes segundo o local de nascimento (%)



Fonte: INE, IMC 2014_Migracoes2014.

Relativamente à nacionalidade, os dados indicam que cerca de 43% dos imigrantes possui nacionalidade estrangeira, quase 23% nacionalidade cabo-verdiana e 34,2% possui dupla nacionalidade (Tabela 2.16). A percentagem dos estrangeiros é relativamente mais alta para os homens, representando cerca de 50% contra 32,5% para as mulheres, enquanto a percentagem dos que possuem a dupla nacionalidade é mais alta nas mulheres (cerca de 42%) do que nos homens (28,5%).

Tabela 2.16_Repartição dos imigrantes segundo o sexo, por nacionalidade

	Estrangeira	Dupla	Cabo-verdiana
Total	42,8%	34,2%	23,0%
Homens	50,0%	28,5%	21,5%
Mulheres	32,5%	42,3%	25,2%

Fonte: INE, IMC 2014_Migracoes2014

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reconhecem que o maior desafio do mundo atual é a erradicação da pobreza e que enquanto ela existir não poderá existir um desenvolvimento sustentável. As suas orientações para a ação aparecem de forma explícita nas metas dos Objetivos 8 e 12.

Tabela 2.17_Objetivos de desenvolvimento sustentável

Objetivo	Meta
8. Promover o crescimento económico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos	8.9: Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis	12.b: Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactes do desenvolvimento para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

Fonte: ICIEG, Plano de ação para a transversalização da abordagem de género no turismo (2016-2018). Praia, 2016. p.10.

Verifica-se que o impacto das ações que serão empreendidas no setor do turismo, causarão também um impacto no Objetivo 5 destes ODS, isto é “Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”.

Como referido anteriormente, a promoção do fortalecimento e consolidação das Pequenas e Médias Empresas (PME), planeada nos ODS, além de ser uma estratégia de geração de autoemprego, é um meio para empoderar as mulheres nas esferas económica, social e política, ao incluí-las na rede formal do turismo e ao garantir que possam ter acesso aos incentivos económicos, à segurança social e que ganhem visibilidade e espaço para participar no desenho das políticas do setor. Já existem boas experiências, na África e América Latina, de apoio a iniciativa empresarial das mulheres no setor turístico, especificamente, no setor hoteleiro.

Também em Cabo Verde já existem alguns bons exemplos de sucesso de promoção, através de ONG/ Associações comunitárias, do Turismo rural, que normalmente é assegurado, sobretudo, por mulheres chefes de família e jovens. Citam-se dois exemplos que podem ser seguidos: em Santo Antão (ONG: Atelier Mar) e em São Nicolau (ONG: ADAD).

Acrescenta-se que a criação de empregos decentes constitui um meio eficaz para a eliminação de estereótipos sexistas no mercado laboral, tal como acontece quando as práticas de gestão estão comprometidas com a promoção da participação das mulheres e homens em igualdade de oportunidades em qualquer nível ou atividade profissional.

Reforçando o que anteriormente foi referido, a formação para o fortalecimento dos pequenos negócios, que tem sido realizada, sobretudo, pelas ONG e que tem contribuído para o empoderamento das mulheres nas esferas económica, social e política, com o tempo deverá incluí-las, de forma mais forte, na rede do turismo associado e também do turismo formal, tendo por consequência acesso aos incentivos económicos, à segurança social e a participação nas Associações de Comércio e de Serviços, bem como nas Associações de Desenvolvimento Turístico. Isto aumentará a sua visibilidade e espaço para participarem no desenho das políticas do setor do turismo.

Lembra-se que a adoção de medidas no setor da saúde e da segurança, com o objetivo de atrair e fidelizar a clientela turística, pode beneficiar diretamente o acesso aos serviços de saúde da população local, assim como aumentar os níveis de segurança da mesma, com impactes positivos na autonomia das mulheres, tanto na vertente de exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, como da mobilidade pessoal.

Além disto, a oferta de serviços de transporte público de qualidade para fortalecer a boa imagem do País é fundamental para atrair o turismo, e pode ter um impacto positivo na mobilidade da população em geral e especialmente das mulheres, que normalmente são as que mais utilizam os transportes públicos.

2.3.2 Quadro Institucional e Legal

Para além dos compromissos da atual legislatura dedicados à redução da pobreza, ao pleno emprego, à igualdade do género e à inclusão social, tal como referidos anteriormente, pode-se assumir que, do ponto de vista legal e no que concerne à interface entre o desenvolvimento social e o turismo, Cabo Verde possui um quadro legislativo globalmente satisfatório, embora aspetos específicos possam ser melhorados.

A grande questão, porém, está na (não) implementação efetiva do quadro legal existente, particularmente no que diz respeito à inspeção/fiscalização do seu cumprimento. Assim, a análise que se segue incide, essencialmente, sobre, de um lado as insuficiências que o atual quadro legislativo comporta e, de outro, as insuficiências em termos de fiscalização do seu cumprimento.

A segurança jurídica é considerada fundamental para que investidores estrangeiros, particularmente, possam interessar-se em canalizar os seus investimentos para um determinado país. Isto explica o dinamismo, mas também a volatilidade dos fluxos financeiros num mundo globalizado. Saindo do campo estrito das transações financeiras, um dos domínios legais considerados importantes para que o IDE, em geral, e o investimento no turismo em particular possam efetivar-se é o das relações laborais/trabalhistas. Mais especificamente, a denominada flexibilidade laboral é considerada uma questão chave para a fixação de empreendimentos privados, com recurso ao capital privado estrangeiro. Cabo Verde tem vindo sucessivamente a rever o Código de Trabalho, tornando mais flexível os mecanismos de contratação, de subcontratação e de despedimento de trabalhadores. De igual modo, permite mecanismos mais dinâmicos e fluídos de negociação individual e coletiva entre a entidade empregadora e o trabalhador. Neste processo, o Código de Trabalho (aprovado pelo Decreto legislativo nr.5/2007, de 16 de Outubro, posteriormente alterado pelo Decreto-Legislativo nr 5/2010, de 16 de junho, e novamente alterado pelo Decreto-Legislativo nr.1/2016 de 3 de Fevereiro) incumbe ao Estado uma função importante de regulação e de inspeção do cumprimento dos dispositivos legais. Contudo, de acordo com diversos atores, a capacidade institucional da Inspeção Geral do Trabalho e da Direção Geral do Trabalho tem sido extremamente limitada, permitindo situações nítidas de incumprimento da legislação laboral nomeadamente em termos do cumprimento do horário de trabalho, de pagamento de horas extraordinárias e, em algumas situações, de cobertura (inscrição e/ou pagamento) em termos de proteção social (regime contributivo). A par disso, mas neste caso, sem necessariamente violar os contratos de trabalho, tem-se ouvido reclamações relativas à rotatividade da mão-de-obra, com despedimentos cirúrgicos quando se aproxima o período de transformação do contrato de trabalho em tempo indeterminado. Quanto menos centrais (em relação à sede das instituições de regulação e inspeção) maiores têm sido os problemas, estendendo-se não apenas ao setor turístico como também a outros setores de atividade, como a construção civil. Uma questão particularmente sensível coloca-se em relação aos trabalhadores migrantes, extremamente vulneráveis, em termos das relações laborais e de cobertura do sistema de proteção social.

Já não do ponto de vista legal, mas sim de políticas públicas e sua efetividade, colocam-se problemas relacionados com a prostituição e com o tráfico, exploração e abuso sexual de menores associados ao turismo. Embora não existam estudos específicos e aprofundados sobre a questão, recorrentemente foi referido pelos *stakeholders* que estes fenómenos têm conhecido um incremento, particularmente nas regiões mais turísticas. Mecanismos de prevenção e combate deste tipo de fenómenos, particularmente os que envolvem crianças e adolescentes, são pouco eficientes e efetivos.

Do ponto de vista institucional, o setor de turismo articula-se, no domínio público central, com os departamentos governamentais responsáveis pelas áreas do planeamento e do património do estado, do ordenamento do território, infraestruturas e habitação, dos transportes, do trabalho, da educação, formação e emprego, da segurança e da proteção social. A nível público regional e local, articula-se com as diversas associações dos municípios, com os municípios e as Sociedades de Desenvolvimento; com o setor privado, articula-se com a Câmara do Turismo, as Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços, Associações empresariais; com a Sociedade civil, tem ligação com a Plataforma das Organizações Não Governamentais e diversas ONG.

Esta multiplicidade de intervenientes exige uma forte capacidade da estrutura central, no caso o Ministério responsável pelo setor é a Direção Geral do Turismo, devendo, tanto política como tecnicamente, gerir todo o processo. De igual modo, espaços institucionais formais de articulação das políticas, dos programas e projetos são necessários. Ao nível da macroestrutura governamental, se é verdade que o Conselho de Ministros constitui o local privilegiado de definição e articulação de políticas, não se afigura, contudo, tendo em conta as suas múltiplas responsabilidades, ser o espaço institucional mais adequado para supervisionar as interfaces e assegurar as articulações intersectoriais. Neste sentido, a reestruturação apontada com um Vice-primeiro-ministro responsável pela coordenação económica poderá mitigar os problemas atrás referidos. Faltaria, contudo, a um nível intermediário, tendo a DGT como pivô, uma estrutura de articulação.

O diagnóstico do setor social associado às dinâmicas que o turismo tem tido nos últimos anos apontam para o facto de que existe um acentuado défice em termos de planeamento estratégico de desenvolvimento e que se traduz, amiúde, em definição de políticas, estratégias, programas e projetos de forma setorial, por conseguinte, não integrados, sistémicos e multissetoriais. Mais ainda, tais abordagens continuam no momento de implementação das ações. É verdade que o novo sistema nacional de planeamento pretende por cobro a esta situação, mas os desafios continuam a ser importantes. Com efeito, impõe-se a existência de um efetivo sistema integrado de planeamento (e que seja sistémico, isto é que tenha uma perspetiva holística e inclusiva desde o diagnóstico, passando pelas definições das estratégias, das medidas de política, dos programas e projetos, sua implementação, monitorização e avaliação). Duas questões, contudo, são sistematicamente colocadas e que se colocam também como fragilidades e desafios: de um lado, a capacidade institucional dos serviços públicos, privados e da sociedade civil para um trabalho efetivo de planeamento integrado; de outro, a existência de recursos humanos capacitados para trabalhar de forma holística, multissetorial e de forma multidisciplinar.

De igual modo, aponta-se a permanência de abordagens essencialmente setoriais, faltando mecanismos efetivos de coordenação inter e intra-setorial, o que compromete a boa execução das políticas públicas. Mais ainda, aponta-se para uma forte centralização nos serviços públicos centrais, dificultando a articulação com os municípios, com as empresas e as organizações da sociedade civil, nomeadamente as ONG. Os fluxos de comunicação são deficientes e pouco eficientes.

2.3.3 Síntese das Oportunidades, Ameaças e Desafios

Neste capítulo produz-se uma síntese do diagnóstico da situação de referência, realçando-se os aspetos mais relevantes do retrato efetuado à dimensão social e género tanto em termos das condições atuais, como ao nível do seu enquadramento nas políticas e nos instrumentos de gestão aplicáveis.

Os resultados do diagnóstico assim obtido sistematizam-se sob a forma de uma tabela SWOT, tal como seguidamente se apresenta.

Tabela 2.18_Dimensão Social e Género. Análise SWOT

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ População com uma taxa de elevado crescimento, essencialmente nas ilhas da Boa Vista, Sal e Santiago (nesta, maioritariamente na cidade da Praia) e S. Vicente ▪ População com uma estrutura etária maioritariamente jovem, economicamente ativa ▪ Aumento direto e indireto de empregos ▪ Os municípios e ilhas com maiores investimentos no setor do turismo, apresentam menores taxas de desemprego ▪ Nível de escolarização elevada e em crescimento com indicadores demonstrativos de melhorias significativas e continuadas no tempo ▪ Rede de ensino e de formação profissional em expansão a nível nacional e regional ▪ Oferta de formação técnica e profissional em crescimento ▪ Indicadores de saúde positivos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava apresentam uma tendência para a redução da população residente, fruto do processo migratório (interno e externo) ▪ A dinâmica da atividade económica, fortemente influenciada pelo turismo, não tem acompanhado a procura de emprego por parte da força de trabalho, verificando-se existir uma elevada taxa de desemprego, bastante acentuada na população jovem (média nacional de 15% em 2016) ▪ O desemprego é particularmente expressivo entre as mulheres e entre os licenciados e as pessoas com formação pós-secundária ▪ Acentuada segregação espacial, social e cultural, nas ilhas maioritariamente turísticas, entre os migrantes, os residentes e os turistas ▪ Precariedade em termos de condições habitacionais e de saneamento para as populações de baixa renda, particularmente nos centros urbanos ▪ Acentuada assimetria entre os municípios relativamente às condições de habitação ▪ Forte impacto no setor da saúde, da educação e da segurança pública, em virtude da mobilidade populacional ▪ Deficientes serviços de inspeção e fiscalização no domínio do trabalho ▪ Aumento da violência e a criminalidade em particular nos centros urbanos, com o correspondente aumento de insegurança ▪ A plena igualdade de género ainda não está alcançada
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento inclusivo como pré-condição para alcançar o desenvolvimento sustentável ▪ Turismo como promotor do equilíbrio do meio ambiente e dos direitos humanos, incluindo a abordagem do género ▪ Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Imigração de mão-de-obra para atividades específicas associadas ao desenvolvimento turístico ▪ Situação sanitária de Cabo Verde particularmente complexa e exigente, com o aumento das doenças crónicas, e a persistência de doenças associadas à pobreza ▪ Riscos de estigmatização /xenofobia ▪ Aumento da prostituição, abuso e exploração sexual de menores e adolescentes ▪ Riscos para a emergência do tráfico humano

A síntese assim efetuada permite identificar como principal desafio que se coloca associado a esta dimensão de modo a garantir um desenvolvimento sustentável do setor turístico em Cabo Verde, a saber:

- Desenvolver o setor turístico **inclusivo, equitativo e responsável pela manutenção da identidade** cultural cabo-verdiana, que assegura o equilíbrio social e territorial, o respeito pela matriz identitária e uma distribuição equilibrada dos recursos e das oportunidades pelos diversos grupos sociais, classes geracionais e territórios.

2.3.4 Matriz de Avaliação

Partindo da análise efetuada, agregam-se os aspetos fundamentais identificados por **temas de sustentabilidade**, os quais são operacionalizados por um conjunto de **indicadores-chave de desempenho** que permitem avaliar a contribuição do atual modelo de desenvolvimento turístico para a sustentabilidade do território e, na sua sequência, fornecer informação de apoio à tomada de decisão. A matriz de avaliação assim construída é a que se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 2.19_Dimensão Social e Género. Matriz de avaliação

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
Dimensão Social e Género	
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de emprego ▪ Promoção do emprego qualificado ▪ Aumento da participação feminina no mercado de trabalho ▪ Promoção do empreendedorismo em geral (empresarial, social) ▪ Promoção da competitividade e do desenvolvimento económico, nomeadamente através do desenvolvimento de atividades correlacionadas ▪ Redução das situações precárias, nomeadamente ao nível do trabalho não remunerado
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da situação sanitária ▪ Incremento da disponibilização e acesso a cuidados básicos de saúde, incluindo a sua qualidade
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da qualificação profissional ▪ Promoção da diversificação da oferta formativa em função da oferta de emprego especializada ▪ Aumento das competências transversais da população (e.g. conhecimentos gerais; línguas)
Identidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção e classificação dos valores patrimoniais e culturais ▪ Valorização e promoção da identidade cultural, nomeadamente ao nível da expressão da língua local, do artesanato, da música e de outras formas de tradição ▪ Aproveitamento e aumento da procura dos produtos locais
Coesão e Equidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabilidade social e sistema de valores ▪ Promoção da inclusão e equidade social

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
	<ul style="list-style-type: none">▪ Promoção da qualidade de vida da população▪ Promoção da segurança de pessoas e bens▪ Integração espacial, social e cultural da população migrante e imigrante▪ Melhoria da infraestruturação global do território (acessibilidades, redes de energia, telecomunicações)

3 AVALIAÇÃO DOS POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS E SOCIAIS

Os Termos de Referência foram particularmente claros e precisos sobre os Objetivos da presente Avaliação Estratégica, referindo que:

[Esta] Avaliação Estratégica procura garantir que as questões ambientais e sociais sejam levadas em consideração durante o desenvolvimento e implementação de políticas e programas setoriais, bem como na implementação das atividades do projeto Competitividade para o Desenvolvimento Turístico (Competitiveness for Tourism Development).

E quanto aos resultados materiais da realização desta Avaliação Estratégica, os Termos de Referência estabelecem os seguintes objetivos específicos:

- i. Identificar os impactos sociais e ambientais positivos e negativos e os riscos associados à evolução do setor de turismo em Cabo Verde;
- ii. Avaliar a estrutura política, jurídica e institucional e a capacidade [instalada] de gestão destas questões;
- iii. Propor um conjunto de recomendações (concretizáveis) pelas quais essas questões possam ser abordadas de modo a aumentar a sustentabilidade ambiental e a equidade social do desenvolvimento do setor, e, também;
- iv. Formular um conjunto de diretrizes ambientais e sociais detalhadas especificamente para uso na elaboração das atividades de **planeamento do turismo nas ZDTI** (Planos de Ordenamento Turístico - POT) e, ainda, na preparação dos **Investement Packages**.

Neste capítulo, dá-se cumprimento aos dois primeiros objetivos relacionados com a avaliação dos potenciais impactos gerados pela atividade turística, remetendo-se os dois últimos pontos, de recomendações e diretrizes de planeamento para o próximo capítulo.

Para a avaliação dos potenciais impactos recorre-se às tarefas desenvolvidas e apresentadas no capítulo 2 de Diagnóstico, as quais fornecem os elementos de base para a compreensão da situação de referência nas dimensões consideradas relevantes no âmbito da presente Avaliação Estratégica permitindo, igualmente, a definição da matriz de avaliação traduzida nos temas de sustentabilidade e respetivos indicadores-chave de desempenho, tal como apresentado.

A matriz de avaliação corresponde, assim, ao corpo central da avaliação a efetuar, reapresentando-se na tabela seguinte, agora em conjunto, os temas de sustentabilidade e os indicadores-chave de desempenho das dimensões analisadas no presente Estudo.

Tabela 3.1_Matriz de avaliação

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
Dimensão Ambiental	
Recursos e	▪ Exploração racional dos recursos naturais, com destaque para o solo e a água

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da resiliência e diminuição dos riscos naturais ▪ Promoção da qualidade ambiental, através da implementação de infraestruturas ambientais, nomeadamente de sistemas de tratamento de águas residuais e de RSU ▪ Redução de disfunções ambientais, derivadas de situações de degradação e contaminação ambiental (solo, água e ar) ▪ Melhoria do ambiente urbano
Valores Naturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção da biodiversidade e dos espaços naturais integrados na RNAP ▪ Promoção da conectividade de áreas relevantes do ponto de vista das funções ecológicas ▪ Identificação e valorização dos valores paisagísticos e identitários da especificidade territorial
Gestão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da articulação entre as diferentes dimensões do território, numa base de gestão integrada, particularmente na salvaguarda de modelos urbanísticos compatíveis com a identidade e o caráter dos sítios ▪ Promoção das especificidades entre ilhas, nomeadamente com respeito pela capacidade de carga de cada uma ▪ Redução das áreas sujeitas a processos de desertificação e de assimetrias territoriais
Dimensão Social e Género	
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de emprego ▪ Promoção do emprego qualificado ▪ Aumento da participação feminina no mercado de trabalho ▪ Promoção do empreendedorismo em geral (empresarial, social) ▪ Promoção da competitividade e do desenvolvimento económico, nomeadamente através do desenvolvimento de atividades correlacionadas ▪ Redução das situações precárias, nomeadamente ao nível do trabalho não remunerado
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da situação sanitária ▪ Incremento da disponibilização e acesso a cuidados básicos de saúde, incluindo a sua qualidade
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da qualificação profissional ▪ Promoção da diversificação da oferta formativa em função da oferta de emprego especializada ▪ Aumento das competências transversais da população (e.g. conhecimentos gerais; línguas)
Identidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção e classificação dos valores patrimoniais e culturais ▪ Valorização e promoção da identidade cultural, nomeadamente ao nível da expressão da língua local, do artesanato, da música e de outras formas de tradição ▪ Aproveitamento e aumento da procura dos produtos locais
Coesão e Equidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabilidade social e sistema de valores ▪ Promoção da inclusão e equidade social

Temas de sustentabilidade	Indicadores-chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da qualidade de vida da população ▪ Promoção da segurança de pessoas e bens ▪ Integração espacial, social e cultural da população migrante e imigrante ▪ Melhoria da infraestruturização global do território (acessibilidades, redes de energia, telecomunicações)
Dimensão Política/ Institucional	
Quadro Legal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Robustez do quadro legal específico ▪ Integração com as outras políticas setoriais, nomeadamente em termos de compatibilidade e conformidade de disposições legais
Governança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização e concertação de atores e estratégias ▪ Acesso aos mecanismos de decisão pelos cidadãos ▪ Transparência das decisões dos vários níveis de Governo ▪ Articulação de competências entre entidades públicas e privadas
Participação/ Socialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Partilha de informação e sensibilização para temas relacionados com a atividade ▪ Oportunidade de participação dos cidadãos, de organizações patronais e sindicais, de ONG e OSC ▪ Promoção do empoderamento da mulher

A avaliação dos potenciais impactes gerados pela atual atividade turística, que seguidamente se apresenta, é efetuada por ilha ou grupo de ilhas em função da importância que o turismo assume nesse território, e recorre a uma classificação do efeito esperado quanto a:

- Tipo - direto (D) ou indireto (I);
- Sentido - positivo (+) ou negativo (-);
- Importância - significativo (+/-) ou muito significativo (++)/(-).

De modo a facilitar a leitura da tabela de avaliação, esta foi colorida segundo uma escala simples de quatro classes com correspondência direta ao sentido e importância do impacte produzido pela atividade turística, a saber:

Impacte positivo		Impacte negativo	
Muito significativo	Significativo	Significativo	Muito significativo

Tabela 3.2_Avaliação dos potenciais impactes do desenvolvimento do turismo

Temas de sustentab.	Indicadores – chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)	Sal e Boa Vista	Santiago	S. Vicente	Restantes ilhas
Dimensão Ambiental					
Recursos e Qualidade Ambiental	▪ Exploração racional dos recursos naturais, com destaque para o solo e a água	D - -	D - -	D -	D -
	▪ Aumento da resiliência e diminuição dos riscos naturais	D - -	D -	D -	D -
	▪ Promoção da qualidade ambiental, através da implementação de infraestruturas ambientais, nomeadamente de sistemas de tratamento de águas residuais e de RSU	D +	D +	D -	D -
	▪ Redução de disfunções ambientais, derivadas de situações de degradação e contaminação ambiental (solo, água e ar)	I -	I -	I - -	I -
	▪ Melhoria do ambiente urbano	D - -	D -	D -	I -
Valores Naturais	▪ Proteção da biodiversidade e dos espaços naturais integrados na RNAP	I - -	I -	I -	I -
	▪ Promoção da conectividade de áreas relevantes do ponto de vista das funções ecológicas	I -	I -	I -	I -
	▪ Identificação e valorização dos valores paisagísticos e identitários da especificidade territorial	D +	D +	D ++	D -
Gestão Territorial	▪ Promoção da articulação entre as diferentes dimensões do território, numa base de gestão integrada, particularmente na salvaguarda de modelos urbanísticos compatíveis com a identidade e o caráter dos sítios	D - -	D -	D -	D -
	▪ Promoção das especificidades entre ilhas, nomeadamente com respeito pela capacidade de carga de cada uma	D - -	D - -	D -	D -
	▪ Redução das áreas sujeitas a processos de desertificação e assimetrias territoriais	I - -	I -	I -	I -
Dimensão Social e Género					
Emprego	▪ Promoção de emprego	D ++	D ++	D ++	D +
	▪ Promoção do emprego qualificado	D +	D +	D +	D -
	▪ Aumento da participação feminina no mercado de trabalho	D ++	D ++	D +	D -
	▪ Promoção do empreendedorismo em geral (empresarial, social)	I +	I +	I +	I -
	▪ Promoção da competitividade e do desenvolvimento económico, nomeadamente com através do desenvolvimento de atividades correlacionadas	D +	D +	D +	D -
	▪ Redução das situações precárias, nomeadamente ao nível do trabalho não remunerado	D +	D +	D +	D +

Temas de sustentab.	Indicadores – chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)	Sal e Boa Vista	Santiago	S. Vicente	Restantes ilhas
Saúde	▪ Melhoria da situação sanitária	I ++	I ++	I +	I +
	▪ Incremento da disponibilização e acesso a cuidados básicos de saúde, incluindo a sua qualidade	I +	I +	I +	I +
Educação	▪ Aumento da qualificação profissional	D +	D +	D +	D +
	▪ Promoção da diversificação da oferta formativa em função da oferta de emprego especializada	I +	I ++	I +	I +
	▪ Aumento das competências transversais da população (e.g. conhecimentos gerais; línguas)	I +	I +	I +	I +
Identidade	▪ Proteção e classificação dos valores patrimoniais e culturais	I -	I +	I +	I +
	▪ Valorização e promoção da identidade cultural, nomeadamente ao nível da expressão da língua local, do artesanato e da música e de outras formas de tradição	D +	D +	D ++	D +
	▪ Aproveitamento e aumento da procura dos produtos locais	I -	I -	I -	I -
Coesão e Equidade	▪ Estabilidade social e sistema de valores	I -	I -	I -	I -
	▪ Promoção da inclusão e equidade social	I -	I -	I -	I -
	▪ Promoção da qualidade de vida da população	D -	D -	D +	D +
	▪ Promoção da segurança de pessoas e bens	I -	I -	I -	I -
	▪ Integração espacial, social e cultural da população migrante e imigrante	D --	D --	D -	D -
	▪ Melhoria da infraestruturação global do território (acessibilidades, redes de energia, telecomunicações)	I -	I -	I -	I -
Dimensão Política/ Institucional					
Quadro legal	▪ Robustez do quadro legal específico	D +	D +	D +	D +
	▪ Integração com as outras políticas setoriais, nomeadamente em termos de compatibilidade e conformidade de disposições legais	D -	D -	D -	D -
Governança	▪ Mobilização e concertação de atores e estratégias	D +	D +	D +	D +
	▪ Acesso aos mecanismos de decisão pelos cidadãos	D -	D -	D -	D -
	▪ Transparência das decisões dos vários níveis de Governo	D -	D -	D -	D -
	▪ Articulação de competências entre entidades públicas e privadas	I -	I -	I -	I -

Temas de sustentab.	Indicadores – chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)	Sal e Boa Vista	Santiago	S. Vicente	Restantes ilhas
Particip./ socialização	▪ Partilha de informação e sensibilização para temas relacionados com a atividade	I -	I -	I -	I -
	▪ Oportunidade de participação dos cidadãos, de organizações patronais e sindicais, de ONG e OSC	I -	I -	I -	I -
	▪ Promoção do empoderamento da mulher	I +	I +	I +	I +

Em termos gerais, da análise da tabela anterior, ressalta a percepção de que os efeitos positivos do atual modelo de turismo surgem, nitidamente, na vertente económica aqui incluída na dimensão social, preferencialmente através da redução das taxas de desemprego e conseqüente aumento da riqueza das famílias.

De facto, o turismo tem produzido efeitos muito positivos na promoção do emprego em geral e do emprego qualificado em particular, com nítidos avanços na melhoria da precaridade laboral, induzindo, igualmente o aumento da participação feminina no mercado de trabalho sendo, simultaneamente, um motor de desenvolvimento de outras atividades correlacionadas, impulsionando a economia cabo-verdiana.

Este efeito induz ainda a aspiração por melhores condições de vida por parte da população cabo-verdiana, quer em termos educacionais, quer em termos da qualidade e acesso a cuidados de saúde, contribuindo, indiretamente, para o desenvolvimento social.

Contudo, o mesmo não se pode afirmar relativamente à dimensão ambiental, onde apenas se assinalam efeitos positivos relacionados com algum aproveitamento dos valores paisagísticos e identitários da especificidade territorial, nomeadamente do sol e praia, e com a promoção da qualidade ambiental associada ao facto dos estabelecimentos turísticos implementarem as suas próprias infraestruturas e de levarem à construção de outras, como são exemplo os aterros para tratamento de resíduos na ilha do Sal e de Santiago.

Em sentido contrário, ainda na dimensão ambiental, assinalam-se os impactes negativos associados à exploração dos recursos naturais, à resiliência e riscos naturais, à proteção da biodiversidade e dos espaços naturais, ao respeito pela capacidade de carga do território e à falta de coesão territorial, resultante da densidade e concentração turística em algumas ilhas, induzindo assimetrias relevantes entre ilhas.

Também na dimensão social se registam impactes negativos, essencialmente relacionados com os desequilíbrios e as assimetrias que o desenvolvimento turístico provoca, em especial entre municípios, mas também em termos de segregação espacial, social e cultural entre os migrantes, os residentes e os turistas.

A um nível mais transversal, na dimensão política e institucional, é nítido o esforço que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito legal, de regulamentar e integrar políticas setoriais e, em termos de governança, de articulação entre entidades e concertação de interesses e, até, de envolvimento da população na tomada de decisões, para o qual o turismo tem contribuído, verificando-se, contudo, que os efeitos, tanto positivo como negativos, não tomam uma importância significativa, o que evidencia de forma clara a necessidade de se continuar a caminhar no sentido da melhoria.

Este aspeto também se regista nas outras duas dimensões analisadas. De facto, na avaliação efetuada dominam as classificações dos impactes como “significativos”, como reflexo do caminho para a

sustentabilidade que está a ser desenvolvido, mas que tem de ser continuado no sentido de minimizar os efeitos negativos e potenciar os positivos.

Considera-se, assim, que estas dimensões estratégicas deverão ser integradas como fatores críticos de decisão da avaliação ambiental estratégica que vier a ser realizada quando o novo plano estratégico do setor do turismo for elaborado. Sem prejuízo de ajustamentos e da integração de outros indicadores no âmbito desta AAE, os referenciais aqui utilizados devem ser a base de partida dessa avaliação.

De modo a robustecer a avaliação efetuada e no sentido de se obter uma visão tendencial da evolução dos efeitos identificados apresenta-se, seguidamente, um exercício de cenarização com base em dois cenários extremados, a saber:

- Um cenário perspetivando-se a **intensificação do modelo turístico atual**, assente no desenvolvimento concentrado em algumas ilhas, gerador de desequilíbrios ambientais, socioeconómicos e territoriais e assente num único produto.
- Um cenário perspetivando-se a **evolução para um modelo turístico mais sustentável**, respeitador das especificidades territoriais, identitário, capaz de tirar partido dos valores e recursos naturais e das complementaridades regionais.

Tabela 3.3_Cenarização. Avaliação dos potenciais impactes do desenvolvimento do turismo

Temas de sustentab.	Indicadores – chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)	Modelo turístico atual				Intensificação do modelo turístico atual				Evolução para um modelo turístico mais sustentável			
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Dimensão Ambiental													
Recursos e Qualidade Ambiental	▪ Exploração racional dos recursos naturais, com destaque para o solo e a água	D--	D--	D-	D-	D--	D--	D--	D-	D-	D-	D+	D+
	▪ Aumento da resiliência e diminuição dos riscos naturais	D--	D-	D-	D-	D--	D--	D--	D-	D-	D+	D+	D+
	▪ Promoção da qualidade ambiental, através da implementação de infraestruturas ambientais, nomeadamente de sistemas de tratamento de águas residuais e de RSU	D+	D+	D-	D-	D++	D++	D+	D-	D++	D++	D++	D+
	▪ Redução de disfunções ambientais, derivadas de situações de degradação e contaminação ambiental (solo, água e ar)	I-	I-	I--	I-	I--	I--	I--	I-	I+	I+	I-	I+
	▪ Melhoria do ambiente urbano	D--	D-	D-	I-	D--	D--	D--	I-	D-	D+	D+	D+
Valores Naturais	▪ Proteção da biodiversidade e dos espaços naturais integrados na RNAP	I--	I-	I-	I-	D--	D--	D--	D-	D+	D++	D++	D++
	▪ Promoção da conectividade de áreas relevantes do ponto de vista das funções ecológicas	I-	I-	I-	I-	I--	I--	I--	I-	D+	D++	D++	D++
	▪ Identificação e valorização dos valores paisagísticos e identitários da especificidade territorial	D+	D+	D++	D-	D+	D+	D++	D+	D++	D++	D++	D++

Temas de sustentab.	Indicadores – chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)	Modelo turístico atual				Intensificação do modelo turístico atual				Evolução para um modelo turístico mais sustentável			
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Gestão Territorial	▪ Promoção da articulação entre as diferentes dimensões do território, numa base de gestão integrada, particularmente na salvaguarda de modelos urbanísticos compatíveis com a identidade e o caráter dos sítios	D--	D-	D-	D-	D--	D--	D--	D--	D+	D+	D+	D+
	▪ Promoção das especificidades entre ilhas, nomeadamente com respeito pela capacidade de carga de cada uma	D--	D--	D-	D-	D--	D--	D--	D--	D+	D+	D+	D+
	▪ Redução das áreas sujeitas a processos de desertificação e assimetrias territoriais	I--	I-	I-	I-	D--	D--	D--	D--	I+	I+	I+	I+
Dimensão Social													
Emprego	▪ Promoção de emprego	D++	D++	D++	D+	D++	D++	D++	D+	D++	D++	D++	D++
	▪ Promoção do emprego qualificado	D+	D+	D+	D-	D+	D+	D+	D-	D++	D++	D++	D+
	▪ Aumento da participação feminina no mercado de trabalho	D++	D++	D+	D-	D++	D++	D+	D-	D++	D++	D++	D++
	▪ Promoção do empreendedorismo em geral (empresarial, social)	I+	I+	I+	I-	D+	D+	D+	I-	D+	D+	D+	D+
	▪ Promoção da competitividade e do desenvolvimento económico, nomeadamente com através do desenvolvimento de atividades correlacionadas	D+	D+	D+	D-	D+	D+	D+	D-	D++	D++	D++	D+
	▪ Redução das situações precárias, nomeadamente ao nível do trabalho não remunerado	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D++	D++	D++	D++
Saúde	▪ Melhoria da situação sanitária	I++	I++	I+	I+	I++	I++	I++	I+	I++	I++	I++	I++
	▪ Incremento da disponibilização e acesso a cuidados básicos de saúde, incluindo a sua qualidade	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+
Educação	▪ Aumento da qualificação profissional	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+
	▪ Promoção da diversificação da oferta formativa em função da oferta de emprego especializada	I+	I++	I+	I+	I+	I++	I+	I+	I+	I++	I+	I+
	▪ Aumento das competências transversais da população (e.g. conhecimentos gerais; línguas)	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+
Identidade	▪ Proteção dos valores patrimoniais e culturais	I-	I+	I+	I+	I-	I-	I-	I+	I++	I++	I++	I++
	▪ Valorização e promoção da identidade cultural, nomeadamente ao nível da expressão da língua local, do artesanato e da música e de outras formas de tradição	D+	D+	D++	D+	D-	D-	D+	D+	D++	D++	D++	D++

Temas de sustentab.	Indicadores – chave de desempenho (a atividade turística contribui para... ?)	Modelo turístico atual				Intensificação do modelo turístico atual				Evolução para um modelo turístico mais sustentável			
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
	▪ Aproveitamento e aumento da procura dos produtos locais	I-	I-	I-	I-	I--	I--	I-	I-	D+	D+	D+	D+
Coesão e Equidade	▪ Estabilidade social e sistema de valores	I-	I-	I-	I-	I--	I--	I--	I-	D+	D+	D+	D+
	▪ Promoção da inclusão e equidade social	I-	I-	I-	I-	I--	I--	I--	I-	D+	D+	D+	D+
	▪ Promoção da qualidade de vida da população	D-	D-	D+	D+	D-	D-	D-	D-	D+	D+	D+	D+
	▪ Promoção da segurança de pessoas e bens	I-	I-	I-	I-	I--	I--	I--	I-	I+	I+	I+	I+
	▪ Integração espacial, social e cultural da população migrante e imigrante	D--	D--	D-	D-	D--	D--	D--	D-	D+	D+	D+	D+
	▪ Melhoria da infraestruturação global do território (acessibilidades, redes de energia, telecomunicações)	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I-	D+	D+	D+	D+
Dimensão Política/ Institucional													
Quadro legal	▪ Robustez do quadro legal específico	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D+	D++	D++	D++	D++
	▪ Integração com as outras políticas setoriais, nomeadamente em termos de compatibilidade e conformidade de disposições legais	D-	D-	D-	D-	D--	D--	D--	D--	D+	D+	D+	D+
Governança	▪ Mobilização e concertação de atores e estratégias	D+	D+	D+	D+	D-	D-	D-	D-	D++	D++	D++	D++
	▪ Acesso aos mecanismos de decisão pelos cidadãos	D-	D-	D-	D-	D--	D--	D--	D--	D+	D+	D+	D+
	▪ Transparência das decisões dos vários níveis de Governo	D-	D-	D-	D-	D--	D--	D--	D--	D+	D+	D+	D+
	▪ Articulação de competências entre entidades públicas e privadas	I-	I-	I-	I-	I--	I--	I--	I--	I+	I+	I+	I+
Particip./ socialização	▪ Partilha de informação e sensibilização para temas relacionados com a atividade	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I+	I+	I+	I+
	▪ Oportunidade de participação dos cidadãos, de organizações patronais e sindicais, de ONG e OSC	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I-	I+	I+	I+	I+
	▪ Promoção do empoderamento da mulher	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+	I+

Legenda: 1 – Sal e Boa Vista; 2 – Santiago; 3 – S. Vicente; 4 – Restantes ilhas

O exercício efetuado permite verificar que ao intensificar-se o modelo turístico atual, assente na concentração da atividade turística em quatro ilhas e explorando quase que unicamente o produto de sol e praia, os efeitos negativos essencialmente relacionados com os indicadores da dimensão ambiental e com os aspetos de identidade, coesão e governança são nitidamente agravados, mantendo-se, de igual modo, alguma assimetria

entre ilhas. Verifica-se igualmente a transferência do tipo de influência de “indireta” para “direta”, na avaliação dos aspetos relacionados com a proteção da biodiversidade e assimetrias territoriais.

Por outro lado, num cenário mais sustentável, assente no desenvolvimento da atividade turística em respeito pelo território, pelos seus valores e especificidades, num modelo diferenciador e identitário, pensado globalmente de modo a aproveitar as complementaridades regionais, verifica-se uma nítida inversão da maioria dos efeitos negativos e uma maior coesão territorial/ igualdade entre ilhas. Verifica-se igualmente que o turismo poderá deixar de ter uma contribuição indireta e ser verdadeiramente impulsionador, assumindo um papel direto, ao nível da potenciação dos efeitos relacionados com a promoção do empreendedorismo, do aumento da procura dos produtos locais, da estabilidade, da inclusão e equidade social, bem como da melhoria da infraestruturização do território.

A metodologia seguida na elaboração da avaliação permite assim identificar, claramente, qual o modelo turístico que Cabo Verde deverá prosseguir, reforçando a necessidade de se continuar a investir no esforço que tem vindo a ser realizado com vista ao desenvolvimento sustentável.

Nesta sequência, surge como natural a etapa de Recomendações à qual se dedica o capítulo seguinte.

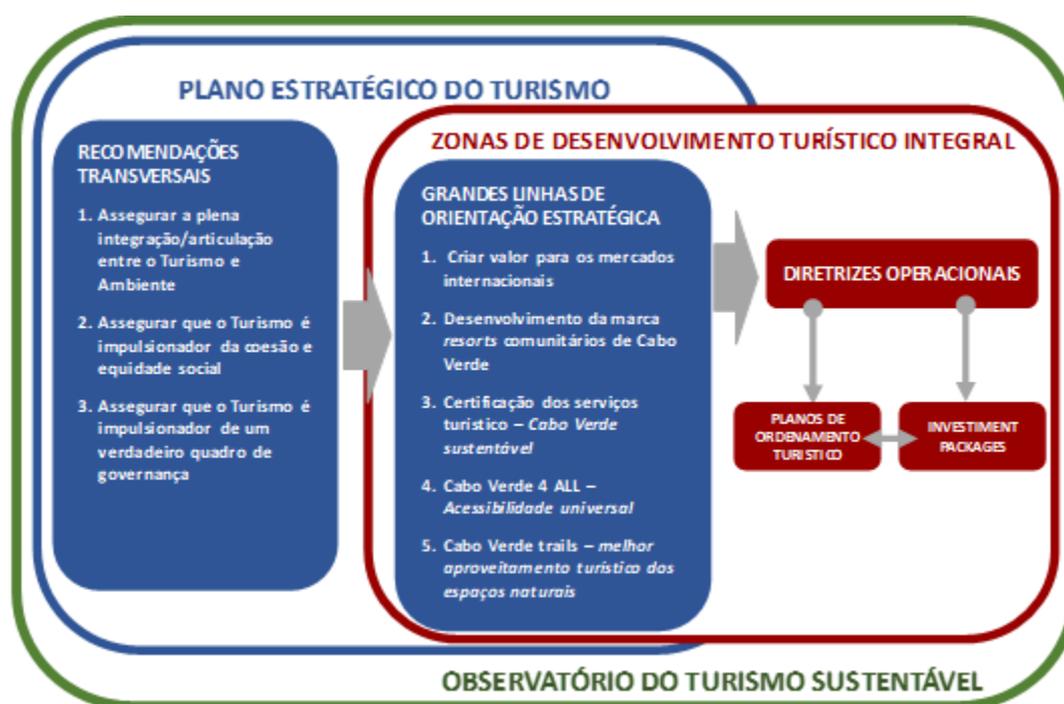
4 RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES DE PLANEAMENTO

A presente Avaliação Estratégica pretende estabelecer, nos resultados a alcançar, dois níveis de resposta à avaliação efetuada – um dirigido à definição de recomendações transversais aplicáveis ao setor do Turismo, no sentido de promover a sua sustentabilidade ambiental e a equidade social, e, um outro, focalizado nas ZDTI e nos instrumentos que as concretizam, quer definindo linhas de orientação estratégica, quer orientações operacionais dirigidas aos POT e aos respetivos investidores/ promotores dos novos projetos.

Em complementaridade e visando o acompanhamento e a monitorização dos efeitos do desenvolvimento da atividade turística em Cabo Verde e da implementação das recomendações que aqui se enunciam, acresce a proposta de criação do Observatório do Turismo Sustentável.

Este é o enquadramento do presente capítulo, o qual segue a organização mencionada, ilustrando-se na figura seguinte a interligação entre as propostas que se efetuam.

Figura 4.18_Recomendações e diretrizes de planeamento



4.1 RECOMENDAÇÕES TRANSVERSAIS [RT]

Face à avaliação efetuada as recomendações transversais, que têm como objetivo ultrapassar os constrangimentos e aproveitar as oportunidades identificadas, alinham-se com os aspetos que demonstram tendência de aumentar a significância do efeito negativo se não houver uma mudança de atitude e uma inflexão em algumas políticas de turismo e noutras com estas relacionadas. Assume-se, assim, que ao se

apostar na inversão do efeito negativo se está, simultaneamente, a contribuir para um modelo de atividade turística mais sustentável e inclusiva e, na sua linha de força, a potenciar as oportunidades anteriormente identificadas.

As recomendações transversais que, seguidamente, se enunciam deverão ser equacionadas no âmbito do novo Plano Estratégico do Turismo (PET), com o objetivo de integrar os aspetos ambientais e sociais na definição da sua estratégia, numa perspetiva de alcançar um desenvolvimento sustentável.

Constituem assim **recomendações transversais** a serem consideradas no âmbito do novo PET:

1. Assegurar a plena integração/ articulação entre **Turismo e Ambiente**, definindo opções estratégicas de desenvolvimento turístico tendo em consideração os seguintes fatores:
 - a. **Conhecimento dos recursos endógenos**, essencialmente solo e água – a escassez de solos aráveis e da disponibilidade de água exige o aprofundamento do conhecimento das condições reais de cada ilha sobre esta temática (dados de base e cartografia), reconhecendo-se a necessidade de alinhar o desenvolvimento das atividades económicas, e do turismo em particular, à gestão dos recursos naturais essenciais à produção de bens alimentares e à sobrevivência da população em geral. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá atender à existência de recursos em quantidade suficiente para poderem ser explorados por todos;
 - b. **Acompanhamento das tendências climáticas** – um território vulnerável a riscos como é Cabo Verde exige uma monitorização séria das consequências das alterações climáticas sobre a biodiversidade, a erosão e a escassez de água, a desertificação e a degradação da zona costeira, entre outros fenómenos, no sentido de antever e permitir a atuação preventiva de gestão. Considera-se essencial uma avaliação da concretização do Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas tanto do ponto de vista da eficiência (grau de concretização do plano) como da eficácia (grau de resposta ao objetivo/ propósito) das medidas nele previstas. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá excluir as áreas mais vulneráveis;
 - c. **Controlo das disfunções ambientais** – em complementaridade com a recomendação do reforço do conhecimento dos recursos endógenos, considera-se essencial o aprofundamento do conhecimento da real situação de degradação e contaminação ambiental (solo, água e ar) em cada ilha de modo a permitir contrariar a evolução da situação. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá atender à existência de zonas degradadas;
 - d. **Qualificação do ambiente urbano** – o modelo turístico atual é responsável por concentrações edificadas de elevada densidade e pelo surgimento de assentamentos informais, principalmente nas ilhas do Sal e da Boa Vista, que não são acompanhados da devida construção das infraestruturas ambientais. Também surgem como elementos desenquadrados no edificado tradicional. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá atender à capacidade das infraestruturas instaladas e ao enquadramento urbanístico;
 - e. **Preservação dos valores naturais** – a par da conservação *in situ* dos valores presentes e reconhecidos na RNAP, considera-se essencial a elaboração e implementação de

instrumentos de gestão e/ ou normativos das áreas protegidas que ainda não os possuem. Considera-se ainda essencial a avaliação da eficiência e eficácia dos planos existentes. Em complemento deverão ser reforçadas as ações de fiscalização. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá ser condicionada pela presença de valores naturais reconhecidos;

- f. **Implementação de corredores de conectividade ecológica** – a diversidade biológica e singular de Cabo Verde exige que sejam desenvolvidos esforços no sentido de identificar faixas de território a preservar que, desenvolvendo-se em rede, permitam assegurar a conectividade ecológica e ligação às AP, contribuindo para a manutenção dos valores naturais existentes. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá atender a esta delimitação, em complementaridade com a recomendação anterior;
- g. **Promoção da gestão integrada do território** – o reconhecimento do território como parceiro do desenvolvimento económico obriga à verdadeira articulação entre as diferentes dimensões do território, sendo o planeamento integrado essencial para a eliminação de conflitos entre conservação e desenvolvimento. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá atender às condicionantes ambientais, culturais, sociais e económicas;
- h. **Identificação de especificidades entre ilhas** – em sinergia com as recomendações anteriores, o conhecimento da capacidade de carga de cada ilha é essencial para um desenvolvimento económico sustentável. Este reconhecimento deverá abranger as variáveis ambientais, mas também sociais e económicas de cada território de modo a promover um planeamento que contemple a complementaridade entre ilhas. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá atender à capacidade de carga de cada ilha e à sua diferenciação e identidade;
- i. **Atenuação das assimetrias territoriais** – o atual modelo desenvolvimento turístico é responsável por criar assimetrias entre ilhas, pelo que se recomenda, usufruindo dos resultados das recomendações anteriores, que o mesmo seja alterado no sentido de se tornar num modelo de destinos diferenciados e identitários em consonância com as especificidades de cada ilha. A atribuição de espaços para a atividade turística deverá obrigar a repensar o território como um todo que valorize as complementaridades regionais.

2. Assegurar que o Turismo é impulsionador da **coesão e equidade social** através de:

- a. **Promoção do aproveitamento dos produtos locais** – a utilização de produtos locais, sejam alimentares, artesanais e até patrimoniais e culturais pela atividade turística, é considerada como favorável à preservação da identidade de Cabo Verde devendo, por isso, ser objeto de recomendação específica ao nível das orientações estratégicas;
- b. **Estabilidade social e sistema de valores** – a falta de reconhecimento da cultura e das tradições, das ambições e privações da população por parte do setor turístico é considerado como um fator de instabilidade e de segregação social, devendo por isso ser contrariado, o que poderá ser conseguido através de mecanismos de diálogo e transparência da atuação do setor turístico;

- c. **Atenuação das assimetrias sociais** – a inclusão e equidade social a par da promoção da qualidade de vida da população deverá ser uma preocupação constante no desenvolvimento da atividade turística. Considera-se essencial, que o Turismo aposte verdadeiramente nas populações, não só através do emprego e promoção do desenvolvimento de atividades complementares, mas também em termos de integração no espaço e na vivência diária com estrangeiros, pelo que ações de informação/sensibilização, de formação, de auscultação da população local são consideradas essenciais;
 - d. **Reforço da segurança de pessoas e bens** – sendo a segurança um dos indicadores de maior peso na escolha de um destino turístico, recomenda-se a sua promoção no sentido de contrariar situações atualmente verificadas essencialmente nas ilhas do Sal e Boa Vista. Para o efeito sugere-se, a par de um maior policiamento, que sejam desenvolvidas ações de informação/ sensibilização e de formação dirigidas à população local, tal como anteriormente referidas;
 - e. **Integração da população migrante e imigrante** – o modelo turístico atual é responsável por desencadear uma movimentação de população, quer interna quer externa, à procura de trabalho e melhores condições de vida que necessita de ser integrada no espaço, na economia e no tecido socio-cultural local. Neste sentido recomenda-se o desenvolvimento de uma política de habitação de modo a contrariar o aparecimento dos assentamentos informais, bem como o desenvolvimento de ações de informação/ sensibilização e de formação especialmente dirigidas a este grupo de população.
- 3. Assegurar que o Turismo é impulsionador de um verdadeiro quadro de governança através de:**
- a. **Promoção da integração e articulação de políticas** – a integração da política turística nas outras políticas setoriais é uma tarefa de importância fundamental para uma gestão sustentada do território. Sendo elevado o número de estratégias, planos ou programas que se cruzam com o desenvolvimento turístico considera-se essencial que seja assegurada a compatibilização entre todos, promovendo-se a coordenação das políticas públicas;
 - b. **Mobilização e concertação de atores e estratégias** – na mesma linha do referido anteriormente têm-se consciência que, perante o grande leque de agentes e atores que, direta ou indiretamente, se relacionam com o setor turístico, sejam elas entidades e instituições da administração central ou operadores turísticos, obrigam a um verdadeiro esforço de cooperação que vise o entrosamento dos diferentes interesses e a sua focalização em torno do desenvolvimento sustentável. Neste contexto é essencial o diálogo, a divulgação de informação, a promoção da cidadania ambiental, nomeadamente a através da promoção de campanhas de sensibilização sobre desenvolvimento sustentável;
 - c. **Promoção da abertura das instituições** – um processo participado, com o envolvimento dos cidadãos a par dos *stakeholders* surge como uma ferramenta importante para a boa aceitação das alterações territoriais, obrigando simultaneamente a uma maior transparência das tomadas de decisão dos vários decisores, o que se considera benéfico para um modelo de

desenvolvimento mais sustentável. Os períodos de consulta pública deverão ser assumidos como o meio de excelência para a promoção deste envolvimento;

- d. **Reforço da capacitação institucional** - A necessária articulação e coordenação interinstitucional no domínio da formulação, implementação e avaliação das políticas de turismo e sua interface com questões ambientais, sociais e de género, demandam um trabalho de reforço de capacitação institucional que envolve a definição clara das atribuições e competências das instituições intervenientes, definição de espalhos e mecanismos de coordenação, aumento quantitativo e qualitativo dos recursos humanos afetos. Neste particular, o reforço da capacidade institucional da DGTT, órgão governamental central nesta matéria, se revela fundamental. Da mesma forma, uma maior presença e participação da INGT em matérias de políticas do turismo com impacto no ordenamento do território se mostra crucial;
- e. **Promoção de uma base económica e produtiva endógena, incluindo no domínio da indústria cultural**, de suporte ao desenvolvimento de um turismo sustentável e inclusivo - A definição e execução de políticas de incentivo ao setor privado nacional de forma a aumentar a produção nacional de produtos, bens e serviços que o setor turístico demanda tende a aumentar a cadeia de valor do setor, reforçar o tecido empresarial, aumentar o emprego e o rendimento, bem como contribuir para uma mais adequada integração do mercado nacional, mitigando as assimetrias regionais.

4.2 DIRETRIZES DE PLANEAMENTO

As diretrizes de planeamento são, como referido, dirigidas às ZDTI, áreas que possuem especial aptidão e vocação turística, propostas pelo Governo e declaradas através de decreto-lei.

As ZDTI são objeto de planeamento turístico, tendo em conta as vocações e motivações turísticas mais importantes, sendo consideradas e integradas no esquema conceptual e de enquadramento dos trabalhos de preparação ou revisão dos instrumentos de gestão territorial.

Neste contexto, entende-se que as ZDTI, zonas de excelência para o desenvolvimento da atividade turística em Cabo Verde, deverão ser enquadradas pelo PET, pelo que as diretrizes de planeamento que aqui se apresentam se estruturam em duas dimensões, a saber:

- A dimensão estratégica alinhando-se, aqui, as **grandes linhas de orientação estratégica das ZDTI** a serem equacionadas no âmbito do PET;
- A dimensão operacional, que incide no processo de concretização das ZDTI, definindo-se **diretrizes dirigidas aos POT e aos respetivos investidores/ promotores de novos projetos**.

4.2.1 Grandes Linhas de Orientação Estratégica [GLOE]

No âmbito da aposta na integração, articulação e complementaridade entre políticas e estratégias em prol de um desenvolvimento sustentável, propõe-se que sejam equacionadas âmbito do novo Plano Estratégico do Turismo, as seguintes grandes linhas de orientação estratégica dirigidas às ZDTI:

1. Criar valor para os mercados internacionais através de:

- a. **Subordinar a conceção global do modelo de desenvolvimento das ZDTI a formas de turismo sustentáveis**, num quadro mais alargado de desenvolvimento integrado e sustentado das ilhas onde aquelas se inserem - nas vertentes ambiental, social e económica - e em perfeita comunhão com as opções de desenvolvimento territorial a nível municipal, indo ao encontro das recomendações transversais dirigidas ao quadro de governança (RT3).
- b. **Estabelecimento de tipologias de projeto de baixa densidade turística** (garantindo prazos de implementação dos projetos mais curtos num cenário de menor capacidade de camas instalada, com mais comodidades e aumento do valor dos serviços oferecidos,) associadas a novos conceitos de hospitalidade, mais exclusivos e sofisticados, capazes de enriquecer e diversificar o produto tradicional do turismo balnear e o modelo de *resort* integrado que o suporta, nos termos das orientações contidas nos pontos 3º a 6º seguintes.
- c. **Apostar na tematização da oferta das ZDTI¹⁵**, capturando com maior valor para o produto disponibilizado as especificidades dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais de cada ilha, indo ao encontro da recomendação transversal dirigida à promoção do aproveitamento dos produtos locais (RT2a).
- d. **Promover a certificação global dos serviços existentes** (alojamento, restauração, animação, rotas) nos termos expressos na orientação anterior.
- e. **Diversificar a oferta de produtos e comodidades no interior da cada ZDTI**, apostando no maior desenvolvimento das áreas do comércio, serviços, restauração e animação, também como forma de atrair a comunidade local às estâncias turísticas.
- f. **Estabelecer limites de carga a definir para cada ZDTI e subzona, a considerar nos POT**. Idealmente, a médio prazo (1 a 3 anos), a fixação daqueles limites deve ter por base os resultados da atividade de monitorização e medição que resulte da implantação do Observatório de Turismo Sustentável, indo ao encontro da recomendação transversal dirigida à identificação de especificidades entre ilhas (RT1h).
- g. **Estabelecer critérios mais rigorosos do ponto de vista ambiental** que enquadrem a construção e a operação das infraestruturas básicas de suporte ao desenvolvimento das ZDTI (acessibilidades, abastecimento de água, redes de energia, saneamento básico, resíduos

¹⁵ Processo que deve ser coadunado com as orientações gerais e a política de marketing de desenvolvimento de produtos turísticos que venha a ser definida na nova estratégia de turismo de Cabo Verde.

sólidos), indo ao encontro da recomendação transversal dirigida à qualificação do ambiente urbano (RT1d).

- h. **Melhorar a mobilidade dos turistas, dos trabalhadores do setor do turismo e da população em geral, no interior de cada ZDTI**, através da implantação de um circuito de ciclovias e de um sistema de transportes composto por viaturas híbridas ligeiras ou totalmente providas a eletricidade, a explorar pelas respetivas entidades gestoras, diretamente ou mediante concessão. A exemplo do que a Madeira fez recentemente com a Renault para uma iniciativa semelhante, deveriam envidar-se esforços para a formalização de um acordo com uma marca automóvel que patrocinasse a implantação do projeto.
- i. **Estabelecer os planos de gestão do património natural em cada ZDTI**, indo ao encontro da recomendação transversal dirigida à preservação dos valores naturais (RT1e).
- j. **Estabelecer um sistema de sinalética informativa e de interpretação ambiental** em cada ZDTI, a desenvolver pela entidade gestora da zona de desenvolvimento turístico.

2. Desenvolvimento da marca *resorts* comunitários de Cabo Verde

Através da sensibilização aos promotores dos novos projetos, **pretende-se promover de modo gradual nas ZDTI a adoção da marca e da figura dos *Resorts* Comunitários**, nomeadamente aplicando-as aos novos investimentos em conjuntos turísticos integrados.

O objetivo é apostar num conceito de hospitalidade, inovador nos serviços e personalizado no posicionamento, com ligações à identidade, valores e à cultura local de cada uma das Ilhas.

Esta alteração de perfil de desenvolvimento turístico permitirá uma diferenciação face aos *resorts standard*, integrando os valores e traços da identidade local nas estruturas, equipamentos, serviços e “atmosfera” oferecidos pelo resort, ou por cada um dos estabelecimentos hoteleiros.

Uma das linhas de ação ligada à afirmação desta marca poderá passar pela recuperação de lendas, histórias e outras narrativas, incorporando-se este *storytelling* no tema de produto e no discurso promocional das unidades de alojamento e dos equipamentos e serviços de animação.

Esta dimensão favorecerá a necessidade de contratação de serviços locais de base artística e cultural, cozinheiros para *workshops* gastronómicos (com suporte nos produtos e nas receitas locais), mas também o desenvolvimento de micro negócios ligados à decoração de interiores, ao artesanato, ao mobiliário, etc.

Nestas figuras de *resort* comunitário os promotores devem ainda assumir a responsabilidade pela criação de trilhos de natureza de suporte à prática de passeios a pé e de bicicleta, assegurando igualmente a sua manutenção.

Especialmente nos *resorts* vocacionados para o turismo balnear, este conceito permitirá ajudar ao reposicionamento daqueles conjuntos turísticos e do próprio destino, nomeadamente captando segmentos de mercado mais exigentes.

O desenvolvimento de um conceito de Golfe e de Turismo Náutico mais sustentável encontra também enquadramento nestes resorts comunitários.

3. Certificação dos serviços turísticos – Cabo Verde sustentável

Impulsionar uma linha de certificação dos resorts, estabelecimentos hoteleiros e dos serviços turísticos de cada ZTDI, através da utilização de um dos 13 referenciais reconhecidos pelo *Global Sustainable Council*.

A recomendação passa pela adoção de um referencial que combine as dimensões da sustentabilidade económica, social e ambiental e ao qual seja reconhecido potencial efetivo de mercado e credibilidade junto da tour-operação internacional e dos viajantes individuais.

Todos os estabelecimentos em exploração comercial incluídos numa ZTDI deverão iniciar este processo, concluindo-o no prazo máximo de 2 anos, sendo que para os novos projetos constituirá um requisito básico de integração e de abertura comercial.

Nalguns casos deverá estudar-se a adoção de certificações específicas para mercados e áreas de negócio em concreto (e.g Rotas de Turismo de Natureza).

Quer as características gerais do destino Cabo Verde, quer o modelo territorial e de desenvolvimento turístico atual que o suporta, sugerem e recomendam a adoção do *Sistema de Gestão Biosphere Responsible Tourism*, referencial que possui já algumas aplicações na Madeira e nas Canárias.

4. Cabo Verde 4 ALL - Acessibilidade universal

Os *resorts*, incluindo os vários serviços aí localizados, e os estabelecimentos de alojamento em particular, **devem garantir condições básicas de acessibilidade e não discriminação contra as pessoas com deficiência ou limitação para uso das instalações**: caminhos acessíveis para todas as áreas, salas com mobiliário adaptado, etc.

O estabelecimento de alojamento ou o equipamento de animação deve garantir condições básicas de acessibilidade e não discriminação contra as pessoas com limitações de locomoção, visuais e auditivas.

Estas condições de acessibilidade devem ser gradualmente alargadas a todos os empreendimentos existentes nas diversas ZTDI do país.

Numa segunda fase, mais ambiciosa, cada ZTDI deverá definir um programa de adaptação de todas as estruturas e serviços aos princípios e requisitos da acessibilidade universal.

Esta área de desenvolvimento deverá ser prioritária na definição e execução da política de incentivos do Estado e ser estendida à atuação dos Municípios e de outros setores do Governo, para intervenções com os mesmos objetivos em monumentos, museus e edifícios públicos de interesse.

5. Cabo Verde trails - melhor aproveitamento turístico dos espaços naturais

Explorar a vocação dos espaços naturais das ZTDI e a sua enorme biodiversidade, especialmente nas áreas protegidas, a fim de estas acolherem atividades turísticas, nomeadamente as relacionadas com

o uso balnear, passeios a pé, e de bicicleta, observação da natureza e atividades e desportos de ar livre compatíveis com o meio.

Este trabalho de organização da oferta poderia ser suportado numa marca específica associada ao turismo de natureza nas Áreas Protegidas de Cabo Verde (*e.g.* Cabo Verde *Trails*), a partir da qual se apoiaria o trabalho promocional e o apoio à comercialização nos mercados internacionais.

4.2.2 Diretrizes Operacionais

As diretrizes operacionais são dirigidas aos Planos de Ordenamento Turístico (POT) e aos Investidores, tal como se explicitam seguidamente.

Planos de Ordenamento Turístico (POT)

Os Planos de Ordenamento Turístico (POT) são, como anteriormente referido, figuras de planeamento dirigidas às ZDTI, de natureza regulamentar e vinculativos para a administração e privados, traduzindo o compromisso recíproco de compatibilização com a diretiva nacional e os esquemas regionais de ordenamento do território, prevalecendo sobre os planos municipais. Os POT definem uma estratégia de ordenamento e desenvolvimento a longo prazo e definem (artigo 16.º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto):

- O esquema viário;
- As áreas paisagísticas, de proteção ambiental e de implantação turística;
- As áreas de arborização e as espécies de árvores a plantar;
- Os esquemas de redes de serviços e de espaços livres;
- Os equipamentos sociais e de lazer;
- O programa geral da ZDTI e os critérios gerais de desenvolvimento;
- As normas gerais para a execução e desenvolvimento das ZDTI.

O diagnóstico efetuado identifica, claramente, a falta de sucesso da figura de gestão territorial dos POT – apenas 2 em 25 estão publicados – e aponta como fragilidade a falta de articulação com os restantes instrumentos de gestão territorial, em particular com os planos municipais.

Neste contexto, sugere-se como orientação prévia ao desenvolvimento dos planos que seja efetuada a **avaliação do seu quadro de referência estratégico (QRE)**, analisando-se políticas, estratégias, planos e programas que, direta ou indiretamente, influenciem ou possam ser influenciados pelo POT, de modo a identificar orientações de gestão ou programáticas que recaiam sobre a área objeto do POT.

Surge, em complementaridade, a **criação uma plataforma de informação** que permita o fácil acesso a legislação, estudos e projetos e que garanta a atualização da informação relevante.

Considera-se, ainda, como desejável a **criação de uma comissão de acompanhamento interdisciplinar**, representativa das principais dimensões territoriais (ambiente, economia e sociedade), a qual deverá ser presidida pela tutela do Ordenamento do Território e à qual ficaria atribuída a função de fiscalizar a

compatibilização do POT com o seu QRE e a função de obter consensos de interesses no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável.

A um nível mais específico, o conjunto de diretrizes ambientais e sociais que se enuncia seguidamente está diretamente ligado aos elementos obrigatórios dos POT, tal como definidos no artigo 16.º da Lei n.º 75/VII/2010, de 23 de agosto, a saber:

- O **esquema viário** - deverá ser definido de modo articulado e hierarquizado em função da importância dos diferentes espaços da ZDTI e das condicionantes naturais, nomeadamente de áreas a preservar; o seu perfil deverá garantir o nível de serviço necessário para dar resposta ao programa de desenvolvimento previsto; o projeto deverá ser desenvolvido de modo a reduzir as movimentações de terra e otimizar o aproveitamento do relevo natural;
- As **áreas paisagísticas, de proteção ambiental e de implantação turística** – deverá ser efetuado o plano negativo da implantação turística, no qual se identificam e delimitam as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nomeadamente as pertencentes ao domínio marítimo, as áreas protegidas, os solos produtivos, o domínio hídrico, as áreas de valor paisagístico e cultural e demais condicionantes ambientais; a implantação turística a localizar nos espaços sobranes deverá ainda ter em consideração a capacidade de carga do território em apreço;
- As **áreas de arborização e as espécies de árvores a plantar** – a delimitação das áreas a arborizar deverá ter em consideração a identificação e delimitação de áreas a recuperar, de áreas a proteger, de áreas de enquadramento dos equipamentos e serviços da ZDTI e de áreas de recreio e lazer associadas à atividade turística; em consonância as espécies a utilizar deverão ser selecionadas dentro do leque de espécies endógenas e da função da área a arborizar;
- Os **esquemas de redes de serviços e de espaços livres** – a programação dos espaços livres e de serviços deverá resultar de uma equação entre a área de implantação turística e a área total da ZDTI, de forma a garantir a reserva de espaços para eventuais necessidades futuras não perspetivadas no momento;
- Os **equipamentos sociais e de lazer** - a programação dos equipamentos sociais e de lazer, desporto, interpretação ambiental deverá ter em atenção o público alvo e a especificidade do local da ZDTI, devendo a tipologia e o número ser definida em complementaridade com as existências na envolvente e respeitar igualmente a capacidade de carga do território em apreço. A definição das prioridades de criação dos equipamentos deverá ter em consideração a potenciação da integração entre os residentes e os turistas, de modo a promover uma maior retenção de valor para a comunidade em resultado da atividade turística;
- O **programa geral da ZDTI e os critérios gerais de desenvolvimento** – deverá estar alinhado com a estratégia de desenvolvimento nacional e assente numa visão de produto diferenciador e identitário da região em que se implementa, como aposta na complementaridade; deverá ser desenvolvido em consonância com as orientações programáticas e de gestão estabelecidas no seu QRE.

Investement Packages [IP]

Entendendo-se por *investement packages* como um conjunto de ações a que os investidores interessados nas ZDTI deverão estar associados e integrar nos pacotes de investimento, listam-se seguidamente algumas orientações ambientais e de responsabilidade social a ter em consideração.

1. Requalificação/modernização da oferta de alojamento turístico

Incentivar nas atuais ZDTI o apoio a projetos de requalificação/modernização de infraestruturas/equipamentos/edifícios existentes.

Os projetos de reconversão dos estabelecimentos hoteleiros e dos resorts devem orientar-se pela aposta na tematização da oferta, criação de serviços de valor acrescentado, implementação de valências de animação diferenciadoras e soluções de acessibilidade universal.

2. Cabo Verde - resorts e hotéis verdes

Nas intervenções materiais relacionadas com projetos de novos hotéis e *resorts*, bem como no que se refere a investimentos de requalificação/modernização da oferta existente (ver linha de orientação anterior), deverão privilegiar-se intervenções que assumam e incorporem práticas de construção sustentável e de gestão ambiental.

Devem unicamente aceitar-se projetos de inovação que procurem e demonstrem o uso eficiente dos recursos e a adoção das melhores técnicas disponíveis, visando a redução dos impactes em fase de exploração comercial.

A presente recomendação implica o desenvolvimento de um conceito de integração de energias renováveis e tecnologias eficientes e de baixo impacte ambiental, tendo por objetivo a autossuficiência em energia e água, contribuindo para fazer das ZDTI a médio/longo prazo comunidades turísticas sustentáveis¹⁶.

A competitividade estratégica da economia de Cabo Verde encontra-se muito dependente da variação dos custos de funcionamento associados ao consumo excessivo de água e de energia, pelo que este tema se reveste de importância estratégica para o país.

3. Restaurantes km 0

Apoio à criação nas ZDTI de estabelecimentos de restauração associados ao conceito KM 0, que apostem e privilegiem a utilização de produtos locais nas suas ementas.

O menu KM 0 é baseado em produtos locais, mostrando a qualidade específica dos produtos da ilha que os diferencia de outras regiões ou de produtos mais industrializados e globais.

Pretende-se que o menu Km 0 venha a ser um fator de atração para a gastronomia local e para os operadores de restauração que exercem a sua atividade nas ZDTI.

¹⁶ *Objetivo associado e dependente das metas globais do país em matéria de autossuficiência de recursos.*

Estes novos restaurantes localizar-se-ão nas áreas renovadas de serviços que os POT devem preconizar, conforme proposto anteriormente.

4. Cabo Verde marca - lojas e artesanato

Nas áreas renovadas de serviços a criar, conforme referido anteriormente, deverá incentivar-se a promoção da aquisição e do consumo de produtos locais específicos (*e.g.* artesanato) por parte dos turistas, através do apoio à criação de lojas específicas, propondo-se para tal a adoção do *branding* de suporte Cabo Verde Marca.

5. Cabo Verde responsável

Numa perspetiva de responsabilidade social, as autoridades turísticas de Cabo Verde, em articulação com as entidades gestoras das ZDTI e os operadores hoteleiros locais, deverão promover o estabelecimento de protocolos com ONG nacionais e internacionais para a criação e desenvolvimento de programas de turismo voluntário e de apoio social em Cabo Verde a desenvolver nas zonas mais carenciadas das ilhas.

Estes programas poderiam ser vendidos como opcional num pacote dos resorts comunitários ou disponibilizados aos turistas já no destino.

6. Cabo Verde - desenvolvimento comunitário

Promoção da melhoria da qualidade de vida da população local, considerando-se nas comunidades de residência o apoio a tipologias de projeto ligadas à reabilitação de espaços e equipamentos comunitários, através de recuperação de pequenas infraestruturas desportivas, parques infantis, jardins de apoio e arruamentos, bem como de construção e/ou reabilitação de habitações sociais para os residentes do entorno dos projetos de investimento turístico, mitigando os riscos de exclusão social e de segregação espacial.

Estes investimentos seriam executados pelas entidades gestoras da ZDTI, em articulação com os municípios e financiados maioritariamente pelas primeiras. No entanto, os operadores turísticos internacionais que programam o destino e os grupos promotores locais seriam chamados a comparticipar financeiramente, numa base voluntária, esses investimentos.

7. Promoção da mobilidade sustentável

Promoção da mobilidade sustentável através do apoio à implementação das orientações expressas anteriormente.

8. Criação e recuperação de equipamentos e infraestruturas de interesse coletivo e turístico

Promoção da construção ou funcionalização de equipamentos coletivos e de infraestruturas sem utilização e/ou em degradação para novos fins turísticos e de lazer, nas ZDTI.

Tipologias de projetos de investimento a considerar:

- criação de *welcome centers* e posto de turismo
- salas de espetáculos.

- teatros comunitários
- oficinas de artesanato
- centro de interpretação ambiental

9. Programa empreender no turismo de Cabo Verde

A medida consiste no lançamento de um programa de **estímulo ao empreendedorismo jovem e feminino**, destinado a apoiar micro negócios nas áreas do alojamento turístico, atividades e serviços de animação, restauração, lojas de artesanato e outro comércio, este último desde que com interesse para o turismo.

Ao nível das tipologias de projeto para a animação turística consideram-se as seguintes:

- Elaboração e apoio à comercialização de programas de visitação turística às áreas rurais das ilhas;
- Organização de tours e experiências culturais com base no património material e imaterial (no interior das ZDTI e fora destas);
- Atividades de Náutica e Desportos;
- Desportos de Natureza e Aventura;
- Desenvolvimento de soluções/apps de suporte à realização dos tours e fruição das experiências;
- Conção e apoio à comercialização de programas de turismo voluntário (fora das ZDTI), nos termos da linha de orientação E;
- Organização de eventos com conteúdo e atratividade turística nas ZDTI e fora destas, considerando as temáticas da Música, Teatro, Dança e performances várias.

10. Capacitação para a sustentabilidade dos quadros e profissionais de turismo das ZDTI

No âmbito da oferta formativa da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, adiante EHTCB, preconiza-se a implementação nas ZDTI de planos de formação dirigidos a todo o universo de colaboradores dos complexos turístico-hoteleiros (resorts), cujos conteúdos se estruturam, predominantemente, à volta dos temas da sustentabilidade, ambiental, social e cultural.

Considerando as dificuldades de penetração da oferta formativa em todas as ilhas, a EHTCB deverá propor parcerias às administrações dos próprios *resorts* para que os cursos sejam lecionados nas respectivas instalações e com o apoio das suas entidades gestoras.

Nos casos em que a EHTCB não esteja apta a dar resposta, as sociedades de desenvolvimento gestoras das ZDTI devem estimular as administrações dos resorts a tomar a iniciativa de organizar e desenvolver os cursos.

Estes cursos de formação, mediante planos de adaptação, poderão, inclusive, ser abertos à população cabo-verdiana, numa lógica de formação inicial e de sensibilização para as oportunidades e desafios do setor turístico no país.

Na mesma linha, mas ao nível específico do *training* executivo e da formação de quadros em hotelaria e turismo, recomenda-se o desenvolvimento de cursos específicos de alta direção destinados aos responsáveis dos complexos turístico-hoteleiros (direção e quadros operacionais), com um forte nível de integração de temas ligados à sustentabilidade, idealmente com certificação internacional.

Neste plano, recomenda-se às autoridades turísticas de Cabo Verde que equacionem a possibilidade do Turismo de Portugal, IP - autoridade máxima para o setor neste país – vir a agir como entidade certificadora de alguns dos cursos a lançar.

Apresenta-se em seguida uma antevisão de possíveis conteúdos formativos a considerar:

- **Instrumentos para uma política de turismo responsável** (estudos de sustentabilidade global, papel das políticas públicas, concertação de estratégias empresariais);
- **Conservação e melhoria do património cultural** (valorização, conservação, empoderamento das populações);
- **Desenvolvimento económico e social do Destino Cabo Verde** (comunicação, política de compras de produtos locais, ações sociais, envolvimento de, colaboradores, medidas anti-corrupção);
- **Conservação ambiental** (proteção da paisagem, energia; água, gestão de resíduos; solos, biodiversidade);
- **Satisfação do cliente** (segurança turística, acessibilidade universal, não discriminação; envolvimento da comunidade).

Esta medida apresenta forte ligação com as Linhas de Orientação Estratégica “Desenvolvimento da marca *resorts* comunitários de Cabo Verde” e “Certificação dos serviços turísticos – Cabo Verde sustentável”, propostas neste mesmo relatório.

4.3 OBSERVATÓRIO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

A criação do **Observatório de Turismo Sustentável** com o objetivo de monitorizar e medir o fenómeno turístico no País, através da definição e operacionalização de um conjunto de indicadores inspirados nas melhores práticas internacionais, é uma proposta estruturante que o novo Plano Estratégico de Turismo deve equacionar.

A medida terá de ser reconhecida pelo Governo e merecer um forte apoio financeiro e institucional, dada a necessidade de conhecimento científico nesta área do conhecimento, procurando-se, no entanto, lançar a iniciativa a partir da Universidade de Cabo Verde, ainda que seja necessário um suporte técnico adicional para

organizar e colocar em funcionamento o projeto e ter dados comparativos internacionais que permitam calibrar a monitorização.

O Governo deveria enquadrar estes esforços no âmbito do programa de acreditação dos Observatórios de Turismo Sustentável da Organização Mundial de Turismo e envidar esforços junto da Comissão Europeia a fim de garantir também alguma assistência técnica apropriada, pela aplicação teste do *European Tourism Indicators System for Sustainable Destination*.

Através deste Observatório seria possível avaliar e medir impactes, entre outras, nas seguintes áreas:

- Satisfação dos Residentes com o Turismo;
- Benefícios económicos;
- Emprego;
- Padrão de Sazonalidade;
- Gestão Ambiental;
- Alterações Climáticas, com o tema da erosão costeira a destacar-se;
- Governação geral do Destino.

A par desta medida estrutural para o conhecimento do setor do Turismo, recomenda-se que o novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico seja acompanhado de uma avaliação de sustentabilidade recorrendo, para o efeito, à grelha de indicadores propostos na presente Avaliação Estratégica. A articulação entre as duas vertentes – plano e avaliação – configura-se fundamental para garantir a integração das considerações ambientais e sociais no plano, tendo em vista promover o desenvolvimento sustentável.

5 PLANO DE COMUNICAÇÃO

O Plano de Comunicação da Avaliação Ambiental e Social Estratégica do setor do turismo tem por objetivos:

- Disseminar e socializar o documento entre os atores públicos e privados com intervenção e/ou envolvimento nas áreas do turismo, do ambiente, social e de género;
- Proporcionar uma adequada apropriação do documento da Avaliação Estratégica por parte dos decisores e principais *stakeholders*;
- Disseminar o documento junto à população alvo.

Neste sentido, torna-se igualmente importante assegurar que o Plano de Comunicação seja orientado para, além de informar, dinamizar e mobilizar o conjunto de atores e população alvo em torno do objetivo comum de tornar o setor do Turismo de Cabo Verde mais sustentável.

O Plano deve, então, assentar em cinco linhas orientadoras fundamentais:

- **Clareza:** explicitação clara do âmbito e natureza, da avaliação efetuada, respetivos resultados e recomendações;
- **Consistência dos meios/ ações:** os suportes técnicos de divulgação deverão ser consistentes, com vista a garantir o perfeito entendimento da mensagem que se quer passar;
- **Focalização correta:** a comunicação deverá ter em consideração o público alvo a que se destina, devendo adaptar-se ao objetivo a atingir em cada momento;
- **Consciencialização:** a mensagem deverá ser formulada de modo a transmitir a importância do desenvolvimento sustentável e a necessidade do envolvimento e da participação de todos no processo de mudança;
- **Transparência:** difusão ampla dos conteúdos e resultados da Avaliação Estratégica e do próprio processo de participação.

Tendo em conta que os destinatários do documento constituem um público diferenciado, a **estratégia de comunicação** também deverá ser diferenciada, tanto em termos de mensagem como de meios de veiculação.

Assim, a disseminação e a socialização do documento deverão ser efetuadas utilizando os seguintes **meios/ações**:

1. Produção de um documento síntese (Sumário Executivo) para distribuição e divulgação alargada;
2. Seminário nacional de apresentação e socialização da SESA com os principais *stakeholders* e aberto à comunicação social;
3. Divulgação através de web sites (UGPE, DGTT, DNA,..., Governo);
4. Divulgação através de Redes sociais institucionais (facebook...).